

UNIVERSIDADE PRESBITERIANA MACKENZIE

MESTRADO EM CIÊNCIAS DA RELIGIÃO

CLÁUDIO CÉSAR GONÇALVES

O USO SOCIAL DA RIQUEZA EM JOÃO CALVINO

São Paulo

2006

CLÁUDIO CÉSAR GONÇALVES

O USO SOCIAL DA RIQUEZA EM JOÃO CALVINO

Dissertação apresentada ao Programa de Mestrado em Ciências da Religião da Universidade Presbiteriana Mackenzie, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Ciências da Religião.

Orientador: Prof. Dr. Hermisten Maia Pereira da Costa.

São Paulo

2006

G635u Gonçalves, Cláudio César.
O uso social da riqueza em João Calvino / Cláudio César
Gonçalves. – 2006.
175 p. : il. ; 30 cm.

Dissertação (Mestrado em Ciências da Religião) - Universidade
Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, 2006.
Bibliografia: p. 155-163

1. João Calvino. 2. Reforma. 3. Economia. 4. Riqueza. 5.
Pobreza. 6. Responsabilidade social. I. Título.

LC BX9418

CLÁUDIO CÉSAR GONÇALVES

O USO SOCIAL DA RIQUEZA EM JOÃO CALVINO

Dissertação apresentada ao Programa de Mestrado em Ciências da Religião da Universidade Presbiteriana Mackenzie, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Ciências da Religião.

Aprovado em 30 de Agosto de 2006.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Hermisten Maia Pereira da Costa
Universidade Presbiteriana Mackenzie

Profa. Dra. Márcia Mello Costa De Liberal
Universidade Presbiteriana Mackenzie

Prof. Dr. Antonio Rago Filho
Pontífica Universidade Católica de São Paulo

À minha esposa Cássia e meu filho João Pedro pelo apoio e compreensão; aos meus familiares pela confiança na realização deste trabalho.

AGRADECIMENTOS

A Deus, fonte de toda sabedoria, pela força e pela coragem que nos concedeu, permanecendo ao nosso lado em todo o percurso desta caminhada.

Ao Prof. Dr. Rev. Hermisten Maia Pereira da Costa, minha eterna gratidão, por ter sido orientador persistente, pastor e amigo, que, com diretrizes seguras, acompanhamento e incentivo e, que, com sua competência e paciência me fez concluir esta empreitada.

À Profa. Dra. Márcia Mello Costa De Liberal, que sempre colaborou e incentivou em vários momentos de minha vida e pelos comentários e sugestões apresentadas no decorrer do exame de qualificação.

Ao Prof. Dr. Antonio Rago Filho, pelo muito que me ensinou, comentou e sugeriu no decorrer do exame de qualificação.

Ao Prof. Dr. Antonio Gouvêa Mendonça, que colaborou de perto na fase inicial deste trabalho, fazendo-me repensar e progredir.

Aos meus amigos e familiares, que compreenderam a minha ausência e me apoiaram.

À Congregação Presbiteriana Maranata, pelo incentivo e pelo tempo cedido para dedicar a este trabalho.

À Associação Projeto Reviver (que atende 104 crianças carentes da comunidade), pelo apoio, inspiração pelo trabalho social e pelo exemplo de dedicação aos menos favorecidos, e, pelo privilégio de servir como presidente.

A fé e o mundo não são mais dois domínios separados, o religioso e o profano. A preocupação pela cidade temporal torna-se para o cristão reformado a expressão direta de sua fidelidade cristã. É o que se nota quando se estuda o pensamento de Calvino sobre o dinheiro, a riqueza e a propriedade (BIÉLER, 1970, p. 34, 35).

Nisto conhecemos o amor: que Cristo deu a sua vida por nós; e devemos dar nossa vida pelos irmãos. Ora, aquele que possui recursos deste mundo, e vir a seu irmão padecer necessidade, e fechar-lhe o seu coração, como pode permanecer nele o amor de Deus? Filhinhos, não amemos de palavra, nem de língua, mas de fato e de verdade (1 JOÃO 3.16-18).

RESUMO

No pensamento social de Calvino a causa do caos econômico, da ganância e injustiça social é o pecado que entrou no mundo através da Queda no Édem. Mas a obra de Cristo, através da sua Igreja, é responsável pela reorganização moral e social da humanidade caída. Calvino denuncia o perigo espiritual das riquezas, a moderação e o dever à assistência social (dar esmolas). O que deve perdurar em qualquer transação econômica, deve ser, sempre: a honestidade, o amor, a moderação, a ética cristã e a caridade. É a mordomia cristã levada a sério. Para ele o homem exerce sua plena humanidade quando trabalha. O dinheiro, a riqueza e os bens econômicos são colocados à disposição do ser humano para a organização de sua vida e da sociedade, o qual é solidariamente responsável. Calvino combatia a teologia medieval da opção pela pobreza no ascetismo monástico. Para ele a vida material está intrinsecamente ligada à vida espiritual. A formação humanista de Calvino, a sua piedade, erudição e experiência nas instituições que atuou (Academia de Genebra, o Hospital Geral e o Fundo Francês) foram determinantes para a implantação da Reforma. Ela mudou a atitude para com o dinheiro e a pobreza. A caridade é um dever, um privilégio recompensável, é uma responsabilidade social de todos. O conceito de Calvino sobre o uso social da riqueza deve nos atingir por inteiro, em todas as áreas da nossa vida, no âmbito espiritual e material.

Palavras-chave: João Calvino. Reforma. História Econômica. Riqueza. Responsabilidade social.

ABSTRAT

In the social thought of Calvin, the cause of economic chaos, greed and social injustice is the sin which came into the world through the Fall in the Eden. But the work of Christ, through His church is responsible for the social and moral reorganization of the fallen society. Calvin denounces the spiritual danger of wealth, the moderation and the obligation to social assistance (giving donation). What should remain at any economical transaction, should be, always: honesty, love, moderation, christian conduct and charity. It is the christian way of living taken seriously. For him, the man carries out his complete humanity while working. The money, wealth and economic possessions are put at the human being disposition for the organization of his life and of society, which is solidarily responsible. Calvin used to combat the medieval theology of the optin for poverty in the monastic asceticism. For him the material life is intrinsically connected to the spiritual life. The humanist formation of Calvin, his piety, erution and all the experience in the institutions he acted in (Genebra Academy, General Hospital and the French Fund) were determinat for the implantation of the Reform. It changed the attitude concerning money and poverty. Charity is a duty, a rewarding privilege, it is a social responsibility of everyone. Calvin's concept about the social use of wealth must reach us, in all areas of our life, in both spiritual and material ambit.

Key-words: John Calvin, Reform, Economy, Wealth, Poverty, Social responsibility.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	12
2	A ECONOMIA SOCIAL NOS TEMPOS BÍBLICOS.....	16
2.1	AS PROFISSÕES.....	19
2.2	OS RICOS.....	23
2.2	A CLASSE MÉDIA.....	24
2.3	OS POBRES.....	25
2.4	A BENEFICÊNCIA.....	27
3	A ECONOMIA NO TEMPO DE JOÃO CALVINO.....	30
3.1	UMA SOCIEDADE AGRÍCOLA.....	31
3.2	A INFLUÊNCIA E O IDEAL DA IGREJA.....	32
3.3	OS MERCADORES-BANQUEIROS E OS INTELECTUAIS.....	34
3.4	AS CIDADES.....	36
3.5	OS JUDEUS.....	37
3.6	O CRÉDITO E A MOEDA.....	39
3.7	GENEBRA.....	42
3.8	A REFORMA.....	44
4	A CONSTRUÇÃO DO PENSAMENTO DE JOÃO CALVINO.....	45
4.1	A SUA FORMAÇÃO	46
4.2	A SUA CONVERSÃO.....	47
4.3	O HUMANISMO DE JOÃO CALVINO.....	51
4.4	A IDADE MÉDIA.....	53
4.5	O ESCOLASTICISMO.....	55
4.6	O HUMANISMO.....	56
4.7	O RENASCIMENTO.....	57
5	O CONCEITO DE JOAO CALVINO SOBRE AS RIQUEZAS.....	59
5.1	O TRABALHO.....	59
5.1.1	As profissões.....	65

5.1.2	O salário.....	69
5.1.3	O descanso.....	72
5.1.4	O ócio.....	73
5.1.5	O desemprego.....	74
5.2	O DINHEIRO.....	76
5.2.1	A vida frugal.....	78
5.2.2	O uso do dinheiro.....	79
5.2.3	O perigo das riquezas.....	81
5.3	A PROPRIEDADE.....	85
5.3.1	O papel do Estado.....	89
5.3.2	O "Comunismo" da Igreja Primitiva.....	90
5.3.3	O ano sabático.....	92
5.3.4	O ano do jubileu.....	93
5.3.5	O furto.....	95
5.4	OS JUROS.....	97
5.4.1	A usura.....	100
5.4.2	O empréstimo de consumo.....	101
5.4.3	O empréstimo de produção.....	102
6	A RESPONSABILIDADE SOCIAL EM JOÃO CALVINO.....	108
6.1	O RICO E O POBRE.....	108
6.1.1	Os ricos	115
6.1.2	Os pobres.....	117
6.2	A BENEFICÊNCIA.....	122
6.2.1	Quanto doar?.....	125
6.2.2	Doar é um dever.....	126
6.2.3	Doar é lucro.....	129
6.3	O DIACONATO.....	132
6.3.1	O Hospital Geral.....	137
6.3.2	A Academia de Genebra.....	140
6.3.3	O Fundo Francês.....	142
6.3.4	O Legado de João Calvino.....	143
7	CONCLUSÃO.....	151
8	BIBLIOGRAFIA.....	155
9	ANEXO.....	164

1 INTRODUÇÃO

Mais de 90 citações sobre o dinheiro são proferidas por Jesus e registradas nos Evangelhos. Dos 107 versículos do Sermão do Monte, 22 referem-se ao dinheiro e das 49 parábolas contadas por Jesus, 24 delas também falam de riquezas. O rei Davi, quando estava arrecadando e ofertando recursos para a construção do Templo, que seria realizada pelo seu filho Salomão, disse: “Riquezas e glória vêm de ti, tu dominas sobre tudo [...] Tudo vem de Ti e da tua mão to damos” (1Cr 29.12). Também, o apóstolo Paulo adverte sobre o apego ao dinheiro, quando diz: “Porque o *amor* do dinheiro é a raiz de todos os males” (1Tm 6.10). Toda a Escritura abrange esse assunto.

No Antigo Testamento existem inúmeras referências sobre a riqueza e o seu uso, tais como: Leis a favor dos pobres (Lv 25.35-38); Dízimos para o Serviço do Senhor (Dt 14.22-29); Juros (Dt 23.19, 20); Leis de Caráter Humanitário (Dt 24.5-15); O Sistema de Cuidado ao Pobre (Dt 24.16-22); etc. No Novo Testamento: No Sermão do Monte (Mt 6.19-34); A Parábola do Administrador Infiel (Lc 16.1-9); A Parábola do Rico Insensato (Lc 12.13-21); A Parábola do Credor Incompassivo (Mt 18.21-35); A Parábola do Servo Vigilante (Lc 12.38-48); A Parábola dos Talentos (Lc 19.12-27); O Rico e o Lázaro (Lc 16.19-31); O Jovem Rico (Lc 18.18-30), dentre outros.

As Escrituras e a Reforma ensinam não somente sobre questões “espirituais”, mas também sobre as questões “materiais”. Para o reformador João Calvino, não existem dois mundos separados: o sagrado e o profano; mas acredita que a vida material está intrinsecamente ligada à vida espiritual e vice versa. Ele não ensinou somente teologia, mas também a sua prática. Isso nos dá uma pista da importância que ele dava à prática social. Embora tendo um ministério eficaz – como teólogo, pregador, escritor, professor, pastor, administrador – existe um outro aspecto de seu ministério menos enfatizado, que precisa ser destacado. Muito embora, ele nem sempre seja lembrado como um reformador social.

Sua maior contribuição nessa área foi teórica: suas idéias e princípios teológicos concernentes à responsabilidade social da Igreja. O pensamento social de Calvino – sobre a riqueza, a pobreza, o trabalho, o dinheiro, a propriedade, o bem-estar social, a beneficência e assuntos correlatos – pode ser encontrado em diversos escritos do reformador, principalmente nas Institutas, nos comentários bíblicos, em sermões e correspondências. Nestas fontes, podemos ver a sua visão e conceitos sobre as riquezas e a sua aplicação social na cidade de Genebra, principalmente através de instituições em que atuou, como a Academia de Genebra, o Hospital Geral e o Fundo Francês.

Foi então que despertou-nos o interesse e estímulo de pesquisar sobre o assunto. Atual e apaixonante. Entretanto, continua na mira das mais diversas interpretações: pelos economistas, sociólogos e teólogos em toda História. É interessante o discurso que se criou sobre o dinheiro e principalmente sobre o seu uso. Muitas são as interpretações acerca do uso das riquezas, que se tem visto: desde os tempos de Jesus; depois pela Igreja medieval, até a atual Teologia da Prosperidade.

O trabalho pretende detectar e analisar os textos escritos pelo reformador onde expõe o seu pensamento e a sua ética. E ainda, detectar e analisar os textos bíblicos, estudiosos da

área, obstáculos, dilemas, potencialidades e implicações socioeconômicas que influenciaram o pensamento de João Calvino sobre o uso social da riqueza.

Iniciando com a informação básica da economia social nos tempos bíblicos; e também na Idade Média e na cidade de Genebra; depois uma breve introdução sobre a vida e obra de João Calvino. E um esboço sobre os movimentos intelectuais de sua época (escolasticismo, humanismo, renascentismo). Sem desassociar o social com a sua teologia, seu humanismo, piedade e experiência pastoral. Ainda se deve levar em conta a situação política e econômica que atravessava a Europa do período. Mudanças na economia, guerras, pestes, mortes, conturbações e o clima de Reforma emergente, colaboraram para a construção do pensamento social de João Calvino.

E assim, delimitar (fazer um recorte) o pensamento de Calvino sobre as riquezas e a sua aplicação social em Genebra. Delimitaremos, primeiramente, alguns conceitos sobre a riqueza e a sua importância (trabalho, dinheiro, propriedade, juros), pela perspectiva do reformador. Depois de estudar os geradores de riqueza, analisaremos a sua finalidade – o uso social da riqueza. A responsabilidade social de Calvino é vista pelo seu conceito sobre o papel do rico e do pobre na sociedade. Diante de um mundo caído pelos efeitos da Queda no Édem, a Igreja seria a responsável pela reorganização social. Com isso, estudaremos, na visão de Calvino, a função e o dever da beneficência e o ministério do diaconato em Genebra e suas instituições de caridade.

Como meios e recursos para realização do estudo, será utilizada, uma combinação do processo descritivo com o processo documentado: comentários bíblicos, cartas e outros escritos do reformador. Também terá a utilização de dados bibliográficos de outros autores que auxiliarão para uma melhor compreensão da história, teologia e ética do reformador em seu contexto.

Teria os ensinamentos de Calvino sobre as riquezas e o seu uso social influenciado a Reforma e os cristãos? O que Calvino pensa sobre a questão do dinheiro e a sua interpretação? Como funcionava a economia nos tempos bíblicos e na Idade Média? Qual era o papel da Igreja? Qual é o conceito de João Calvino acerca do dinheiro, do trabalho dos juros e da propriedade? O que ele ensinou, na teoria e na prática, sobre a pobreza e a ação social? Até onde vai a responsabilidade social da Igreja e do Estado? Com o intuito de responder essas questões é que nos deteremos em nossas limitações para procurar compreender e esclarecer possíveis dificuldades e dúvidas.

2 A ECONOMIA SOCIAL NOS TEMPOS BÍBLICOS

Para entendermos o pensamento econômico e social de Calvino é necessário um breve esboço da história econômica de Israel. Pois, interpretando estes textos bíblicos é que o reformador tira implicações para entender melhor o seu tempo.

A história econômica não é apenas um ramo da História, mas uma ciência auxiliar da economia política. Ela aceita aplicar ao passado modelos adaptáveis calcados na análise matemática dos dados quantificáveis da atividade econômica. O segundo ponto consiste em que a história conserva uma predileção pelo movimento. Essa história econômica parcialmente quantitativa é uma história do movimento, da variação, da estrutura ondulante da economia. Essa preocupação, finalmente, terá contribuído para que se conseguisse uma forma de transição entre a historiografia tradicional e a nova historiografia (LE GOFF, 1988, p. 45).

Deus é o criador e Senhor Soberano de todo o universo (Ex 19.5; Dt 10.14; Js 3.11; Sl 50.12; 97.5). Todo o universo e o que ele contém é propriedade do Criador (1Cr 29.11-15; Sl 24.1; Ag 2.8; Lv 25.23), segundo observa Hans Ulrich Reifler em seu livro *A Ética dos Dez Mandamentos* (1992, p. 185). O homem, então, não é o proprietário, é apenas um simples mordomo, um administrador, peregrino aqui na Terra (Sl 39.12; 119.19). Deus não deu a terra para o homem. Ele o colocou como mordomo responsável para “dominá-la”, “sujeitá-la”.

Devido a Queda, foi necessário criar leis e costumes para assegurar os frutos do trabalho às pessoas carentes e frágeis. Israel criou legislações sobre a colheita (Lv 19.9-10). Quando um israelita ficava endividado, não era permitido lhe cobrar juros (Ex 22.24, 25); Se

uma capa fosse recebida de uma pessoa pobre, como garantia de dívida, ela deveria ser devolvida até antes do anoitecer, pois era a sua única proteção durante o frio da noite (Êx 22.25-27). “Na base dessas prescrições estava a misericórdia de Yahweh”. Também havia proteção para os estrangeiros, viúvas e órfãos (Ex 22.20-24). “*Com a dissolução da comunidade tribal [Israel], surgiu uma consciência moral individualista e, com isso, o próprio indivíduo e sua família tornaram-se mais vulneráveis aos imprevistos da vida e às pressões econômicas.*” (KEELING, 2002, p. 55, 56).

Jesus usa o conceito de posses (inclusive alguns de seus seguidores possuíam propriedades), juros, mordomia das propriedades e responsabilidade social. Ensina que se deve trabalhar para ter o suficiente para si e para ajudar ao necessitado (Ef 4.28; 1Tss 4.11, 12; 2Ts 3.11ss; 1Tm 6.18). Por outro lado, também enfatiza que os bens materiais não devem dominar a mente humana. E que as riquezas não podem tornar-se um ídolo e a ansiedade material dominar o coração. E nem o desejo de enriquecer, ou a falsa segurança proporcionada pelos bens estar em primeiro lugar. Ainda afirma que Jesus e seus discípulos levavam uma vida simples (REIFLER, 1992, p. 187).

Jesus, apesar de sua erudição (Lc 2.40, 47), era pobre, não pertencendo a uma família de muitas posses (Mt 8.20; 17.27; 22.19; 2Co 8.9; Fp 2.6, 7). Cristo esperava que seus discípulos renunciassem aos bens materiais (Mt 10.9; Lc 9.3; 10.4; 14.33). Eles também eram pobres (Mt 12.1; 2Co 6.10), e Jesus os elogiou e os considerou bem-aventurados (Lc 6.20). Parece que os apóstolos tinham uma caixa comum (Jo 12.6; 13.29; At 6.6). Jesus exigiu que o jovem rico desse seus bens aos pobres (Mt 19.21), mas não convidou Zaqueu a fazer a mesma coisa (Lc 19.1ss). Depois de sua decisão por Cristo, Zaqueu resolveu espontaneamente dar a metade de seus bens aos pobres e restituir quatro vezes às pessoas defraudadas (Lc 19.8). Todas essas passagens parecem indicar que o seguidor de Cristo contenta-se com um estilo de vida simples.

Cristo exigia de seus discípulos um “discipulado ativo”, abandonando posses e responsabilidades terrenas (os irmãos André e Pedro que eram sócios dos irmãos Tiago e João tinham uma firma de pesca) (Mt 1.16-20). No envio dos Doze, Jesus deu ordens para não

levarem nada pelo caminho, a não ser uma vara para se apoiarem; não deviam levar nem comida, nem sacola, nem dinheiro (Mc 6.7, 9). Todavia, nem todo discípulo de Jesus deixou o seu trabalho, família, riqueza ou propriedade. Era o caso das mulheres, inclusive Maria Madalena, Joana e Susana, que ajudavam Jesus e seus discípulos com o que elas possuíam (Lc 8.1-3). *“A expectativa do Reino acarretou uma total inversão de valores, entre os quais a rejeição da idéia de que posse material traz felicidade. Doravante, toda posse material destina-se ao serviço de Deus, seu verdadeiro proprietário, era considerada fundamentalmente como dom.”* (KEELING, 2002, p. 78).

R. de Vaux acredita que o ideal social é que toda as famílias tenham e desfrutem de sua terra. E distingue a “propriedade imóvel”, como sendo transferida ao plano teológico:

A idéia encontra-se, não obstante, em Israel, mas transferida ao plano teológico. Assim como Yahweh é o único rei verdadeiro de Israel (Jz 8.23; 1 Sm 12.12), assim também é o único dono do solo. A Terra Santa é a “propriedade de Yahweh” (Js 22.19), a “terra de Yahweh”(Os 9.3; cf. Sl 82.5; Jr 16.18; Ez 36.5). É a terra que ele havia prometido aos Pais (Gn 12.7; 13.15; 15.18; 26.4; Ex 32.13; Dt 1.35, 36) e que efetivamente conquistou e deu ao seu povo (Nm 32.4; Js 23.3, 10; 24.11-13; Sl 44.4). Esse direito de propriedade que Deus detêm sobre todas as terras será invocado para fundar a lei do jubileu (Lv 25.23). É também em virtude do domínio eminente de Deus, que a vida religiosa limita os direitos dos usuários humanos: o dever de deixar algo para que o pobre possa colher e rebuscar (Lv 19.9, 10; 23.22; Dt 24.19-21; cf. Rt 2) direito de todo transeunte de satisfazer a fome ao passar por um campo ou por uma vinha (Dt 23.25, 26); dízimo anual devido a Iahvé (Lv 27.30-32) consumido na presença de Yahweh (Dt 14.22-27) recebido pelos levitas (Nm 18.21-32); dízimo do terceiro ano, destinado aos pobres (Dt 14.28, 29; 26.12-15); o alqueive do ano sabático (Ex 23.10, 11; Lv 25.2-7) (VOUX, 2004, p. 200).

Um judeu em apuros financeiros, que se vê obrigado a tomar empréstimos, deve encontrar ajuda dentre os seus patrícios. Emprestar ao pobre é uma ação de bondade. Segundo algumas fontes rabínicas, comenta R. de Voux, até o Templo de Jerusalém emprestava a juros e a parábola de Mt 25.27 e Lc 19.23 sugere que, não só era admitido como também era de uso comum na época. Na verdade:

Trata-se de empréstimo sem juros, os únicos que são permitidos pelo Código da Aliança (Ex 22.24), que se refere apenas aos empréstimos entre israelitas. A lei de Dt 23 desenvolve esta disposição: não se cobrar juros pelo dinheiro, os alimentos ou qualquer outra coisa que alguém emprestar a seu irmão, e o mesmo preceito é encontrado em Lv 25.35-38, mas a um estrangeiro pode-se emprestar a juros (Dt 23.21; cf. 15.6). De fato, o empréstimo a juros era praticado entre todos os vizinhos de Israel (VOUX, 2004, p. 206).

Sobre o penhor, ainda R. de Voux diz que:

É proibido de tomar objetos necessários para vida, como o moinho ou sua mó (Dt 24.6). O penhor era freqüentemente uma roupa, substituto da pessoa, mas o Código da Aliança prevê que a roupa do pobre lhe seja devolvida ao crepúsculo: é tudo o que ele tem para cobrir-se à noite (Ex 22.25, 26); a mesma lei aparece em Dt 24.12, 13; cf. Jó 22.6; 24.9; Am 2.8). Essa roupa que o credor só podia manter durante as horas do dia, não era uma segurança real, proporcional ao valor do crédito, mas era um instrumento simbólico, um penhor probatório, como parecem ter sido os penhores mobiliários em Israel (VOUX, 2004, p. 208).

2.1 AS PROFISSÕES

Na época do Novo Testamento as profissões eram basicamente de forma artesanal. O produtor fabricava, com escassos recursos, suas peças e ele próprio as vendia. No Judaísmo dos tempos bíblicos as profissões eram altamente valorizadas. Eram ensinadas de pais para filhos. Jakob van Bruggen relata que o Evangelho de Mateus sugere que Jesus trabalhou como carpinteiro, em Nazaré. *“Como filho de carpinteiro (Mateus 13.55), ele pode ter aprendido a profissão quando ainda era menino, com seu pai José. Ele pode ter trabalhado durante mais de vinte anos como um artesão.”* (BRUGGEN, 2005, p. 105).

Dentre as profissões mais exercidas no tempo de Jesus, e especificamente em Jerusalém, as mais antigas, segundo Joachim Jeremias, eram: *“fabricantes de pregos, comerciante de linho, padeiro, fabricante (ou comerciante) de cevadinha, curtidor, copista,*

fabricante de sandálias, arquiteto, comerciante de betume, alfaiate.” (JEREMIAS, 1983:10, 11).

Quanto à fabricação de artigos domésticos podemos citar os fabricantes de linho e lã (trabalho geralmente feito pelas mulheres casadas). Elas é que teciam os fios, pois “se os homens se dedicassem à tecelagem, a ocupação passava a ser desprezível”. Também existiam os pisoeiros, àqueles responsáveis pela feltragem dos pêlos e pela impermeabilidade do tecido vindo da tecelagem. Depois o tecido era encaminhado para o alfaiate. A indústria de couro servia também para as vestimentas. Outro artesanato que também garantia as necessidades domésticas da época era a profissão de ferreiro, que durante as guerras rapidamente se convertiam em indústria de guerra (JEREMIAS, 1983, p. 13).

Entre os produtos alimentícios está em destaque o óleo provindo da azeitona. Apesar do costume na Palestina de se fazer pão em casa, existia também a profissão de padeiro. Os açougueiros estavam organizados na “rua dos açougueiros”. E por último, e estranho para nós hoje, havia a profissão de carregadores de água (JEREMIAS, 1983, p. 16, 17).

Na fabricação de artigos de luxo estão a preparação de bálsamo e de resinas. As profissões de artigos de luxo foram as que mais prosperaram em Jerusalém, principalmente devido à família herodiana. O artesanato artístico, a fabricação de sinetes com figuras cunhadas e a profissão de copista, também faziam parte das profissões de arte. Depois de Herodes, o Grande (37-4 a.C.), a indústria de construção expandiu rapidamente em Jerusalém. Dentre as mais famosas construções podemos destacar: a restauração do Templo, a construção do palácio de Herodes, as três torres de Herodes, a fortaleza Antônia, o suntuoso túmulo de Herodes, o teatro, o hipódromo, e um archeduto (JEREMIAS, 1983, p. 19, 20).

Haviam os operários de construções. Na construção comum o material mais empregado era a pedra. Entretanto, Jerusalém também servia-se dos empreiteiros, instaladores

de fornos, perfuradores de poços, fontes e subterrâneos. Alguns eram responsáveis pela manutenção dessas construções, tais como: pela limpeza e vigilância de poços, cisternas, túmulos, ruas. Nas construções artísticas, apesar de terem um vasto campo de atividade, trabalhavam os escultores, os fabricantes de mosaicos (JEREMIAS, 1983, p. 25-28).

Outras profissões também eram comuns em Jerusalém: como barbeiros, lavandeiros e os médicos (o médico era tido como um artífice). As profissões no Oriente Médio eram, e ainda hoje são, extremamente organizadas. J. Jeremias (1983, p. 46) afirma que o Templo foi o principal fomento para o desenvolvimento das profissões em Jerusalém. Ele conta que

O fator principal media-se pelo Templo, como centro de uma colônia de profissões. Um exército de operários trabalhou na sua construção; o culto mantinha incessantemente um grupo de pessoas a seu serviço. Curioso o resultado desta circunstância: a situação da cidade era inteiramente desfavorável ao desenvolvimento das profissões; entretanto, dada a sua importância econômica, política e religiosa, conseguiu incentivá-las tornando-as prósperas.

Próximo de 70 a.C., Jerusalém já havia atingido o nível de uma economia tipicamente urbana, de circulação de mercadorias (detentora de organização econômica). A profissão de comerciante sempre foi altamente valorizada. Caravanas de camelos eram responsáveis pelo transporte de artigos comerciais que vinham de longe. Jumentos e animais de carga, nas cidades mais próximas (JEREMIAS, 1983, p. 47).

A segurança das estradas, contra assaltantes, era de vital importância para o comércio da época. Chegando a salvo a mercadoria em Jerusalém, o comerciante pagava uma taxa ao cobrador encarregado da alfândega. O dinheiro que era trazido pelos comerciantes poderia ser trocado pelos cambistas. Depois de pago a taxa, encaminhava-se ao bazar correspondente à mercadoria a ser vendida. Passava-se do produtor diretamente aos consumidores. Havia

diversos mercados, de: gado, madeira, cereais, frutas, legumes e, inclusive, escravos (JEREMIAS, 1983, p. 48, 49).

Jerusalém também praticava o comércio internacional. O comércio entre a Grécia e a Palestina foi consideravelmente forte, principalmente pela influência helenística. A importação de vidro em Jerusalém começou cedo por Sídon. Tiro era famosa pelos seus vidros preciosos, púrpura e pimenta. Os escravos vinham principalmente da Síria. A Babilônia e a Índia fornecia tecidos valiosos como: jacinto, escarlata, bisso e púrpura. Os árabes (o Oriente sempre realizou intensas relações comerciais com a Palestina) traziam grandes quantidades de aromatas, pedras preciosas, ouro e animais selvagens para as lutas de feras (JEREMIAS, 1983, p. 52-55).

Outro importante colaborador para o desenvolvimento de Jerusalém era o grande fluxo de estrangeiros que freqüentavam a cidade. Vinham de toda parte do mundo. Alguns com fins comerciais e outros eram judeus peregrinos que freqüentavam a Cidade Santa na época das festas judaicas. O movimento de estrangeiros em Jerusalém era tão intenso que, durante as festas, o número de habitantes superava várias vezes. Na época, a cidade que tinha aproximadamente 55.000 habitantes, chegava a acomodar por volta de 125.000 peregrinos para a Páscoa (JEREMIAS, 1983, p. 119, 120).

Os peregrinos representavam uma importante fonte de renda para Jerusalém. A cidade deve sua prosperidade à sua importância religiosa. J.Jeremias (1983, p. 194) conclui que o culto, de fato, era a maior fonte de renda para a Cidade Santa:

O culto constituía a principal fonte de renda para a cidade. Garantia o meio de vida da nobreza sacerdotal, dos sacerdotes e dos funcionários do Templo. As enormes despesas do tesouro do santuário (basta lembrar a sua construção) e o que os piedosos fiéis davam para o culto (sacrifícios, presentes) proporcionavam diferentes possibilidades de benefícios às profissões e ao comércio da cidade.

2.2 OS RICOS

A corte regia a vida oficial. Jerusalém, como capital, conheceu um esplendor indescritível. Jogos espetaculares, construções luxuosas, exibiam, significativamente, o gênero de vida faustoso da corte e a riqueza dos seus soberanos. Várias são as evidências de luxo e grandeza dos soberanos. Esses exageros se mostravam claramente pela grande quantidade e diversidade de funcionários da corte (JEREMIAS, 1983, p. 127, 128).

O rei Herodes, por exemplo, possuía uma forte segurança pessoal, havia o secretário do rei (responsável por toda correspondência), o tesoureiro do rei (responsável pelos assuntos materiais), porteiros, educadores (os filhos dos maiores eram educados com os príncipes), comandantes da cavalaria, oficiais da câmara do rei (camareiros e servidores de vinho). Além de concubinas, alguns parentes e pessoas íntimas em torno do soberano, e de seu harém (JEREMIAS, 1983, p. 129, 130).

Como manter tão fabulosas despesas? Para cobrir tais despesas e adquirirem rendas, os reis cobravam altos impostos de seus súditos; também recebiam gratificações e presentes, que cobriam “alguns rombos das finanças do rei” (JEREMIAS, 1983, p. 133, 134).

O luxo de ricos banquetes em Jerusalém tornou a cidade um modelo para as outras, por suas maneiras requintadas. Alguns ricos amarravam com cordões de ouro seus ramos para a festa das Tendas. Contratavam-se cozinheiros talentosos por excelentes salários para lhes trazer prestígio através de seus banquetes. O vinho era servido em copos de cristal. E a poligamia era comum na alta sociedade de Jerusalém (JEREMIAS, 1983, p. 134, 136).

As jovens dessa classe recebiam grandes quantias por dotes (no contrato de casamento). Essas jovens tinham o direito de gastar um décimo de seu dote, unicamente para seus caprichos e luxo como: “perfumes e vestuário, enfeites, dentes postiços reforçados por

fios de ouro ou prata, etc”. O mundo das grandes damas de Jerusalém era “cercado de mimos e cuidados” (JEREMIAS, 1983, p. 137, 138).

Os representantes da classe rica eram os “altos negociantes, grandes proprietários de imóveis, arrendatários de impostos e pessoas que viviam de rendas”. Nos Evangelhos encontramos alguns representantes dessa classe: Nicodemos (Jo 19.39) e José de Arimatéia (Mc 15.43). A nobreza sacerdotal também fazia parte dessa classe. Dela conhecemos Ananias, Anás e Caifás (Jo 18). Aliás, “reinava grande luxo nas residências das famílias pontifícias”, custeados pelo tesouro do Templo. A própria função de sumo sacerdote exigia recursos para tal. Entretanto, os simples sacerdotes não gozavam do mesmo prestígio (JEREMIAS, 1983, p. 138-143).

2.3 A CLASSE MÉDIA

A classe média, segundo J. Jeremias, era representada pelos artesãos, pequenos comerciantes, e pequenos proprietários de oficinas. Operários e funcionários do Templo recebiam alta remuneração, como padeiros e fabricantes de perfume. Os que tinham melhores oportunidades eram aqueles que estavam comercialmente ligados ao Templo e aos peregrinos. Também faziam parte os escribas que possuíam boa cultura, os levitas e os sacerdotes comuns. Existiam 24 classes sacerdotais, pela indiferença do povo com seus deveres, “a grande maioria vivia pobremente” (JEREMIAS, 1983, p. 144, 145, 150, 155).

A chegada de peregrinos em Jerusalém para as festas anuais significava, para economia judaica, importante fonte de renda – principalmente para o comércio hoteleiro e profissionais do gênero alimentício. O comércio hoteleiro era mantido quase que

exclusivamente por estes peregrinos judeus vindos de toda parte do mundo. “Banqueteavam-se durante sete dias e não recuavam diante das maiores despesas.” Para os sacrifícios, festas pascais e consumo pessoal compravam: vinho (que adocicavam com mel), ervas amargas, geléias, pães ázimos, peixes, azeitonas, uvas, nozes, amêndoas, azeite, alho, etc. Também compravam pratos feitos, vestidos multicores ou de linho branco e lembranças de Jerusalém (JEREMIAS, 1983, p. 147-149).

2.4 OS POBRES

Para estudarmos quem eram os pobres de Israel, antes, precisamos distinguir entre aqueles que trabalhavam para garantir sua subsistência e os que viviam somente da ajuda alheia. O diarista era aquele homem alugado por um rico para trabalhar, e ganhava em média um denário por dia, com refeição. Os diaristas eram mais numerosos que os escravos em Jerusalém. O comércio de escravos era bastante antigo na Palestina. Não eram muito numerosos. Também era permitido (Êxodo 22.3) vender como escravo o judeu ladrão que não estivesse em condições de fazer a restituição devida. Os escravos serviam, geralmente, como domésticos nas cidades (JEREMIAS, 1983, p. 156-159).

Uma característica peculiar em Jerusalém eram aqueles que viviam, totalmente ou em parte, de ajuda alheia. Estes representavam a maioria da população. Dentre estes existiam os escribas. “Era-lhes proibido receber qualquer remuneração pela sua atividade.” Entretanto, estes mestres não ministravam suas aulas gratuitamente, também não cobravam salários; mas, recebiam dos alunos uma quantia que era revertida para o guardião da “escola”. Por isso que alguns escribas também exerciam outras profissões paralelas. O apóstolo Paulo, por exemplo,

“fazia tendas” (Atos 18.3) enquanto estava em atividade missionária. “Podemos, portanto, de um modo geral, colocar os rabinos entre as camadas pobres da população.” (JEREMIAS, 1983, p. 159-162, 166).

Dentre os escribas referidos nos Evangelhos, existiam os “escribas parasitas” e os “fariseus”, exploradores da hospitalidade de pessoas de poucos recursos. Estes na verdade eram homens maus, ávidos por lucros, que amam o dinheiro, avarentos (Lucas 16.14), exploradores de viúvas. “Essa sede de lucro fazia-os ambicionar as vantagens dessa terra e não as da outra vida” (JEREMIAS, 1983, p. 162, 163).

Mesmo que não se utilize como critério a imagem mais crassa desses absolutamente pobres, havia no grupo da gente humilde muitas pessoas que atingiam, estando permanentemente ameaçadas de cair na pobreza absoluta. Incluíam-se entre elas pequenos agricultores ou pequenos arrendatários ou assalariados e diaristas no campo que talvez tivessem moradia, mas não comida suficiente, pequenos artífices e comerciantes, professores do fundamental, diaristas e artífices intinerantes nas cidades que não conseguiam alimentar suficiente a si nem a sua família (STEGEMANN, 2004, p. 115).

Podemos também citar os mendigos de Jerusalém, geralmente formados por coxos, aleijados, leprosos, enfermos, cegos e paralíticos – “pessoas sem eira nem beira, escória do povo”. A mendicância se concentrava, principalmente, nos lugares santos, muito embora não tinham acesso a todos os lugares no Templo. J. Jeremias percebe a situação da cidade em relação aos seus mendigos:

Não é somente nos mendigos que se deve pensar para justificar a impressão de que Jerusalém, já no tempo de Jesus, era a cidade dos vagabundos e que um numeroso proletariado, vivendo da importância religiosa da Cidade santa, era-lhes uma das particularidades mais singulares” (JEREMIAS, 1983, p. 166-168).

A preferência pelos pobres nos Evangelhos, e principalmente em Lucas, não é uma questão de “dar aos pobres uma porção mais justa dos recursos econômicos ou do poder político. É mais exatamente uma inversão de valores!”. O *Magnificat* faz a inversão de derrubar os poderosos e elevar os humildes, a acolhida dos famintos e a rejeição dos ricos (Lc 1.52-53). Felizes são os pobres de espírito, porque terão o reino de Deus, os que têm fome que se fartarão, os que choram porque irão rir (Lc 6.20, 21). E ainda Keeling (2002, p. 80) acrescenta:

As primeiras 1 e 2 Tessalonissenses, preferem dar ênfase à necessidade de se manter a boa reputação dos cristãos na sociedade. Daí a recomendação: procurem viver em paz, tratem dos seus próprios negócios e vivam do seu próprio trabalho (1Tss 4.11). Acentua-se várias vezes os perigos da ociosidade (1Tss 5.14; 2Tss 3.7-12). Paulo que trabalhava com as mãos como construtor de barracas (At 18.3), lembra às comunidades de Corinto e de Tessalônica que, quando em missão junto a elas, ele não lhes pesava financeiramente (2Co 12.13-15; 1Tss 2.9).

2.5 A BENEFICÊNCIA

A vida e a situação econômica de Jerusalém se dava por vários motivos, tais como, a carência de água, cidade montanhosa, carente de matéria-prima para exercer as profissões, localização desfavorável para o comércio, etc. Principalmente em períodos de guerra, inverno ou fome. Tudo isso resultava num alto custo de vida.

A economia caracteriza-se por uma divisão do trabalho mais intensa e por “estruturas de comando”, mas não por oferta e procura. Ela está subdividida em dois setores: a economia agrária do campo e a economia comercial e industrial (quando existe, incipiente) das cidades. As condições da economia agrária do campo são “subumanas” (agricultores e escravos postos a serviço da economia urbana pela classe dominante, escravos nas economias domésticas, mendigos, pessoas prostituídas e em estado de miséria). O ônus de impostos, tributos religiosos, políticos e rendas aumenta e

beneficia o estrato superior. O estrato inferior apenas consegue, em grande parte, garantir a subsistência. As dívidas do estrato inferior tornam-se um fator importante (STEGEMANN, 2004, p. 24).

A esmola (ter compaixão do próximo) é um sinal que permite reconhecer o importante papel da piedade judaica. Na maioria das vezes os peregrinos piedosos exerciam sua piedade na cidade de Jerusalém, pois acreditavam ter, com isso, maiores méritos. A pregação de Jesus estimula, e consideravelmente, à prática da caridade (Lc 12.33; 14.33). “O sal da riqueza é a prática da caridade.” Na questão do jovem rico, a idéia de Jesus ali era “a utilização das riquezas com o fito de dar esmolas faz parte do cumprimento dos mandamentos”. No entanto, já no 1º século se “proibia dispor de mais de um quinto da fortuna particular para fins beneficentes” (JEREMIAS, 1983, p. 179, 180).

Entre a beneficência privada e pública estava a “beneficência das comunidades religiosas”. Entre os essênios havia uma pessoa encarregada de prover roupas e outros objetos necessários aos irmãos em trânsito. Na igreja Primitiva vimos “uma comunidade de bens, voluntária, que se estendia às propriedades prediais e tornava o benefício possível”. Para tal benefício aos pobres havia uma certa organização, como cita J. Jeremias (1983, p. 184):

A distribuição era feita através de uma central (dos Apóstolos) (At 4.37; 5.2) através de colaboradores voluntários (At 6.1-6). Temos informações mais precisas na parte do livro de Atos relativa à instituição das sete pessoas encarregadas dos pobres. Segundo esse relato, vigorava um “serviço de mesas” (At 6.2); a comunidade alimentava os que não tinham recursos. Para melhor compreender como se processava essa ajuda, será útil fazer uma comparação entre as duas instituições judaicas correspondentes: o “prato dos pobres” e a “cesta dos pobres”. Vejamos o que distinguia uma da outra. O “prato dos pobres” era distribuído todos os dias em trânsito; compunha-se de alimento (pão, favas, frutas; na Páscoa era acrescentado o vinho prescrito). A “cesta dos pobres”, distribuída todas as semanas aos pobres da cidade, compunha-se de alimento e roupas. Concluimos, com certeza: essas instituições serviam de certo modo como modelos à comunidade primitiva (JEREMIAS, 1983, p. 184, 185).

Com o passar do tempo essas comunidades aumentaram sua ação caritativa, expandindo-se para comunidades do exterior. Como foi da coleta feita por Paulo para Jerusalém, no período da grande fome ocorrida nos tempos de Cláudio César (47-49 d.C.).

Aos pobres era concedido, no culto, algumas restrições. No caso do sacrifício pelo pecado, que lhes era necessário oferecer uma ovelha; aos pobres era concedido oferecer duas rolas, e, se a sua condição de pobreza fosse extrema, podia oferecer alimentos. Na realidade, uma grande parte da população de Jerusalém vivia de caridade.

3 A ECONOMIA NO TEMPO DE JOÃO CALVINO

O mundo antigo havia se formado por civilizações em torno do Mar Mediterrâneo. Os reinos bárbaros fundados no século 5º conservou, em sua essência, o caráter mediterrâneo. Por fim, o Império Romano abarcou todo o Mar transformando em províncias imperiais da Bretanha ao Eufrates. “A partir do início do século 8º, o comércio europeu está condenado a desaparecer nesse extenso quadrilátero.” Dois povos, duas civilizações, dois mundos que outrora se comunicavam, dividiam suas necessidades e ideais, agora, se defrontam. “O equilíbrio econômico da Antigüidade, que sobrevivera às inovações germânicas, rompe-se ante a invasão do Islã”, movendo-se para Bagdá. Do século 9º ao século 11 o Ocidente permaneceu “bloqueado”. Alguns peregrinos, com extrema dificuldade, ainda conseguiam chegar a Jerusalém.

Devido à interrupção do comércio, os mercadores e a vida urbana desvaneciam-se. Apenas os judeus exerciam, regularmente, o comércio. As feiras, que ainda se tornariam famosas, ainda eram muito tímidas. Os príncipes territoriais usurpavam de forma brutal o trânsito através de pedágios chamados de “portagens”. Há um regresso econômico sobre os carolíngios. Há um empobrecimento geral. Há um rompimento com o equilíbrio da economia antiga, isto é, a economia mediterrânea (PIRENNE, 1982, p. 8-11, 91).

3.1 UMA SOCIEDADE AGRÍCOLA

A partir do século 8º a Europa Ocidental regredira ao estado de região agrícola. Com a invasão islã dos portos, as atividades municipais enfraqueceram-se rapidamente, desaparecendo assim a vida urbana. “É a terra a única fonte de subsistência e a única condição da riqueza.” No decorrer do século 9º aparece o feudalismo (e consecutivamente o latifúndio), “nada mais é do que a repercussão, na ordem política, do retorno da sociedade a uma civilização puramente rural” (PIRENNE, 1982, p. 13, 45).

A maioria da população estava no campo. Nas cidades continham uma minoria da população. A burguesia era ainda menor, entretanto, é surpreendente a sua influência em todas as épocas. “A população urbana, desde o século 12 até o século 15, nunca foi muito superior à décima parte do total dos habitantes.” Também do ponto de vista demográfico, a Idade Média era uma sociedade essencialmente agrícola (PIRENNE, 1982, p. 63, 64).

A troca nunca deixou de existir nas relações sociais. A moeda não substitui a troca, como instrumento normal de câmbio. Entretanto, sempre houve intercâmbio monetário. Não resta dúvida que sempre houve, na Idade Média, intercâmbios comercial e monetário. “Mas sabe-se quão insignificante foi o comércio daqueles tempos. A escassez da circulação de mercadorias correspondia a da circulação monetária.” (PIRENNE, 1982, p. 108).

Max Weber em *História Geral da Economia* (1968, p. 12), divide a troca em duas categorias: a troca ocasional e a troca no mercado:

A troca ocasional, característica das épocas primitivas. Eventualmente, se faz intercâmbio dos bens excedentes; mas o centro de gravidade do abastecimento repousa nos produtos da unidade econômica; ou troca no mercado, orientada pelo fato de que se oferecem, em caráter geral, bens para troca e se demandam bens, isto é, pela existência de probabilidade de comércio. Quando a troca no mercado é a forma dominante, dizemos tratar-se de uma economia de trocas.

3.2 A INFLUÊNCIA E O IDEAL DA IGREJA

A Igreja, nesta época, tinha preponderância, autoridade e ascendência moral. Entretanto, com o passar do tempo, essa preponderância não é apenas moral; mas, também, o lugar mais importante da alta administração, do poder financeiro, cultural e artístico pertence à Igreja.

Nesse mundo rigorosamente hierárquico, o primeiro lugar, e o mais importante, pertence à Igreja. Essa possui, ao mesmo tempo, ascendência econômica e ascendência moral. Seus inumeráveis domínios são tão superiores aos da nobreza, por sua extensão, como, ela mesma, é superior à nobreza por sua instrução. Além disso, só ela pode dispor, graças às oferendas dos fiéis e às esmolas dos peregrinos, de uma fortuna monetária que lhe permite, em tempo de penúria, emprestar seu dinheiro aos leigos necessitados. Enfim, em uma sociedade que tornou a cair em geral ignorância, só ela possui ainda estes dois instrumentos indispensáveis a toda cultura: a leitura e a escrita. Deste modo, reis e príncipes são forçados a recrutar, no clero, seus chanceleres, secretários e “notários”, em suma, todo o pessoal douto de que lhes é impossível prescindir (PIRENNE, 1982, p. 18).

O monasticismo erudito – extremamente litúrgico – “era parte integrante do tecido social, econômico e político, assim como religioso e intelectual, daquela época” (LE GOFF, 2002, v. 2, p. 225). Entretanto, a Igreja da Idade Média elege como seu ideal econômico: a opção pela pobreza.

Seu conceito de mundo adaptou-se admiravelmente às condições econômicas desta época, em que o único fundamento da ordem social era a terra. Esta foi, com efeito, dada por Deus aos homens para que pudessem viver neste mundo pensando na salvação eterna. A finalidade do trabalho não é enriquecer, mas conservar-se na condição em que cada um nasceu, até que, desta vida mortal, passe à vida eterna. A renúncia do monge é o ideal a que toda sociedade deve aspirar. Procurar riqueza é cair no pecado da avareza. A pobreza é de origem divina e de ordem providencial. (PIRENNE, 1982, p. 19).

Aldo Janotti, comentando a respeito da superioridade intelectual e riqueza da Igreja romana na Idade Média, observa que:

A preponderância econômica se manifestava tanto através da riqueza agrária quanto da monetária: possuía a Igreja inúmeros domínios, superiores em extensão aos da aristocracia laica, como também em organização, pois só ela tinha homens habilitados para estabelecer políticos, ter registros de contas, calcular entradas e saídas e, por consequência, poder equilibrá-las (JANOTTI, 1992, p. 31).

O Ocidente vivia em plena efervescência. A Europa sofrera grandes devastações por suas inúmeras guerras e movimentos revolucionários e religiosos, como a Guerra dos Cem anos, Guerra da Borgonha e guerras da Itália. Com a descoberta do Novo Mundo, as grandes quantidades de ouro trazidas de lá virão a fomentar e ampliar as indústrias e o comércio europeu. Neste ambiente de ebulição interior nasce um “capitalismo não controlado que se desenvolvia rapidamente” desencadeando profundas transformações econômicas e sociais irreversíveis.

A Igreja era tremendamente rica. Calcula-se que possuía entre um terço e metade de toda a terra – e, não obstante, recusava-se a pagar impostos ao governo nacional. Os reis necessitavam de dinheiro, parecia-lhes que a fortuna da Igreja, já tão enorme e aumentando sempre, devia ser taxada para ajudar a pagar as despesas administrativas do Estado (HUBERMAN, 1986, p. 78).

Seguido desse “desenvolvimento econômico”, gerava-se um aumento do custo de vida, depreciação de mão de obra, acumulação de fortunas na mão de poucos, o luxo, a avareza, a proliferação das massas miseráveis, etc. *“A ação convergente dessas turbulências externas, de um lado, que abalavam as antigas estruturas medievais da sociedade, e a renovação interior da fé pelo contato com o Evangelho redescoberto, de outro, conduzia a Igreja no seu conjunto a uma compreensão inteiramente nova dos problemas sociais.”* (BIÉLER, 1970, p. 33).

3.3 OS MERCADORES-BANQUEIROS E OS INTELLECTUAIS

Na Idade Média surge uma nova categoria social: o mercador-banqueiro. Os dois ofícios são então indissociáveis. Até o século 11, o comércio significava apenas algumas trocas feitas por monges, judeus e sírios. Era modesto e pouco especializado. “Ora, eis que aparece, no século 12, o mercador, cuja atividade apresenta rapidamente uma outra face: o banco” (LE GOFF, 2005b, p. 96).

O mercador-banqueiro luta com a consciência. “*A Igreja medieval, marcada pelo ascetismo dos monges, e que leu nas Escrituras a condenação do empréstimo a juros, ensinava a desprezar o dinheiro.*” Esses mercadores, num interesse profissional e humano da vida social praticam uma atividade arriscada, com sucessos frágeis, querendo justificar esse dinheiro (LE GOFF, 2005b, p. 97).

Os clérigos se esforçam para legitimar esse novo tipo de usurários – que pouco a pouco vão se tornando: mercadores-banqueiros (LE GOFF, 2005b, p. 103).

A partir dos séculos 11 e 12 desenvolve-se uma legitimação do dinheiro. Há uma consciência do perigo que o dinheiro representa, há uma consciência do obstáculo em que ele se constitui no caminho da salvação, mas não se deixa de reconhecer cada vez mais sua legitimidade embutida numa verdadeira “economia” moral. [...] Ao longo do século 12, entretanto, o comércio cresce. As riquezas circulam. As operações de câmbio se multiplicam. A própria natureza do câmbio se modifica. A usura cada vez menos é um negócio só dos judeus. De maneira empírica, os homens dos séculos 12 e 13 logo percebem que é possível fazer uma distinção entre juro e usura. Os judeus se especializam progressivamente no empréstimo para consumo, que se faz de maneira sempre muito local, de vizinho para vizinho. Economicamente essa usura não pesa muito. Ela é clara, infamante, mas marginal (LE GOFF, 2005b, p. 101, 102).

Entretanto, há esperança de perdão aos futuros danados homens de dinheiro – os usurários: inventa-se, então, na Idade Média, o Purgatório.

Digamos, simplificando, que se chegou a uma idéia muito importante para o futuro do Ocidente: o homem de dinheiro sabe que figura na primeira fila entre os futuros danados; entretanto, um arrependimento permanente e a prática das obras de misericórdia autorizam a esperança de um perdão. O rico investe assim – através da inquietude e da caridade – seu capital póstumo no Purgatório, essa grande invenção medieval, esse lugar onde as almas pecadoras purgam dolorosamente à espera do Paraíso, evitando assim o Inferno. Estabelece-se dessa maneira a idéia de uma riqueza tolerável (LE GOFF, 2005b, p. 116).

Igrejas monásticas, as velhas escolas catedráticas e dos monges nas áreas mais longínquas, juntamente com os mosteiros urbanos, tentam satisfazer as necessidades intelectuais nascentes, dando origem a um certo crescimento urbano. “A novidade urbana é, sem dúvida, ruidosa na ordem escolar e intelectual.” (LE GOFF, 2002, v. 2, p. 229).

Le Goff ainda nos dá sua definição de Idade Média através de, basicamente, duas categorias sociais: os, já citados, mercadores-banqueiros e os intelectuais. Conclui que

Através dos mercadores-banqueiros e dos intelectuais, creio ter situado o quadro essencial de minha reflexão sobre a Idade Média. O aparecimento dessas duas novas categorias sociais “marca” a civilização medieval. Sua herança permanece produtora: estruturas econômicas, institucionais, mentais e religiosas. A Idade Média chega então ao equilíbrio entre a razão e a fé, entre as formas de razão e as formas de fé. Assim se concretiza o que podemos chamar o Ocidente. Esse equilíbrio permanece, hoje, a verdadeira conquista. Os grandes espíritos da Idade Média dominam nosso pensamento, ainda que as ciências modernas tenham suscitado uma verdadeira revolução (LE GOFF, 2005b, p. 119).

O comércio medieval desenvolveu-se, não sob o comércio local, mas, sobretudo sob o comércio de exportação. “Só ele fez surgir essa classe de comerciantes profissionais, que foi o instrumento essencial da transformação econômica dos séculos 11 e 12.” Até o século 15 os únicos centros eram o comércio e a indústria. A importância das cidades eram proporcionais à sua extensão econômica. Havia uma rígida divisão social do trabalho, o campo se ocupava com a agricultura enquanto as cidades com o artesanato e os negócios (PIRENNE, 1982, p. 169).

Na Idade Média os comerciantes não eram vistos com bons olhos. Eram acusados de promover o luxo, aumentar o custo de vida e provocar a má distribuição da riqueza. “Sabe-se que a Reforma instituiu desde logo em Genebra certo controle de preços para gêneros de primeira necessidade, como vinho, pão e carne. Esse controle, exercido pelo Estado, e que velava também pela eqüitativa distribuição dos bens comuns e combatia a sonegação, a especulação e o monopólio, está em perfeita harmonia como o pensamento de Calvino”, diz Biéler (BIÉLER, 1970, p. 61).

3.4 AS CIDADES

Le Goff (2002, v.1, p. 223) deprevendo sobre a cidade medieval em seu *Dicionário Temático do Ocidente Medieval* nos elucida, de forma sucinta, que:

A cidade medieval é, antes de mais nada, uma sociedade da abundância, concentrada num pequeno espaço em meio a vastas regiões pouco povoadas. Em seguida, é um lugar de produção e de trocas, onde se articulam o artesanato e o comércio, sustentados por uma economia monetária. É também o centro de sistema de valores particular, do qual emerge a prática laboriosa e criativa do trabalho, o gosto pelo negócio e pelo dinheiro, a inclinação pelo luxo, o senso da beleza.

A população das cidades na Idade Média sobe continuamente até princípios do século 15. Há um aumento considerável na demografia urbana, principalmente nos centros de vida burguesa.

Por estranho que pareça, demonstrou-se que, em 1450, Nümburg tinha apenas 20.165 habitantes; Francoforte, em 1440, 8.719; Basileia, lá por 1450, aproximadamente 8.000;

Friburgo, na Suíça, em 1444, 5.200; Estrasburgo, por volta de 1475, 26.198; Louvain e Bruxelas, em meados do século 15, cerca de 25.000 e 40.000, respectivamente. [...] Em suma, é muito provável que a média da população das aglomerações urbanas mais importantes raras vezes chegava, no começo do século 14, ao máximo de 50.000 a 100.000 almas e uma cidade de 20.000 poderia passar por considerável, uma vez que, na grande maioria dos casos, o número dos habitantes oscilava entre 5.000 e 10.000 (PIRENNE, 1982, p. 172, 173).

Com o aumento da população, aperfeiçoamento da circulação monetária, o crédito assume as formas mais variadas e floresce. Sob a influência dessa nova vida há “um sinal irrecusável de saúde e vigor sociais”. Entretanto, há uma certa estabilização do movimento econômico. “Pode-se considerar o princípio do século 14 como o fim do período de expansão da economia medieval.” Guerras e agitações sociais de operários conturbam a situação. Como se não bastasse, a terrível fome que dizimou a Europa de 1315 a 1317 causou ainda maiores danos. Mas dentre estas catástrofes a pior foi a peste negra.

Do começo de maio até meados de outubro de 1316, sabemos que o magistrado comunal mandou enterrar 2.794 cadáveres. [...] Trinta anos mais tarde, um novo desastre, ainda mais espantoso, a peste negra, assolou o mundo, que apenas estava se refazendo do primeiro choque. De todas as epidemias que a História menciona, esta foi, indiscutivelmente, a mais atroz. Calcula-se que, de 1347 a 1350, desaparecera uma terça parte da população européia; veio depois um longo tempo de carestia (PIRENNE, 1982, p. 194).

3.5 OS JUDEUS

Le Goff define bem a situação dos judeus no tempo das Cruzadas:

O rápido crescimento econômico, no século 12, é acompanhado por uma demanda de crédito sempre progressiva, e os judeus, destituídos no tempo da “revolução comercial” de seu antigo papel nos intercâmbios a longa distância, mas sempre detentores de liquidez, asseguram uma parte da oferta. Daí, para a Igreja, a necessidade – reconhecida com atraso – de tomar posição e de dar ou recusar-lhes a autorização de praticar o empréstimo a juros (LE GOFF: 2002, v. 2, p. 40).

Jacques Attali em *Os judeus, o dinheiro e o mundo* conta a trajetória dos judeus, por onde peregrinavam, e o seu importante papel na Economia e no Social dos povos anfitriões. Por mais modestas que eram suas comunidades, elas eram organizadas com implantações de sinagogas, escolas e banho ritual. “*Também criam instituições para cuidar dos sepultamentos, abrigar os anciãos sem família, remunerar os professores e pagar os dotes, os enxovais, os alimentos e as roupas dos pobres pertencentes à comunidade ou que estão de passagem.*” (ATTALI, 2003, p. 128).

Acreditavam que deveriam “amar a Deus com todas as suas riquezas”; pois “a riqueza é bem-vinda”. Muito embora, enfatizam que esta riqueza tem um fim: a ação social.

Deus, autor de todos os bens, deu a terra aos homens para que eles a tornem produtiva e façam dela seu patrimônio comum. Particularmente, o dinheiro – máquina para transformar o sagrado em profano, liberar os constrangimentos, canalizar a violência, organizar a solidariedade, enfrentar as exigências dos não-judeus – constitui um excelente meio de servir a Deus. O dinheiro é um fluído necessário à vida das redes. Assim, à semelhança dos textos anteriores, o Talmude não condena os ricos nem glorifica os pobres. Mas a riqueza não é uma recompensa: é um encargo. O rico não tem de desculpar-se por tê-lo; deve somente assumir mais responsabilidades na gestão do mundo; nenhum rico tem o direito de furtar-se a essa missão. Ficar rico, portanto, não é sinal de um favor divino, mas de um dever divino, e o rico adquire apenas o privilégio de poder tornar-se útil, de poder ajudar os outros (ATTALI, 2003, p. 131, 132).

E ainda:

No fim do século 13, o crédito se desenvolve na Itália o suficiente para que as taxas de juros caiam para até 25%. A igreja tira proveito disso, associando estes prestamistas aos seus negócios. Mas nem assim se livra dos judeus. Entre estes, ainda são numerosos os que emprestam aos mercadores e à igreja: em 1267, meio século após o quarto Concílio de Latrão, o Concílio de Vienne (França) ainda observa que os empréstimos dos judeus transformaram em garantias os bens que ela almeja, e que eles “se tornaram tão numerosos e poderosos que as rendas do clero experimentam uma diminuição considerável”. A conclusão logo será tirada: é preciso expulsá-los! (ATTALI, 2003, p. 233).

Até fins do século 15 a liderança de grandes engenhos de açúcar em países conquistados no Novo Mundo (sobretudo no litoral nordestino brasileiro, logo depois) esteve a cargo dos “cristãos-novos”, os judeus convertidos à força. Exerceram contribuições fundamentais na economia, quando entraram no sistema financeiro. No século 16, judeus já faziam grandes fortunas e situavam-se entre os principais banqueiros europeus. Nesta altura, o açúcar torna um grande negócio para as terras recém-descobertas.

Antonio Paim em *Momentos Decisivos na História do Brasil* aborda o tema sobre a opção pela pobreza adotada pelo Brasil. Aderindo alguns valores como aversão ao lucro, simpatia pela pobreza e estímulo à preguiça (e que parece permanecer infiltrada, até hoje, na cultura brasileira). Expulsando os judeus e seus engenhos de açúcar, justificados por valores da Contra-reforma, foram responsáveis pelo empobrecimento do Brasil. Opinaram pela pobreza.

Os financistas judeus, originários de Portugal e radicados nos Países Baixos, organizam a produção de açúcar no litoral brasileiro valendo-se dos parentes deixados em Portugal, todos reduzidos a uma condição de cristãos-novos. No século 16, a perseguição aos judeus na Península Ibérica teve altos e baixos, com longos períodos de trégua. O instrumento daquela perseguição acabou sendo o Tribunal do Santo Ofício, isto é, a Inquisição. Mas esta foi revigorada para contrapor-se à Reforma Protestante, e não deixa de ser contraditório que se voltasse contra os cristãos-novos, que não eram propriamente heréticos, mas judeus obrigados a converter-se. [...] A ação da Contra-Reforma se completa com a pregação dos chamados moralistas do século 18, que se incubem de difundir no seio da elite e mais rigorosa condenação da riqueza. E assim se completa a nossa opção pela pobreza, que irá consistir numa das mais sólidas tradições da cultura brasileira (PAIM, 2000, p. 49-51).

3.6 O CRÉDITO E A MOEDA

O progresso comercial se divide em três fases sucessivas, a primeira é pelo intercâmbio em espécie, a segunda pela moeda e a terceira pelo crédito. A Igreja foi a indispensável emprestadora daquela época. Possuía um capital mobiliário que a transformava em uma grande potência financeira.

Mas a moeda, na Idade Média, queria dizer poder tanto quanto troca, por não menos insidiosos e complexos. Ela propaga as efigies e os emblemas da autoridade imperial, fazendo-os viajar pelos reinos onde se exerce o poder de Deus. Ela exprime a ordem teocrática, de forma direta, a onipresente cruz, ou indireta, por exemplo, a *pax* meridional no século 12. Ela faz erguer terríveis edifícios após os carolíngios, quando o termo *moneta* veio significar igualmente o lugar de cunhagem; se esta atividade permite enriquecer-se, ela inspira também o medo. De fato, os senhores dos cavaleiros e dos castelos abandonaram a função utilitária da moeda para promover a função fiscal. É por isso que a troca de moeda metálica, em quantidades sempre maiores, solapa as estruturas patrimoniais do sistema feudal e favorece um retorno à ordem pública. Com o dinheiro, o poder está nas mãos dos ricos. Com a moeda, o poder pertence a uma autoridade transcendente – disfarçada ou pervertida, talvez, mas impossível de ser abolida numa dinâmica de troca em pleno desenvolvimento. A história medieval oferece assim a ilustração perfeita da teoria aristotélica da moeda (LE GOFF, 2002, v. 2, p. 223).

Durante a Idade Média a Igreja afastou-se do ensino das Escrituras. Sobre a questão do dinheiro não foi diferente. Durante todo o período a questão foi discutida por ambos os lados. Dentre os principais defensores temos: São Clemente de Alexandria, Santo Ambrósio de Milão, São Basílio, São João Crisóstomo, Hermas, Tomás de Aquino, dentre outros (KELLING, 2002, p. 102-105). Le Goff (2005a, p. 289, 290) em *A Civilização do Ocidente Medieval*, comentando sobre o descontentamento dos paroquianos medievais diz que

Era em princípio para custear as necessidades dos pobres que a Igreja impunha o dízimo sobre os membros desta outra comunidade, a paróquia. Mas seguidamente o dízimo não acabava indo engordar o clero, pelo menos o alto clero? Verdade ou mentira era o que a maior parte dos paroquianos pensava, e o dízimo era uma das prestações mais odiadas pelo povo medieval.

Em outro lugar:

Em retribuição a todos os serviços que prestavam, os monges beneficiavam da generosidade dos leigos. Homens querendo assegurar sua salvação doavam importantes superfícies de terra às comunidades monásticas. A constituição de patrimônios monásticos consideráveis é atestada pelos importantes cartulários que conservam vestígios disso, pela riqueza, prestígio e poder político paralelo ao papel do proprietário fundiário desempenhado pelo abade, pelas dimensões e esplendor das igrejas abaciais (LE GOFF, 2002, v. 2, p. 233).

A crise econômica aflora as tensões sociais entre ricos e pobres (os gordos e os magros, como eram conhecidos). Os conflitos proliferam e as corporações fecham-se. Os marginais multiplicam-se: “desempregados de longo tempo, vagabundos, sem-tetos, delinquentes, e prostitutas, entre os quais a fronteira é flutuante.” Os judeus, por estarem excluídos do trabalho da terra, dedicam-se à usura e outras profissões – mais e mais urbanizados (LE GOFF, 2002, v. 1, p. 233). Alister McGrath (2004, p. 255) comenta que

Diversas cidades no início do século 16 assistiram a graves divisões internas, que surgiram das tensões entre o patriciado dominante, cuja posição social se baseava em um entrosamento de fatores como tradição, inércia, riqueza herdada e estruturas políticas que favoreciam o *status quo* e as emergentes classes mercantil e artesã, que sentiam que era chegada a sua hora.

A partir do início do século 14, no contexto da crise, e “em razão da crescente mobilidade regional”, vemos aparecer também as *guildas de miséria*, que são missões de socorro a estrangeiros, sistema de socorro mútuo, oferecendo assistência social (LE GOFF, 2002, v.1, p. 490, 497). No final da Idade Média, sacerdotes tornam-se sensíveis às conseqüências sociais e o crescimento do proletariado urbano e rural (WALLACE, 2003, p. 77). Suas tensões políticas, econômicas e sociais seriam grandes problemas a serem enfrentados pelos reformadores.

A principal questão econômica que precisa ser enfatizada não é qualquer simples associação entre o aumento do comércio e o surgimento do protestantismo. Antes, é o

fato de que a recuperação econômica da Europa criou novos centros de poder financeiro, novas condições para possíveis atritos e novas oportunidades para ressentimentos fiscais. Essas novas situações estavam mexendo o caldeirão das alianças européias tradicionais, tanto na Igreja como no Estado, bem antes de ser acrescentado ao caldo o poderoso ingrediente da teologia protestante (NOLL, 2000, p. 188, 189).

3.7 GENEBRA

Até 1536 Genebra foi uma república que estava inserida entre os limites dos cantões suíços. Cidade suíça de fala francesa, ao sul do lago Lemano; dividida em duas partes pelo rio Rhône. Havia uma acirrada luta pelo poder entre o bispo católico Jean e o Duque de Savóia. Com a morte do bispo, o duque Charles tomou para si a autoridade; produzindo uma guerra entre os moradores da cidade e as forças do duque. Em 8 de fevereiro de 1520 o concílio de Berna recebeu a cidade de Genebra como sua confederada. Apenas quando o forte exército de 6.000 homens de Berna se movimentou em direção a Genebra, forçando as tropas do duque a recuarem para a França é que Genebra ficou, finalmente, livre.

Na contracorrente das tendências gerais da Europa, Genebra conheceu, nos séculos 14 e 15, um dos mais regulares e fortes crescimentos de sua história, comparável ao progresso urbano do século 19. entre 1360 e 1460, a população quintuplicou-se, passando de 2 mil para 10 mil habitantes. Essa época foi caracterizada pelo sucesso de suas feiras, o triunfo da conjuntura e por essa explosão da cidade que, por uns tempos, veio a torná-la uma das principais praças financeiras e comerciais da Europa. [...] Com a adoção pela Reforma em 1536, portanto, a antiga metrópole econômica virou cidade de refúgio. O feito demográfico foi extraordinariamente brutal: a cidade, que jamais abrigara mais de 10 mil a 12 mil habitantes, acolheu naqueles anos mais de 10 mil refugiados (SILVESTRE, 2002, p. 37-39).

Genebra era governada por “Concílios”, que eram eleitos pelo povo e tinham a finalidade de exercer tanto o poder executivo quanto o legislativo e judiciário. Os concílios

eram no total de quatro: o Concílio de “4 Síndicos”, que exercia a função executiva; o “Concílio Menor” que incorporava os 4 Síndicos e mais 21 outros membros; o “Concílio dos 200”, com 200 cidadãos eleitos; e o “Concilio Geral”, composto por todos os homens nascidos em Genebra.

Comerciantes protestantes de Nürenberg e soldados de Berna com seus capelães, gradualmente trouxeram o protestantismo para Genebra. Pregadores como Antoine Froment e Guilherme Farel foram de extrema importância para a “conversão” de Genebra. Em 1534 o Concílio Menor decidiu pelo desmantelamento do episcopado. E em 21 de maio de 1536 o concílio geral, por unanimidade, decidiu: “viver de acordo com o Evangelho”.

Com a condenação de “Mamom” – o dinheiro enganador –, a igreja comportava-se de modo instável,” ela, de certa forma, deixava esses mercadores agirem livremente. Enfim, o problema da *usura* é que permitiu tamanha reflexão. Até que ponto é legítimo, quando acontece a usura, propriamente dita, quando se torna especulação, quando se torna pecado? “Essas interrogações remetem à questão de duração: os mercadores vendem tempo, mas o tempo só pertence a Deus.” Tais questões perturbaram a igreja, e a vida intelectual da Idade Média (LE GOFF, 2005b, p. 98).

O economista Karl Polany (1886-1964) mostrou que a economia das sociedades “primitivas” era “embutida no que chamamos religião”. O surgimento da noção de mercado e o fenômeno econômico anunciam grandes mudanças. Até então essa economia emergente respondia a questões morais: como pensar a riqueza e a pobreza? “Para deixar essa abordagem excessivamente jurídica, foi preciso ampliar o estudo das fontes;” diz Le Goff (2005b, p. 43, 77), foi preciso consultar: sermões, manuais de confissão, teologia prática, contas comerciais, etc. Descobre-se assim uma Idade Média diferente.

3.8 A REFORMA

O pensamento de Calvino sobre as riquezas se aproxima de seus predecessores e teólogos medievais. Ambos denunciam o perigo espiritual das riquezas. A moderação e o dever à assistência social (dar esmolas) eram as condições da propriedade legítima. Porém, a respeito da pobreza voluntária, Calvino se sobressai nitidamente dos teólogos medievais quando diz que “o ascetismo em si não traz nenhum mérito suplementar a quem o pratica. A vida de fé não implica de modo algum, como se supunha na Idade Média, alheamento dos bens materiais.” Não considerava as boas obras, a privação e o sacrifício como méritos para a salvação. Pelo contrário, ensinava que a vida espiritual exige grande responsabilidade à vida material do homem e da sociedade. “O dinheiro longe de ser excluído do horizonte da fé, é subordinado à vida espiritual a fim de que seja pleno e conscientemente domesticado.” Essa submissão do dinheiro à fé leva à simplicidade e austeridade – que caracterizou o estilo de vida de João Calvino (BIÉLER, 1970, p. 47).

4 A CONSTRUÇÃO DO PENSAMENTO DE JOÃO CALVINO

Em 10 de julho de 1509, numa pequena província francesa da Picardia a 100 km de Paris chamada Noyon, nasce Jean Calvin ou João Calvino. Sua mãe, Jeanne Lefranc, piedosa e de família abastada, morreu quando Calvino tinha uns 5 ou 6 anos de idade. “Sendo possivelmente o segundo filho de uma família de cinco irmãos.” Seu pai, Gérard Cauvin, de origem humilde, era procurador fiscal do município e secretário apostólico do bispo local, Charles de Hangest. Homem visionário que usou de seus recursos e influência para educar bem os filhos. Em contato com a nobreza – como a aristocrática família Montmor – Calvino recebe refinados modos que o possibilitaria, no futuro, transitar em meios sociais com polidez (COSTA, 2006, p. 12). Educado na Universidade de Paris, dominado pela escolástica, ele transferiu-se para a Universidade de Orleans, de tendências humanistas, onde estudou Direito civil. Por volta dos 25 anos aderiu aos movimentos de Reforma. “Um intelectual que se dedicava à área da religião.”

As questões religiosas, sociais, econômicas e culturais que se concentram em torno desse extraordinário indivíduo permanecem profundas e inesgotáveis. Calvino provou ser uma figura de extrema influência na história da Europa, mudando a perspectiva de indivíduos e instituições, no início da Era Moderna, à medida que a civilização ocidental começou a assumir sua forma característica (MACGRATH, 2004, p. 11).

4.1 A SUA FORMAÇÃO

Em maio de 1521, Calvino recebeu um benefício eclesiástico na catedral, que lhe ajudaria a custear seus estudos. Aos 12 anos de idade foi para Paris estudar. Calvino solenemente assinou os juramentos da capelania. Foi nomeado para uma das capelas de La Gesine, “recebendo anualmente, três medidas de milho de uma cidade e, da outra, a colheita de 20 trigais”. “O novo capelão, com os seus trigais e a sua cabeça rapada, era agora um noviço.” (HALSEMA, 1968, p. 13).

Posteriormente, acompanhado de alguns amigos, filhos de nobres de sua terra natal, foi para Paris, onde recebeu seu treinamento para o sacerdócio, estudando alguns meses no Collège de la Marche, em 1523, tendo como mestre o grande humanista Maturinus Corderius. Depois, foi para uma escola menos requintada em seus costumes e mais dura em sua disciplina, de orientação escolástica: Collège de Montaigu – por onde também passaram Erasmo de Roterdã e Rabelais –, em 1524, estudando sob a direção de um mestre espanhol grandemente competente, Antonio Coronel, com quem Calvino fez muitos progressos, destacando-se entre os seus colegas no estudo de gramática. Neste período, Calvino foi também, ao que parece, bastante influenciado por outro de seus professores, que havia retornado a Montaigu em 1525, o escocês John Major (ou Mair). Major ‘tinha ligações com a Irmandade da Vida em Comum’ e foi quem instruiu Calvino na filosofia e na lógica medieval, bem como na teologia bíblica e patrística (COSTA, 2006, p. 13, 14).

Em 1528, após ter concluído o curso de Artes, foi para a conceituada e disputada Universidade de Orléans estudar direito, por vontade de seu pai. Calvino tornou-se bacharel em Direito em 1531. Deixou de completar seus estudos e foi para a “Universidade de Bourges, onde foi aluno do próprio Andréa Alciato, entre 1529 e 1531” (SKINNER, 2003, p. 508). Entretanto, pelos serviços prestados, a academia lhe concedeu o grau de doutor em Direito.

Para Calvino, o estudo de direito teve duas influências importantes em seu trabalho futuro: primeira, providenciou uma base completa nos assuntos práticos que seria de enorme benefício em seus esforços para dar uma nova forma às instituições de Genebra; segunda, abriu seus olhos para o mundo da Antigüidade clássica e para o estudo de textos antigos. Enquanto estava em Bourges, ele também se dedicou ao estudo de grego, sendo tutelado por Melchior Wolmar, um erudito da Alemanha. Quando seu pai morreu, em 1531, Calvino sentiu-se livre para deixar o estudo de Direito por sua verdadeira paixão, a literatura clássica. Ele mudou-se de volta para Paris e, em 1532, publicou seu primeiro livro, uma edição do tratado de Sêneca intitulado *Sobre a Clemência*, complementada com um aparato textual e um longo comentário. Era uma obra-prima de erudição (GEORGE, 1994, p. 171).

Em 1º de novembro de 1533, Dia de Todos os Santos, o jovem e recém nomeado reitor da Universidade de Paris, Nicolás Cop, filho do médico do rei, proferiu um discurso de abertura dos cursos na igreja dos Maturinos. Com o tema o Sermão da Montanha, Cop desprezou os “sofistas que reduziam a teologia a exercícios escolásticos”; “tinha proclamado Cristo como único mediador”, dentre outras idéias que propunha uma reforma na igreja. Dois franciscanos ouvintes o denunciaram ao tenente Morin. Como Cop era amigo íntimo de Calvino (que lhe ajudou a preparar o discurso), ambos foram expulsos (DANIEL-ROPS, 1996, p. 370, 371). Em 4 de maio de 1534, Calvino volta a Noyon, onde renuncia seus benefícios eclesiásticos. As perseguições se intensificam e iniciam novas peregrinações: Paris, Angoulême, Poitiers, Itália, Estraburgo e Basileia. Período de lutas, inquietações e dúvidas.

4.2 A SUA CONVERSÃO

Sua transição de humanista a reformador foi marcada por algo que ele certa vez descreveu como uma conversão repentina. Embora não possamos precisar a data da “conversão” de Calvino, acredita-se que seja entre 1532 a 1534. Teodoro Beza atribui sua conversão ao seu primo Pedro Roberto Olivétan, cujo Novo Testamento francês Calvino

escreveu um prefácio em 1535 sob o título: “A todos os que amam Jesus Cristo e o seu Evangelho”. Foi sua primeira obra e evidência como protestante.

Em 1557, na introdução de seu comentário de Salmos, Calvino, que não costumava falar de si próprio, diz que

Deus, pela sua secreta orientação de sua providência, finalmente deu uma direção diferente ao meu curso. Inicialmente, visto eu me achar tão obstinadamente, devotado às superstições do papado, para que pudesse desvencilhar-me com facilidade de tão profundo abismo de lama, Deus, por um súbito de conversão, subjugou e trouxe minha mente a uma disposição suscetível, a qual era mais empedernida em tais matérias do que se poderia esperar de mim naquele primeiro período de minha vida. Tendo assim recebido alguma experiência e conhecimento da verdadeira piedade, imediatamente me senti inflamado de um desejo tão intenso de progredir nesse novo caminho que, embora não tivesse abandonado totalmente os outros estudos, me ocupei deles com menor ardor (CALVINO, 1999, v. 1, p. 38; COSTA, 2006, p. 16).

Foi em Basileia que Calvino publicou sua primeira edição das *Institutas* (1536), com apenas 6 capítulos. O propósito do livro era catequético (um manual para o ensino e a reforma das igrejas). Seguia com uma carta introdutória ao rei Francisco I (poderosa defesa aos evangélicos franceses). Nesta pequena obra tentava introduzir os fundamentos da teologia evangélica, de forma clara e com base nas Escrituras. Rapidamente distribuído por toda Europa tornou-se um *bestseller* quase da noite para o dia. Durante 25 anos da sua vida (enquanto Calvino escrevia seus comentários bíblicos e estudava profundamente as Escrituras e grandes teólogos – tais como Agostinho, Ambrósio, Cipriano, Teodoreto, João Crisóstomo e outros –, pregava, adquiria experiência pastoral, eclesiástica e social), ele revisava, ampliava e reorganizava sua obra. Até que em 1559 publica sua oitava e definitiva edição (oito edições do texto latino e cinco traduções para o francês). Agora com 80 capítulos que se subdividiam em 4 livros.

Em junho de 1536, aproveitando uma trégua na perseguição aos “hereges”, volta de Paris a Estrasburgo, na companhia de seu irmão Antonio e sua meio-irmã Maria, com a intenção de instalar-se ali em uma vida de tranquilidade e estudos.

A caminho da Basileia, precisaram desviar seu itinerário, de Estrasburgo para o sul, principalmente em razão de estarem ocorrendo naquela região as lutas entre as tropas do rei Francisco I, da França, e as do Imperador Carlos V. Mas o desvio acabou sendo longo demais e – pode até parecer que isso ocorreu de modo fortuito –, Calvino acabou passando por Genebra, onde teve então o seu famoso encontro com Farel. Esse líder protestante, que começara a Reforma em Genebra, agora estava determinado a não deixar Calvino escapar de suas mãos, pois cria ser este o homem capaz de realizar a obra para a qual ele próprio não possuía envergadura suficiente: reconstruir Genebra (SILVESTRE, 2002, p. 91).

Dois meses antes desse episódio, sob a liderança de Guilherme Farel e Pierre Viret, a cidade, por unanimidade pelo Conselho Geral, abraça a Reforma. Farel ao saber da pernoite de Calvino foi até ao hotel onde ele estava e implorou para que o ajudasse a consolidar a Reforma em Genebra. Calvino não sentiu-se apto para tal tarefa. E rejeitou. Acreditava que poderia fazer mais pela Igreja com seus estudos e escritos. Então Farel trovejou a ira de Deus sobre ele –, que Deus amaldiçoaria seu lazer e seus estudos se não o ajudasse em tão emergente tarefa. Ele aceitou.

A partir daquele momento a história de Calvino e a de Genebra estariam para sempre interligadas. Como diria MacGrath: “falar de Calvino é falar de Genebra. Calvino iria influenciar e ser influenciado por Genebra” (MACGRATH, 2004, p. 99).

Com intuito de estabelecer sólidas bases doutrinárias e disciplina para a igreja de Genebra, Calvino e Farel encontram resistência pelas autoridades civis com a adesão do seu primeiro catecismo, confissão de fé e práticas litúrgicas. Em 1538 foram expulsos da cidade. Depois de uma breve estadia em Basileia, retorna para Estrasburgo. Permanece ali até 1541,

talvez, os três anos mais felizes de sua vida, e também os mais decisivos de sua formação como teólogo e reformador.

Atuou como pastor, professor e conselheiro diplomático eclesiástico. Rapidamente produziu uma série de obras teológicas. Expandiu e revisou suas *Institutas* (publicada em 1539) e sua primeira tradução francesa (1541). Também escreveu o *Comentário de Romanos*, e mais três escritos brilhantes (como a Carta a Sadoleto, um livro de liturgia e um tratado sobre a Santa Ceia). Enfim, casou-se. Em uma cerimônia feita pelo amigo Farel, contraiu núpcias com Idelette de Bure, uma de suas paroquianas.

Durante estes três anos, a situação política e religiosa de Genebra desmantelou-se. Em setembro de 1541, a cidade pediu ao jovem João Calvino que retornasse à cidade para restaurar a ordem e a segurança. Persuadido por Martin Bucer, o grande líder da Reforma de Estrasburgo, Calvino retorna a Genebra no dia 13 de setembro de 1541 e é nomeado pastor da antiga Catedral de Saint Pierre. Atuou como pastor, mestre, escritor, administrador, etc. Faleceu em 27 de maio de 1564 nos deixando um grande legado.

O restante da carreira de Calvino como reformador foi simbolizado pelos dois primeiros atos oficiais que empreendeu após o seu retorno. No domingo seguinte ele voltou ao seu púlpito e simplesmente prosseguiu a exposição das Escrituras no ponto em que havia interrompido três anos antes. Além disso, ele representou ao conselho da cidade um plano detalhado para a ordem e o governo da Igreja. As suas *Ordenanças Eclesiásticas* requeriam a instalação dos quatro ofícios de pastores, doutores, presbíteros e diáconos, os quais correspondiam às áreas de doutrina, educação, disciplina, e ação social. O conselho aprovou o plano de Calvino, mas este passaria o restante da sua carreira tentando, nunca com êxito, obter o seu cumprimento (MATOS, 1997, p. 14).

E ainda:

João Calvino, à época de sua morte, em 1564, havia feito de Genebra o centro de um movimento internacional, que passou a carregar o seu nome. O Calvinismo ainda é um

dos movimentos intelectuais mais poderosos e significativos da história da humanidade (MACGRATH, 2005, p. 104).

4.3 O HUMANISMO DE CALVINO

A Idade Média preocupou-se com a teologia, o estudo de Deus; A Renascença com o humanismo, o estudo do homem. Calvino, porém, preocupou-se com o humanismo teológico. Este humanismo engloba o estudo do homem e da sociedade através do conhecimento do homem pelo homem e do homem por Deus, ao mesmo tempo.

O humanismo de Calvino, no entanto, não deve ser confundido com o humanismo secular, que coloca o homem como centro de todas as coisas. Calvino rejeitava esse tipo de humanismo. Na sua obra magna, *A Instituta da Religião Cristã*, ele expressa a sua concepção humanista, que consiste em reconhecer a grandeza do homem como criatura de Deus, a quem deve adorar e glorificar. Em outro lugar, Calvino escreve: “é notório que jamais chega o homem ao puro conhecimento de si mesmo até que haja antes contemplado a face de Deus e a visão dEle desça a examinar-se a si próprio.” Como a Bíblia é o registro inerrante da Palavra de Deus, podemos dizer que, sem as Escrituras, jamais teremos um conhecimento verdadeiro de nós mesmos, do mundo e do próprio Deus. Calvino tinha uma ampla cultura, entendendo que Deus é Senhor de todas as coisas; por isso, toda verdade é verdade de Deus (COSTA, 2006, p. 19; 1999, p. 171; 2004, p. 97).

E ainda:

É meritório para Calvino que, embora reconhecendo a discrepância entre o texto bíblico e o sistema científico do universo em sua época, não tenha repudiado, em razão disso, as conclusões da pesquisa científica (HOOYKAAS, 1988, p. 156).

Em Cristo encontramos o “homem original”, a verdadeira imagem e semelhança do Criador. Não importa a raça ou religião ou posição social, o homem caído pode agora

recuperar sua humanidade crendo e seguindo a Cristo. Segundo Calvino, pelo arrependimento e pelo batismo, o homem entra em comunhão com Cristo e recebe uma nova natureza. Ele é agora um pecador justificado, perdoado, regenerado; mas, ainda um pecador até o fim da sua vida aqui na terra. E pela disciplina contínua na oração e no estudo da Bíblia, o homem permanece em sua humanidade transformada, agora, em amor ao próximo, jamais prejudica a sua própria humanidade.

Calvino entendia que, após a Queda, o ser humano tornou-se incapaz de fazer boas obras voluntariamente. O homem, sem a graça de Deus e totalmente corrompido, acha-se em condição de “depravação total”. No seu Catecismo (2003b, p. 15), chamado de *Instrução na Fé: Princípios para a vida cristã*, o reformador resume essa sua concepção antropológica, dizendo que

O homem foi formado à imagem e semelhança de Deus a fim de que pudesse, em primeiro lugar, admirar seu Autor nos adornos que este lhe conferira de maneira nobre e honrá-lo com o reconhecimento adequado. Mas, confiado na grande excelência de sua natureza e esquecido de quem procede e subsiste, o homem esforçou-se por se levantar à parte do Senhor. Por isso o homem teve de ser desvestido de todos os dons de Deus dos quais era tolamente orgulhoso, para que, desnudado e carente de toda a glória, pudesse conhecer o Deus a quem, após ter sido enriquecido por causa da sua liberalidade, havia ousado desprezar. Como resultado dessa semelhança de Deus apagada em nós, todos os que descendemos da semente de Adão, nascemos da carne. Porque, embora sejamos compostos de uma alma e um corpo, nada sentimos a não ser a carne, e assim para qualquer parte do homem que olhemos, é impossível ver algo que não seja impuro, profano e abominável a Deus. O intelecto do homem está de fato cegado, envolto em infinitos erros e sempre contrário à sabedoria de Deus; a vontade, má e cheia de afeições corruptas, odeia a justiça de Deus; e a força física, incapaz de boas obras, tende furiosamente à iniquidade.

A sociedade é corrupta porque os homens, em sua natureza corrompida, o são também. Mas a Igreja – união dos regenerados por Cristo, fermento regenerador da vida social, política e econômica – é responsável pela organização e manutenção de uma nova e mais justa sociedade. Da necessidade de transformação dessa nova sociedade que a igreja

criou o diaconato. O diaconato é “o órgão de distribuição dos bens e serviços dos membros da comunidade entre si e para os de fora”.

Portanto, “o humanismo social de Calvino visa não somente a restauração da pessoa na sua humanidade original, mas também à restauração da sociedade nas diversas formas de sua existência”. Uma piedade diferente da medieval, que primava pela fuga do mundo. A restauração da sociedade é obra de Cristo, executada pela Igreja, no mundo (BIÉLER, 1970, p. 24).

4.4 A IDADE MÉDIA

A palavra Idade média vem do termo “Idade do Meio” (*Medium Tempus*). Idade do Meio em relação à Antiguidade e ao Futuro. Os humanistas pensavam que estavam saindo de um período “intermediário”. Muito embora a Idade Média seja geralmente situada entre os anos 500 e 1500 da Era Cristã, o corte tradicional vai do ano 476 a 1492. Em 476, quando Odoacro, rei dos hérulos (povos escandinavos que viviam à beira do Mar Negro), depõe o Imperador Rômulo Augustus, de 15 anos de idade. Em 1492, Cristóvão Colombo descobre a América (LE GOFF, 2005b, p. 56, 57).

Se as mudanças estavam na ordem do dia nas relações políticas, econômicas e sociais, esse certamente também foi o caso na vida intelectual. A imprensa, inventada por Johann Gutenberg, de Estrasburgo e Mogúncia, em meados da década de 1450, estava afetando o ritmo e a intensidade do intercâmbio intelectual em toda a Europa no final do século 15. O que é mais importante, o conjunto de novas estratégias intelectuais que os historiadores chamam de Renascimento estava moldando significativamente as idéias emergentes que os livros impressos faziam circular. Os estilos de vida intelectual do Renascimento podiam variar drasticamente, do piedoso ao céptico, do irônico ao afirmativo, ou do agitado ao sereno. As manifestações meridionais do Renascimento surgiram primeiro e produziram dramáticas inovações na literatura (por

exemplo, os sonetos de amor de Petrarca [1304-1374]) e pintura (por exemplo, Giotto, Fra Angélico e Rafael), bem como na ciência e nos estudos clássicos (com Leonardo da Vinci [1452-1519] destacando-se em tudo). Mas as energias intelectuais do norte da Europa não estavam muito atrás e também iriam, como foi exemplificado por Erasmo de Roterdã (c.1469-1536), produzir prodígios de erudição (NOLL, 2000, p. 189, 190).

A Idade média não é mais, depois do século 18, o período incolor que os medievais pensavam viver, mas um período sombrio, enfeixado entre o passado esplendoroso da Antigüidade e o futuro luminoso dos filósofos. É um tempo oco, caracterizado pela ausência da razão e a ausência de gosto (LE GOFF, 2005b, p. 59).

O que caracterizou a Idade Média no plano religioso é o chamado “teocentrismo” – mais nominal do que real – que consistia em considerar Deus como centro de todas as coisas, de todas as preocupações filosóficas, sendo a metafísica a “rainha das ciências”. Os filósofos-teólogos estavam dominados pela idéia do “sagrado”, absorto em sua contemplação mística, fazendo indagações que, na maioria das vezes a ninguém interessava, nem lhes fora solicitado pela Bíblia. Por outro lado, a mística muitas vezes era o que restava ao homem religioso, carente de uma comunhão mais íntima e direta com Deus (COSTA, 2004, p. 31).

A filosofia elaborada na Idade Média e ensinada nas catedrais, combinavam teologia e conhecimentos da doutrina dos Pais da igreja (Patrística). Particularmente estudavam lógica e filosofia, principalmente em Aristóteles e seus comentadores. Os mais eminentes e importantes teólogos desse período foram: Anselmo de Cantuária (c.1033 – 1109), Tomás de Aquino (c.1225 – 1274), Duns Scotus (c.1265 – 1308), Guilherme de Occam (c.1285 – 1347) e Erasmo de Roterdã (c.1469 – 1536).

As mentalidades mudam: surgem novas atitudes frente ao tempo, ao dinheiro, ao trabalho ou à família, malgrado a força da resistência dos modelos aristocráticos consolidados com a criação do ideal cortês – primeiro código de etiqueta propriamente ocidental –, quaisquer que tenham sido as influências árabes e o influxo das tradições camponesas que se difundem através do pensamento “folclórico”. A Igreja elabora para esta sociedade um novo humanismo cristão: o do homem

humilhado expresso no livro de jó, aplicando-o em referência à imagem de Deus (LE GOFF: 2005a, p. 10).

Em outro lugar:

Se caracteriza pela passagem da subsistência ao crescimento. Ele produziu excedentes, mas não soube reinvesti-los. Em nome do valor atribuído à largueza, gastou e dissipou os frutos das colheitas e os monumentos – o que é belo –, e os homens – o que é triste. Não soube o que fazer com o dinheiro, pressionado pelo desprezo dos adeptos da pobreza voluntária e pelas condenações da usura por parte da Igreja (LE GOFF: 2005a, p. 12).

4.5 O ESCOLASTICISMO

Os dois principais movimentos intelectuais da história do pensamento de 1300 a 1500 que dominaram o mundo intelectual e teológico foram: o *Escolasticismo* e o *Humanismo*. O Escolasticismo foi acusado de ser altamente teológico. Talvez por isso é um dos mais desprezados movimentos intelectuais na história da humanidade (Principalmente pelos humanistas). Seu nome provem do termo *scholae*: “escolas” medievais. Embora esse termo seja impreciso e pejorativo; pois desprezavam as idéias da Idade Média. Frequentemente debatiam questões teológicas e filosóficas com toda complexidade – “uma inútil e árida especulação intelectual a respeito de trivialidades” –, questões discutidas de forma “frívola e ridícula” (MACGRATH, 2005, p. 70).

Como podemos definir o escolasticismo? Da mesma forma como ocorre com muitos outros termos culturais importantes como “humanismo” e “iluminismo”, é difícil oferecer uma definição exata que faça justificar todas as distintas posições das maiores escolas ao longo da Idade Média. Talvez a seguinte definição prática possa ser útil: o escolasticismo é mais conhecido como o movimento medieval, surgido

entre 1250 e 1500, que enfatizou a justificação racional da crença religiosa bem como a apresentação dessas crenças de forma sistemática. Logo, o termo “escolasticismo” não se refere a um sistema específico de crenças, mas a um modo particular de se produzir e sistematizar a teologia – um método altamente desenvolvido de apresentação de conteúdos por meio de requintadas diferenciações, pretendendo alcançar uma visão abrangente da teologia. Talvez seja compreensível porque, sob a ótica de seus críticos humanistas, o escolasticismo pareceu degenerador em nada mais do que uma lógica concentrada em detalhes e sem importância (MACGRATH, 2005, p. 70).

4.6 O HUMANISMO

O Humanismo teve início na segunda metade do século 14 na Itália, alcançando o seu esplendor nos séculos 15 e 16. O Humanismo Renascentista estava convencido da grandeza e capacidade do homem, tendo-o como fim de tudo, nunca como simples meio (COSTA, 2004, p. 48).

Atualmente o termo “humanismo” é sinônimo de uma “cosmovisão que nega a existência ou a importância de Deus, ou seja, voltada a uma perspectiva exclusivamente secular”. Isso é uma inverdade, pois “a maioria dos humanistas daquele período era religiosa e estavam preocupados com a purificação e a renovação do Cristianismo, não com a sua abolição” (MACGRATH, 2005, p. 74).

O termo “humanismo” acaba sendo, na verdade, um ato difícil de ser definido. Em um passado recente, duas importantes linhas de interpretação desse movimento predominavam. Conforme a ótica da primeira linha, o humanismo foi um movimento voltado ao estudo de línguas e literatura clássicas; de acordo com a segunda, o humanismo foi basicamente um conjunto de idéias que encerrava a nova filosofia do Renascimento (MACGRATH, 2005, p. 74).

Em outro lugar:

A tendência genérica, associada especialmente à Renascença, de se considerar o estilo clássico como normativo e o estudo da literatura clássica como um meio de promover esse estilo, no momento presente. O Humanismo renascentista não foi um movimento secular ou ateu, como o uso moderno do termo possa sugerir (MACGRATH, 2004, p. 302).

O humanismo foi um movimento acadêmico voltado ao estudo do período clássico. A finalidade desse estudo dos clássicos era obter inspiração de instrução da eloquência na escrita e na oratória da época. Dedicam-se em adquirir eloquência na escrita e oratória; quanto ao conhecimento clássico, ético, político e filosófico, não deram grande importância. (MACGRATH, 2005, p. 74).

O humanismo também revela um caráter bastante heterogêneo (por exemplo, o humanismo do norte da Europa, o humanismo suíço, o humanismo francês e o humanismo inglês). Alguns são adeptos de Platão, outros de Aristóteles, outros são anti-religiosos, outros piedosos, outros místicos. Alguns estudos de obras humanistas revelam que “não há uma idéia, filosófica ou política, que tenha dominado ou caracterizado o movimento”.

O importante era o retorno *ad fontes* (o retorno “às fontes”). Esse lema latino implementou a visão do retorno da cultura moderna ocidental às fontes da Antigüidade, permitindo que suas idéias e seus valores revigorassem e renovassem aquela cultura. O período clássico deveria ser tanto um meio quanto uma regra para o Renascimento. Em relação às artes e à arquitetura, assim como em relação à palavra falada ou escrita, a Antigüidade era vista como um recurso cultural do qual o Renascimento poderia se apropriar. Logo, o humanista estava interessado em como as idéias eram adquiridas e expressadas e não com a verdadeira substância dessas idéias (MACGRATH, 2005, p. 75).

4.7 O RENASCIMENTO

O termo *Renascimento* deriva da palavra francesa “renaissance”, que é utilizado universalmente para pontuar o avivamento literário e artístico que ocorreu na Itália por volta dos séculos 14 e 15. Foi o período em que o homem começou a pensar sobre si mesmo como indivíduo. O Renascimento italiano é um “retorno ao esplendor cultural da Antiguidade e uma marginalização das conquistas intelectuais da Idade Média”. Acreditavam que as conquistas da Antiguidade eram superiores às da Idade Média.

Na verdade, o Renascimento pode ser parcialmente visto como uma reação contra o tipo de abordagem progressivamente associado às faculdades de humanidades e teologia, das universidades do norte da Europa. Irritados pela natureza técnica da linguagem e dos debates escolásticos, os escritores do Renascimento os deixaram totalmente de lado (MACGRATH, 2005, p. 69, 70).

E ainda:

Podemos observar, que neste contexto, a impressão de livros, foi de fundamental importância para o Humanismo-Renascentista. A imprensa foi a satisfação de uma necessidade vital. [...] Assim, entre 1450 e 1500, estima-se que foram feitas 35 a 40 mil edições na Europa, representando 15 a 20 milhões de exemplares. Neste período há registro de 1125 estabelecimentos impressores, em 259 cidades europeias. Destas obras impressas, 77% eram em latim, 10% em italiano, 6% em alemão, 5% em francês, 2% em inglês e 1% em holandês e espanhol. Os livros religiosos alcançaram o total de 40-45%, as obras clássicas 30%, as de Direito 10%, e as de Ciência 10% (COSTA, 2004, p. 53, 54).

5 O CONCEITO DE JOÃO CALVINO SOBRE AS RIQUEZAS

Com a Reforma, e principalmente pela influência de João Calvino, é que a cristandade propôs-se a retornar à interpretação bíblica acerca do uso das riquezas. Desta forma, André Biéler (1970, p. 34, 35), pastor e doutor em ciências econômicas pela Universidade de Genebra, em seu livro *O Humanismo Social de Calvino* diz que:

A Fé e o Mundo não são mais dois domínios separados, o religioso e o profano. A preocupação pela cidade temporal torna-se para o cristão reformado a expressão direta de sua fidelidade cristã. É o que se nota quando se estuda o pensamento de Calvino sobre o dinheiro, a riqueza e a propriedade.

5.1 O TRABALHO

Dentro da perspectiva de Calvino, para que o homem exerça sua plena humanidade e seja um homem realizado e autêntico, ele precisa de trabalho. Essa é a sua vocação. O ser humano que não trabalha, não responde à sua vocação, pois, para isso ele foi chamado desde a Criação. No Antigo Testamento o trabalho é um mandato da criação (Gn 1.27). Essa foi a condição outorgada ao homem. Ele deveria cultivar a terra, dominá-la, sujeitá-la, exercer senhorio sobre todas as criaturas, trabalhar.

“Ainda hoje o trabalho é um ponto de confrontação entre a civilização medieval e o mundo presente;” a evolução do trabalho é responsável pelas principais mudanças de nossa sociedade (LE GOFF, 2005b, p. 93, 94).

Como diz Gerard van Groningen (2002, p. 499) “cada grupo familiar se tornou possuidor; cada família se tornou participante na “posse” abençoada e na “responsabilidade de cuidar dela. Na verdade, as famílias receberam o privilégio e a tarefa de amar, cuidar e fazer da terra um lugar de vida, amor, beleza, paz e prosperidade”.

Todo trabalho honesto é louvável. Deus criou o trabalho. O trabalho é o meio para se adquirir riquezas, e manter a humanidade. Ele não apenas criou o mundo, mas providencialmente ainda o preserva e o mantém em ordem. Cuida particularmente de cada detalhe em toda sua criação, e especialmente “guarda e mantém abrigados debaixo de sua mão os fiéis” (BIÉLER, 1990, p. 514). O trabalho é para todos; pois, “seis dias trabalharás...”, diz o mandamento. Negligência e preguiça não é bem vinda (Pv 6.6-8).

Porém, em consequência à Queda, o pecado entrou no mundo e com ele a corrupção da humanidade, a depravação total. Então a bênção e graça divina que acompanhavam o doce labor do trabalho saem de cena para entrar a dura maldição, imputando ao trabalho um teor penoso e doloroso. Os homens “foram criados para empregar-se em fazer alguma coisa e não para estarem ociosos e indolentes. Verdade é que esse labor era bem alegre e agradável, longe de todo enfado e insatisfação” (BIÉLER, 1990, p. 523).

O trabalho do homem foi corrompido por causa do pecado, “e desligado da obra de Deus, torna-se fonte de problemas, de ansiedade, de injustiça e de opressão”. Para que o trabalho recobre seu sentido original, de dignidade, de trabalho verdadeiro, adequadamente cumprido, para que seja serviço e não fonte de opressão, para que encontre nele satisfação é necessário que se reintegre e ajuste-se ao trabalho de Deus (BIÉLER, 1970, p. 51).

Calvino ao comentar o relato das conseqüências da maldição na Queda nos ensina que, antes, o trabalho era como que “um brinquedo”, agora, uma “maldição”:

Da terra comerás com trabalho todos os dias de tua vida. Pela expressão “comer da terra” entende Moisés viver dos frutos que provêm dela. O termo hebraico que nós traduzimos como “trabalho” significa também “enfados” e “insatisfações”. É o oposto do labor agradável em que se ocupava Adão anteriormente, de tal modo que lhe era como um brinquedo ou passatempo, pois que não havia sido criado para nada fazer, mas para ocupar-se em alguma coisa. Por esta razão, o Senhor o instalara no jardim para cultivá-lo, mas nesse labor não tinha senão prazeroso deleite; agora, lhe impôs um trabalho servil, tal como se condenado fosse às galés (CALVINO [CD-ROM] Gn 3.17, p. 103).

A ordem de cultivar a terra nos foi dada antes da Queda, como uma graça, um dom, uma bênção de Deus. Com a Queda e, conseqüentemente, a entrada do pecado no mundo – a terra, a mulher, o parto, a serpente, e, inclusive, o trabalho – foram amaldiçoados. Essa maldição sobre o trabalho tem um caráter pedagógico que produz arrependimento. Através do arrependimento o homem mortifica a sua carne e, assim, Deus lhe diminui o peso da maldição do pecado.

Mas, graciosamente, Deus preservou suas dádivas de bondade, pois ainda assim, permitiu que, mesmo caídos, tivessem filhos, mas ainda aumentou as dores do parto. Porém, mesmo como criaturas caídas, ele nos permitiu a bênção do trabalho, porém, agora, com fadigas e angústias. Finalmente, Cristo, segundo as Escrituras, através do seu sacrifício, aboliu a maldição do pecado. Logo, ele é o libertador da penalidade do trabalho. Como diz Salomão no Salmo 127:

Que os outros se levantarão bem de manhã e se deitarão bem tarde, e comerão o pão de angústia (Sl 127.2); o Senhor, porém, dará descanso a seus bem-amados, a saber, até onde o que havia sido corrompido por Adão é restaurado pela graça de Cristo; os fiéis sentem a Deus mais generoso para com eles e gozam do sulcor de sua paterna indulgência. (CALVINO [CD-ROM] Gn 3.19, p. 106).

Bênçãos são decorrentes de obediência à Palavra de Deus; por outro lado, as maldições são decorrentes da desobediência. Sucesso material através do trabalho é igual à bênção. Esta é uma relação com Deus. Muito embora, a bênção real pode claramente ser realizada na pobreza, e o sucesso material pode muito bem, nos vir como maldição.

Disto impõem-se concluir que nada nos faltará e que abundância de fruto colheremos, se a Deus nos voltarmos. E se pobreza e indulgência sofrermos, isto resulta de falta nossa, porque rejeitamos a bênção de Deus mediante nossa maldade (CALVINO [CD-ROM] Is 30.23, p. 703).

Assim, pela graça de Cristo, hoje, podemos ter alegria e prazer no trabalho. Se, pela fé, obedecermos a Deus, ele nos torna uma bênção real. O trabalho nunca deixou de ser uma bênção divina. Infelizmente, o conceito atual de felicidade está sempre ligado a deleites, riquezas, conforto e ociosidade. O reformador esclarece dizendo que

A graça de Deus, mercê da qual os fiéis desfrutarão de seu labor, é oposta à maldição a que sujeitos estão os homens [...] Os filhos de Deus são bem-aventurados alimentando-se de seu labor [...] Ademais, o Profeta admoesta-nos brevemente a estimar a felicidade de maneira diferente da que a estima o mundo, que põem a vida feliz na ociosidade, nos deleites, nas honrarias, e nas grandes riquezas [...] Quem, se a escolha lhe é dada, deseja viver de seu labor ou o considera um bem singular? Assim que os termos “alegria” e “felicidade” são proclamados, de pronto se desborda cada qual à intemperança, de tal modo é a cobiça do homem um abismo insaciável. Ordena-nos, então, o Profeta disto somente contentar-nos; que sejamos confortavelmente sustentados do valor de nossas mãos, sob Deus nosso mantenedor, como disse no Salmo 34.10: “Os leõezinhos sofrem necessidade e passam fome, porém aos que buscam o Senhor bem nenhum lhes faltará” (CALVINO [CD-ROM] Sl 128.2, p. 676).

Se o trabalho é uma bênção, conseqüentemente ele não é um obstáculo à vida e crescimento espiritual. O trabalho não tem valor ou fim em si próprio. É um sinal do Reino vindouro. Deve, então, ser “considerado como uma atividade transitória que nos encaminha para o único alvo da existência: a vida eterna” [...] “aguardando a vinda definitiva do Reino,

todo trabalho exprime a inquietude laboriosa da criação até a volta de Cristo”. Por isso é preferível o país celestial do que este mundo terreno. Preferir o país celestial é viver neste mundo, como que estrangeiros, com a mente, afeições e vontade voltadas para o Reino dos céus (BIÉLER, 1990, p. 526).

Trabalhar livremente é executar o trabalho divino, é quando deixamos de lado a vontade da carne e nos sujeitamos somente à vontade de Deus. A partir da obediência a ele é que vêm as boas obras, que são os frutos que o Senhor requer de nós. Sendo assim, pode então, o pecador, justificado pela fé, tornar seu trabalho útil e eficaz para o serviço de Deus no mundo. Após Deus nos ter reconciliado com Cristo, agora, honra e considera nossas obras aceitáveis; muito embora, elas ainda sejam imperfeitas e viciosas (BIÉLER, 1990, p. 515).

A oração de Calvino para o trabalho nos mostra, em suas próprias palavras o seu pensamento a respeito desse dom de Deus – o trabalho:

Nosso bom Deus, Pai e salvador, uma vez que a ti te aprouve ordenar que trabalhemos para podermos atender à nossa indigência, por tua graça, de tal modo abençoa nosso labor que tua bênção estenda até nós, sem o que ninguém poderá prosperar no bem, e que tal favor nos sirva para testemunho de sua bondade e assistência mercê da qual reconheçamos o paternal cuidado que tens de nós. Ademais, Senhor, que te apraza assistir-nos por teu Santo Espírito, para que possamos exercer fielmente nossos múnus e vocação sem qualquer dolo ou engano, pelo contrário, que tenhamos antes o propósito de seguir tua injunção que satisfazer o desejo de enriquecer-nos; que se, não obstante, a ti te apraz prosperar nosso labor, que também nos dês a disposição de proporcionar a assistência àqueles que estão na indigência, segundo os recursos que nos houveres dado, retendo-nos em toda humildade, a fim de que nos não elevemos acima daqueles que não hajam recebidos tal abundância da tua dadivosidade. Ou, se nos queres tratar em maior pobreza e indigência do que desejaria nossa carne, que te apraza fazer-nos a graça de acrescentar fé em tuas promessas, para fazer-nos seguros de que nos haverás de, por tua bondade, prover-nos sempre o sustento, de sorte que não caiamos na desconfiança; antes, pelo contrário, esperemos pacientemente que nos cumules não somente de tuas graças temporais, mas também de suas graças espirituais, para que tenhamos sempre mais amplo motivo e ocasião de render-te graças e descansar inteiramente em tua só bondade. Ouve-nos, Pai de misericórdia, por Jesus Cristo, teu Filho, nosso Senhor” (CALVINO [CD-ROM], Jr 31.13, p. 298).

O homem não vive tão somente do seu trabalho, mas sim, vive única e exclusivamente da graça divina. Pois tudo é dádiva de Deus, inclusive o alimento que compramos com o, suposto, “nosso” salário. A vida humana não se resume em apenas conquistar, ganhar, vencer, possuir; mas, principalmente, em confiar plenamente em Deus, “aquele que é contemplado no dia de descanso” (BIÉLER, 1990, p. 520).

Confiança em Deus se dá, também, pelo fato de o Criador se preocupar e cuidar de todos os detalhes de nossa vida cotidiana, comer, vestir, sorrir. Sua providência se estende até às pequenas coisas, as que nos parecem supérfluas ou sem importância. Por isso, Cristo, no Sermão do Monte nos censura quando nos preocupamos demasiadamente no que precisamos comer ou vestir. A advertência é para não estarmos ansiosos por coisa alguma, devemos repousar tranqüilamente confiantes na providência divina. Esta é uma verdadeira prova de fé, quando reconhecemos que somente Deus é o autor e o provedor dos bens materiais (BIÉLER, 1990, p. 520).

A Parábola do Servo Inútil nos ensina que, se o trabalho não pode ser um fim em si mesmo, pessoal ou social para o homem, “nem por isso deixa de ser um dos mais importantes aspectos de sua vocação, de sua obediência e de sua fidelidade”. *“Quem conhece a participação de Deus na vida econômica longe está de poder fazer de seu trabalho um fator primordial da existência. É o que a parábola do servo inútil põe evidência”* (BIÉLER, 1990, p. 520). Comentando a parábola, Calvino diz:

Impõe-se-nos deter nesta sentença de Cristo, de que nada fazemos para com Deus que não tenhamos a obrigação de fazer, que, porém, nos mantém ele sob seu domínio, com a estipulação de que lhe somos devedores de tudo o que temos e de que tudo deve ser posto ao seu serviço [...] Assim, pois, lembre-se cada um de que foi criado por Deus a fim de trabalhar diligentemente e de entregar-se à sua tarefa e isto não por um tempo, pelo contrário, até à morte e, mesmo, não somente para viver, mas ainda para morrer para Deus (CALVINO [CD-ROM] Lc 17.10, p. 147).

A esta ordem social confiada aos homens não é permitida a desonestidade nos negócios; pois, segundo Calvino, não é somente uma falta moral, mas um sacrilégio, um roubo contra os bens e serviços que o Criador providenciou à manutenção de seus filhos. Deus exige honestidade nos contratos, pesos e medidas, especulação e monopólio. Ele nos adverte a quaisquer medidas que provoquem a desorganização econômica e social. Comentando o texto de Amós, Calvino, diz que

A estes ladrões e assaltantes que lhe parecia deterem o poder de oprimir a gente pobre e o pequeno trabalhador; uma vez que eram eles que tinham grande abundância de trigo e grãos; como hoje vemos diante da carestia que haverá. [...] Os quais terão seus celeiros fechados; é o mesmo como se cortassem a garganta aos pobres, quando os fazem assim sofrer fome (CALVINO [CD-ROM] Am 8.5, p. 213).

5.1.1 As profissões

Como responder à vocação de Deus? A escolha profissional é de Deus ou pertence aos homens? Deus nos chamou para o trabalho, desde a criação – é nova vocação. Qualquer um realizará com satisfação e entusiasmo, a obra pela qual Deus lhe deu. Se o nosso trabalho não for aquele pelo qual ele nos chamou, será inútil, não é senão pura agitação vã. Não basta exercer qualquer função, temos que levar em conta o querer de Deus. Portanto, escolher uma profissão não deve ser em função de maiores ganhos, nem para agradar os pais, e, sim, de que tipos de serviços você prestará a Deus e aos homens. Vocação também quer dizer “chamado”. Deus jamais nos chamará para fazer algo que contraria a sua própria Palavra. Por isso a escolha da própria profissão deve vir de Deus, que nos chamou para tal. Nenhuma profissão será aprovada por Deus se ela não for útil a si e ao próximo (BIÉLER, 1990, p. 528, 529).

Deus chama a cada um para uma função particular com o fim de servir a sociedade como um todo. Esta divisão do trabalho é “um dos fatores da solidariedade humana sobre a

qual se fundamenta a vida social”. Essa associação e ajuda entre os seres humanas, através dos dons, no final, cumpre a plena vontade de Deus.

Cada um é chamado por Deus, conforme a sua vocação, para uma tarefa particular. Deus o torna dependente do trabalho e do serviço de outrem. “*A divisão do trabalho corresponde, pois, o desígnio de Deus e manifesta a interdependência de suas criaturas, chamadas a viver em sociedade. É a expressão concreta, visível e necessária de sua solidariedade. Ela pressupõe o intercâmbio contínuo entre os indivíduos, a reciprocidade que os liga uns aos outros.*” (BIÉLER, 1970, p. 58).

Enquanto, na Antigüidade era conferido o trabalho nobre aos homens livres e o trabalho manual aos escravos, Calvino ensinava que as Escrituras proibem qualquer diferença social ou preconceito entre os homens. Não há ocupações indignas. De forma clara e objetiva, evidencia a participação do trabalho humano na obra divina. Conferiu ao labor humano dignidade e valor espiritual. Esse fato, segundo Biéler, irá influenciar para o desenvolvimento econômico das sociedades calvinistas.

Na Idade Média, o trabalho era visto apenas como um dever terreno, sem qualquer relação espiritual ou com a fé ou ética. Tirando todo o prestígio e valor espiritual das atividades profissionais e dando prioridade à vida contemplativa. Haviam estabelecido certas hierarquias entre as ocupações mais legítimas.

Todo trabalho é digno perante Deus. Pois é Deus quem o capacita a trabalhar. “Quem é que dá a prudência, a destreza do corpo, a força para trabalhar, as aptidões, e os meios, não é Deus que tudo põe em suas mãos?” Ora, “nenhum artesão do mais baixo mister que seja, não é excelente em seu desempenho senão na medida em que o Espírito de Deus nele opera”. A secularização do trabalho é um pecado tão grave quanto sua divinização. Há um certo equilíbrio, pois na medida “em que o trabalho é relacionado com o Deus, na fé e na

obediência, é ele acompanhado de bênçãos”. Entretanto, ao trabalho divino, lhe é atribuído “a mais eminente dignidade”, ou seja, o trabalho espiritual está acima do profissional (BIÉLER, 1990, p. 523).

O comércio e as trocas são o complemento necessário para a ordem social intencionada por Deus e confiada aos homens. Deve aliviar o homem de suas privações e tornar a sua vida mais agradável. A fraude e a desonestidade causada pelo pecado – que deturpa o comércio da sua real função – impossibilitou e solapou as relações econômicas. Não é apenas um pecado contra a moral, é um sacrilégio contra Deus.

O homem do campo, segundo Calvino, é o trabalhador que mais, visível e imediatamente, está sujeito às ações divinas. Tanto as adversidades como as bênçãos podem ser sinais da graça ou ira de Deus, respectivamente. Tudo isso tem um caráter didático para o homem, prosperidade ou penúria, fome ou riqueza, saúde ou doença, boas ou magras colheitas. Essas situações podem, muito bem, ser provações ou castigo para aumentar a fé dos fiéis (BIÉLER, 1990, p. 560).

Devido à natureza humana corrompida, a desordem natural pode ser um sinal da advertência de Deus. Por outro lado, a harmonia natural, também, pode ser sinal da graça de Deus. Muito embora Deus dá sol aos bons e maus (Mt 5.45), não deixa de punir o seu povo ou um indivíduo em particular com tempestades ou outro juízo. Tudo isso tem um caráter pedagógico de Deus (CALVINO [CD-ROM], Gn 4.12, p. 132).

Levando em consideração que o que temos pertence a Deus e que não temos direito pleno e absoluto sobre nossos bens, por conseguinte, não podemos esbanjar. Como desperdiçar aquilo que, na verdade, não nos pertence? O patrimônio de Deus deve ser administrado por nós para servir as necessidades e não para o desperdício econômico fútil. O Criador não quer que exploremos de maneira desregrada a ponto de esgotar as riquezas de sua

natureza somente pensando no lucro econômico momentâneo e egoísta. Essa exploração intensiva e esterilizante dos recursos naturais, fornecida para a subsistência da humanidade, é uma ofensa à providência de Deus.

Não somente o trabalho do homem do campo é diretamente agraciado por Deus, mas também qualquer outro serviço que ele nos confiou para o bem da sociedade. Cientistas, trabalhadores braçais ou intelectuais são pessoas dotadas de dons dados por Deus para servir ao gênero humano. Cada um dará conta de si perante o tribunal de Cristo daquele ou daqueles dons que recebeu.

Não importa quais sejam os dons que o Senhor nos dá, devemos depositá-lo como dinheiro a um banco, para termos lucro dos juros. Enterrar e não aplicar para obter ganho seria um sacrilégio para Deus, pois ele nos recomenda a darmos bons frutos (CALVINO [CD-ROM], Lc 19.13, p. 328).

A Escolástica havia preservado a hierarquia moral das profissões. Dando primazia à agricultura e um certo menosprezo às profissões liberais como comerciantes e banqueiros. Biéler, fazendo uma análise crítica da doutrina conclui que

Foi seguramente essa noção calviniana e evangélica da eminente dignidade do trabalho, e mais ainda do trabalhador, que em todas as outras gerações suscitou o zelo reformista do protestantismo social. Onde quer que o Calvinismo permaneceu fiel ao princípio de base de seu fundador, que prescreve contínua renovação da fé, e da doutrina, e da vida, em contato com as Escrituras, foi ele fecundo em iniciativas sociais tendentes a dar a todos os trabalhadores o sentido e a dignidade de seu labor, contra todas as formas de alienação e de opressão (BIÉLER, 1990, p. 540).

Reconheçamos que nem todos exercem sempre a profissão que desejariam, nem todos se sentem realizados profissionalmente. Portanto, é necessário conduzir-se pacientemente em confiança e, constantemente, com a própria condição, até que Deus nos dê o privilégio de consagrarmos em nosso trabalho desejado (BIÉLER, 1990, p. 529).

Ademais, é preciso notar-se que há diferentes modalidades de trabalho. Quem quer que ajude e produza o benefício à sociedade humana através do seu labor, seja governando a própria família, seja administrando negócios públicos ou particulares, seja aconselhando, seja ensinando a outros, ou de qualquer outro modo que seja, não deve esse ser contado entre os ociosos (CALVINO [CD-ROM], 2 Tss 3.10, p. 44).

Sua arte e profissão devem redundar em servir ao próximo, no proveito comum de todos. Calvino jamais condenou a profissão, mesmo de mercador, comerciante ou financista, pelo contrário, lutou contra os abusos e os excessos dos mercantilistas de sua época. Buscava ele estabelecer na sociedade certa moral econômica, baseada nas Escrituras.

5.1.2 O salário

Tudo pertence a Deus. O homem não tem direito a nenhuma remuneração da parte de Deus. Ele não pertence ao empregado e nem ao patrão, ambos devem ter consciência disto. O salário é fruto da sua imensa graça, bondade, amor e misericórdia, para a nossa subsistência. É o sinal de sua providência que assiste nossas necessidades vitais. Sendo assim, o salário do próximo, também, não nos pertence. Deve ser estabelecido de comum acordo, justo e livremente em plena consciência de sua responsabilidade, em busca de suprir as necessidades reais do trabalhador. Esse é o significado espiritual do salário (BIÉLER, 1970, p. 56).

Se tudo pertence a Deus e estamos cumprindo uma ordem do Criador, conseqüentemente não merecemos recompensa, pelo contrário, nós é que somos devedores de tudo que temos e somos, tudo deve ser empregado a seu serviço. É isso que nos diz a Parábola do Servo Inútil.

É o que Cristo entende, quando diz que somos servidores inúteis, isto é, uma vez que Deus nada recebe de extraordinário de nossa parte, antes, recolhe apenas o rendimento

ordinário e os deveres que de direito lhe pertencem, a título de senhorio. Impõem-se, portanto, estes dois pontos a serem bem esclarecidos: que Deus, naturalmente, nada nos deve e que por todo serviço que lhe prestamos não merecemos sequer uma palha (CALVINO [CD-ROM], Lc 17.7, p. 145).

Entretanto, Deus, não sendo devedor de nada, mesmo assim, pela sua graça e bondade infinitas, ele nos sustenta abundantemente, e nos suprindo em nossas necessidades – sejam elas quais forem. Assim, todo salário ou remuneração é fruto da liberalidade, benevolência e amor paterno. *“Apesar de sua recusa em legitimar a revolta dos assalariados explorados e de seu recurso à violência, o reformador admite que Deus se serve amiúde da sua desobediência para julgar os que os exploram. Não se opõe aos protestos não-violentos nem à guerra.”* (BIÉLER, 1970, p. 56).

Antes da Reforma, com a alta dos preços e a defasagem salarial, alguns trabalhadores (para defender seus interesses) se organizam em confrarias clandestinas, criando “uma espécie de proletariado não raro turbulento”. Surgem algumas greves, como é o caso da greve dos gráficos em Lion, 1539, motivados pela insuficiência dos salários e por não concordarem com a distribuição dos horários de trabalho. Em Genebra, 1559, o Conselho da cidade fixa o limite máximo do salário dos operários e em seguida priva-os do direito de coalizão. Tal repressão da liberdade desemboca, sob a iniciativa dos pastores, em descontentamentos e debates entre operários, patrões e autoridades. É exemplar a atividade social que o reformador, e seus colegas, desenvolveram na busca da paz e justiça salarial, principalmente entre os gráficos e docentes; contribuindo, assim, para o desenvolvimento sócio econômico de Genebra (BIÉLER, 1970, p. 57).

Para Calvino, o salário tem um valor extraordinariamente elevado, pois é um sinal da graça e paciência de Deus. Ele valoriza nosso labor nos oferecendo galardão e bênçãos. É o penhor do seu amor testificado através da providência de Deus em manter suas Escrituras. Por isso, o salário não pertence a nós e sim a Deus, só ele o pode dar. Logo, o patrão faz, senão,

encaminhar ao próximo, aquilo que Deus lhe presenteou. Deus não dá o direito de extorquir ou atrasar o salário, ou parte dele. É graça de Deus para o sustento de seus filhos. Recompensem àqueles que Deus colocou em nosso caminho para nos ser canal de bênçãos. Rendamos graças a Deus e aos que trabalham para nós, pois Deus os pôs em nosso benefício.

E ainda, quanto ao salário justo que se deve pagar ao trabalhador, que não tem outro modo de se sustentar e nem outro emprego. É um sacrilégio, quando o patrão, o constrange a trabalhar por menor salário ainda, menos que o suficiente para sua subsistência. Isso não é apenas cometer injustiça social, opor-se à ordem divina, subtraindo o sustento do próximo. “A exploração dos assalariados é um crime que pede a vingança de Deus.”

Aquele que de um homem pobre arrancou o trabalho e, por assim dizer, lhe sugou o sangue, se, depois, o despede nu e indigente, é isso mais malévolos e monstruosos do que se a vida tirasse a um desconhecido. [...] Se um rico mantém, como se diz, o bico na água a um pobre trabalhador da terra ou a um trabalhador braçal, após ter abusado de seu trabalho, é isso quase lhe cortar a garganta, privando-o de seu sustento regular. A suma é que tal humanidade se guarde que ninguém seja lesado, nem sofra prejuízo por ser mal pago. [...] Quando os pobres que tendes empregado em obra vossa, e que tenham posto seu labor, seu suor e seu sangue a vosso serviço, não tenham sido assalariados como convém, e não os tendes confortado e sustentado; se a Deus vingança pedem contra vós, quem vos será procurador, ou advogado, que vos possa livrar? (CALVINO [CD-ROM], Jr 22.13, p. 951; Lv 10.11, p. 156; Dt 22.4, p. 47).

Principalmente àqueles que não tem quem ou como se defenderem. A estes, o próprio Deus os defenderá.

Deus ouvirá os gemidos dos aflitos que aqui não acham advogado nenhum, nem procurador. E de fato, quanto mais aquele que foi pilhado e roubado é resignado em sofrer a injustiça, tanto mais cedo estará Deus pronto a manter-lhe a causa (CALVINO [CD-ROM], Dt 24.14, p. 92).

O salário não pode ser fixado por um determinado cálculo com exatidão para todos os trabalhadores. Deve, sim, antes, ser visualizado e levado em consideração: as necessidades

materiais dos trabalhadores e da dignidade de serem filhos de Deus, considerando mais o amor que a lei.

5.1.3 O Descanso

Para compreendermos melhor a noção bíblica sobre o trabalho, nos faz necessário observar, também, o verdadeiro significado do descanso. Em comunhão com Deus e pela mediação de Cristo é que poderemos reintegrar o justo sentido do trabalho. Também há necessidade de descanso; por isso Deus criou o sábado, o dia de repouso, o dia de santificação, o dia de ter acesso ao labor divino.

Enquanto repousam, no repouso sabático, sentem necessidade de Deus em sua vida. A santificação restabelece-o na ordem e na ação de Deus. Seu trabalho volta a ser parte do trabalho de Deus. *“Ao mesmo tempo, o homem restaura justas relações sociais com o seu próximo. É a razão por que o mandamento sobre a santificação do dia de descanso faz menção das relações de trabalho, e das relações entre senhores e servos”* (BIÉLER, 1970, p. 51).

Le Goff relata que a guarda deste dia de descanso, apesar de lutas milenares, foi determinante para alavancar a economia ocidental:

O ritmo dos sete dias e a sacralização do Domingo (sobre o modelo da Criação), até hoje objeto de lutas sindicais, deu uma atenção particular ao trabalho e ao descanso (o respeito ao repouso dominical foi objeto de uma rigorosa regulamentação na época carolíngia). Essa divisão determina um ritmo de atividade econômica que, penso, foi muito favorável à boa produtividade do Ocidente medieval (LE GOFF, 2005b, p. 133, 134).

5.1.4 O Ócio

O homem foi criado para trabalhar. O trabalho realiza o destino do homem aqui na terra. Por outro lado, a ociosidade é uma forma de alienação humana, contrária à natureza humana. “Significa a recusa pelo homem de sua vocação divina, sua ruptura com Deus, uma ofensa a Deus.” O trabalho traz a bênção divina enquanto o ócio trás a sua maldição.

“Tenhamos vergonha de ficar ociosos.” Aquele que não trabalha não é digno de ser alimentado. Bem-aventurado é aquele que come do seu próprio labor. A bênção do Senhor está sobre as mãos daquele que trabalha, por outro lado, a ociosidade e a indolência são malditas por Deus.

A Bíblia condena, com extremo rigor, aqueles que vivem do trabalho alheio. São tidos por vadios e inúteis os que vivem do suor alheio, em nada contribuindo para a humanidade. “É, pois, razoável que os que querem se isentar da lei e regra comum seja também privados de sustento, que é o salário do labor.” [...] “Os indolentes constituem um flagelo à sociedade; são tão prejudiciais aos outros quanto a si mesmos” (CALVINO [CD-ROM], 2 Tss 3.10, 11, p. 44, 45).

O ócio é um vício grave. É um sinal de impiedade e de desobediência à ordem divina para o trabalho. Ele recusa, despreza e esbanja os dons que Deus lhe deu para servi-lo e ao próximo. Cristo, no juízo final, nos pedirá conta dos dons que recebemos, e não haverá escusas para os que sufocam seus dons e vivem preguiçosamente (Cf. Mateus 25.27).

Os vagabundos: decretado que se faça proclamação pública de que todos os vagabundos estrangeiros, que não tenham meios de ganhar a vida, sejam obrigados a deixar a cidade em três dias e os outros todos da cidade devem trabalhar, cada um em sua profissão, sob pena de serem postos em prisão (BIÉLER, 1990, p. 222).

Os reformadores, em seu tempo, condenando a ociosidade, atacavam diretamente ordens religiosas e monges que viviam às expensas da caridade pública. Denunciavam a interpretação, segundo eles, “equivocada e abusiva” dos pobres do Evangelho. Calvino relata que:

Qual é esta bela maneira de vender tudo de que se vangloriam os monges? A maior parte deles, porque não tinham eles de que alimentar-se em suas casas, se encafuaram em mosteiros como se em possilgas bem abastecidas. Tanto é que todos dão boa ordem à sua conveniência que engordam as expensas dos outros, sem trabalharem. Certamente aí está uma bela troca: isto é, em lugar do que nos é ordenado, dar aos pobres o que possuímos, justamente estes, não contentes com o seu, arrebanham os bens dos outros (CALVINO [CD-ROM] Mt 19.21, p. 297).

5.1.5 O Desemprego

Deus condena severamente aqueles que, tendo condições financeiras de empregar alguém, privá-os de trabalhar. Isso é uma ofensa, um flagelo ao ser humano e também a Deus. Tirar o trabalho do homem é privá-lo de ser homem, é tirar-lhe a própria vida. O trabalho é o sangue do trabalhador. Principalmente se este for um pobre. Pior é *“haver espoliado um homem pobre do labor de suas mãos; pois que, já o temos dito, não dispõe ele de outra fonte de renda nem herança e, ademais, não poupa ele seu trabalho, nem seu sangue para ganhar a vida.”* (CALVINO [CD-ROM], Dt 24.14-18, p. 92).

O ganho do trabalhador pobre serve-lhe apenas para ganhar a vida, pois não tem rendas, propriedades, nem poupança para sua segurança; *“ora, porque assim Deus lhes pôs a vida nas mãos, isto é, em seu trabalho, quando são privados dos meios necessários, é como se a garganta deles fosse cortada. Reitero que a vida deles está no seu labor”* Cf. Dt 24.1-6 (BIÉLER apud CALVINO, 1990: 534). E ainda:

Deus dará descanso àqueles a quem ama; enquanto os outros sofrerão grande labuta, deitarão tarde e levantarão cedo de manhã, terão de comer pão de rala e beber água da angústia, nada lhes aproveitará, ao invés de progredirem, retrocederão, enquanto os filhos de Deus prosperarem em todos os seus feitos. É, pois, a pura e graciosa bênção de Deus que sustenta os homens, como vimos anteriormente que Moisés dizia: Não pensarás que seja a tua diligência, nem o labor de tuas mãos, que te sustenta e te deu sustento, sabe que é teu Deus que tem agido e estarias desprovido de tudo, não fosse que ele o haja providenciado. Impõem-nos indubitavelmente, reitero-o, ter isto por plena conclusão. Vemos aqui, no entanto, que Deus atentou para o trabalho; quando falou da vida dos homens, levou em consideração a ordem que estabelecera, isto é, que um homem se dedique ao trabalho de suas mãos; Deus fez a promessa: Abençoarei o labor de tuas mãos quando cumprires com a tua obrigação. Ainda que, pois, recebamos nosso sustento da mão de Deus, ordenou ele que trabalhemos. É o trabalho vedado? Eis posta abaixo a vida do homem CALVINO [CD-ROM], Dt 24.1-5, p. 74).

Da mesma forma, também, é um crime tomar como penhor os instrumentos de trabalho. Deus proíbe tomar tudo quanto é necessário aos pobres para ganharem a vida e se manterem.

Essa gente trabalhadora não pode prescindir em sua atividade regular, como se alguém tirasse pela força de um lavrador a charrua, a gradeadora e outros equipamentos, ou fechasse a oficina de um sapateiro, ou de um oleiro, ou de qualquer outro, de tal modo que não mais pudesse exercer sua arte, estando desprovido de seus instrumentos e ferramentas, o que se vê pelo fio do texto, quando se diz que a vida está engajada com as mãos. Aquele, pois, que toma como penhor o que sustenta a vida de uma pessoa pobre é cruel, como se arrancasse o pão da boca de um homem esfamado, até mesmo como se a vida lhe tirasse, por isso que é ela cerceada, se forem suprimidos os meios de seu sustento (CALVINO [CD-ROM], Dt 24.6, p. 99).

Não devemos abusar do trabalho de outrem, pelo contrário, Deus quer e declara que devemos ter atenção especial para com os pobres e especialmente com os indefesos.

Nos é necessário tratar com tal humanidade aqueles que trabalham para nós, que não sejam gravados além dos limites; antes, que possam permanecer servindo e tenham motivos de render graças a Deus por seu trabalho. Dúvida nenhuma há de que Deus tenha aqui desejado corrigir a crueldade que caracteriza os ricos, que empregam em

seu serviço a gente pobre e não recompensam devidamente o seu labor (CALVINO [CD-ROM], Dt 25.1-4, p. 39).

A aplicação dessa doutrina em Genebra foi um exemplo da prática vivida por Calvino. Algumas medidas já haviam sido tomadas antes de sua chegada: *“o domingo fora declarado feriado, ao passo que outros dias de festa tinham sido supridos. Proibira-se também a vadiagem, exigindo-se que cada um tivesse alguma ocupação com que ganhar a vida.”* (BIÉLER, 1970, p. 51).

Outras medidas emergentes foram criadas, pelo reformador, com chegada à cidade de inúmeros refugiados. Formação profissional aos jovens, readaptação dos adultos a novos empregos, ocupações remuneradas provisórias aos que ainda não haviam encontrado emprego na sua profissão. Também criou novos empregos e novas profissões. *“Calvino entrevêm junto ao Pequeno Conselho para que, este, crie a indústria de tecelagem. Um dobador de seda lionês é incumbido de instruir os jovens internados no hospital público (hospital que abrigava indigentes). Mais tarde, certo Lucquois estabelece manufaturas de tecidos de seda. Outros refugiados, não satisfeitos em trabalhar na indústria, introduzem a cultura da amoreira e a criação do bicho-da-seda.”* (BIÉLER, 1970, p. 52).

No trabalho, o homem se realiza na obediência a Deus. No desemprego, o homem é privado de sua própria humanidade, é um flagelo social, um verdadeiro crime. Da mesma forma é um crime explorar o trabalhador.

O trabalho gera a riqueza. O dinheiro representa a riqueza do homem. Pode utilizá-lo para si ou para o bem comum. Tudo vai depender do significado e do valor que este lhe dará.

5.2 O DINHEIRO

O dinheiro, na doutrina de Calvino, é um valor diretamente ligado à fé cristã e intrinsecamente associado à vida espiritual. Em oposição ao antagonismo pagão milenar entre os valores espirituais e materiais. O dinheiro, a riqueza e os bens econômicos são colocados à disposição do ser humano para a organização de sua vida e da sociedade, o qual é “solidariamente responsável” (BIÉLER, 1970, p. 36).

O dinheiro não tem apenas função utilitária, mas tem um duplo sinal. Ele é, primeiramente, um sinal da graça de Deus e um sinal futuro do Reino de Deus, pelo qual sustenta a vida de seus filhos aqui, e sinaliza para uma vida próspera no mundo por vir. Mas, também, pode ser um sinal de condenação para os que recebem os bens de Deus e não os comunica ao próximo. Por essa razão o dinheiro sempre põe o homem à prova. *“A maneira de empregar nosso dinheiro traduz aos olhos de Deus, com exatidão matemática, nossa fé real, muitos mais do que nossas belas palavras ou nossos piedosos sentimentos.”* O uso do dinheiro irá determinar a nossa verdadeira piedade (BIÉLER, 1970, p. 36).

Na igreja Medieval, cristãos se retiravam no deserto em busca de uma vida contemplativa, silêncio, oração, meditação, mas acima de tudo tinham um grande “desdém pelas coisas materiais e pelo poder mundano”. Este era o ponto de vista geral da época. “Minúcio Felix achava que as riquezas são para desprezar, não para possuir.” *“Santo Ambrósio de Milão, no século 4º, afirma não nos conduzirmos pela lógica do mundo, que recomenda ajuntar riqueza; seguindo antes a sabedoria de Deus que não dá nenhum valor às posses terrenas.”* “Clemente de Alexandria (150-215 d.C.), que escreveu *A Salvação do homem rico*, foi quem propôs o princípio que finalmente prevaleceu, muito tempo depois: o essencial não era o possuir ou não possuir riquezas, e, sim, a atitude espiritual que se dá a elas. Charles Ávila assinala da grande importância que teólogos davam, na época, quanto às práticas e instituições relativas às posses e seu impacto na vida do povo. *“A igreja, como*

instituição que se tornou, era necessariamente conservadora, e refletia os ideais econômicos da sociedade na qual ela ocupava lugar privilegiado.” (KEELING, 2002, p. 104, 105).

A piedade é fonte de “grande e riquíssimo lucro”, uma “bem-aventurança” – afirma Calvino, comentando a Primeira Carta a Timóteo, no capítulo 6º . Ele diz que alguns, que entendem isso corretamente, agem de forma errônea e ímpia fazendo comércio da doutrina de Cristo, negociam “como se fosse mercadoria à venda”.

Aqueles que se aferram à aquisição de dinheiro, e que usam a piedade para granjearem lucros, tornam-se culpados de sacrilégio. Mas a piedade é por si só suficientemente um imensurável lucro para nós, visto que é através dela que nos tornamos não só os herdeiros do mundo, mas também [é através dela] que somos capacitados para o desfruto de Cristo e de todas as suas riquezas (CALVINO, 1998a, p. 168).

5.2.1 A Vida frugal

A vida frugal é o ideal pregado por Calvino. Podemos viver contentes com o necessário para nossa subsistência e que não há razão para a avareza, ambição ou inveja.

Nossa cobiça é um abismo insaciável, a menos que seja ela restringida; e a melhor forma de mantê-la sob controle é não desejarmos nada além do necessário imposto pela presente vida [...] Para assegurarmos que a suficiência [divina] nos satisfaça, aprendamos a controlar nossos desejos de modo a não querermos mais do que é necessário para a manutenção de nossa vida (CALVINO, 1998a, p. 168, 169).

Contra o “luxo e a superabundância”, e a ansiedade pelas riquezas, Calvino diz que a nossa natureza pode viver contente com o pouco. Por outro lado, tudo que “extrapola o uso natural é supérfluo”. Entretanto, ele esclarece, para que não haja mal entendido, a ponto de levarmos ao monasticismo, quando diz que: “*Não que algum uso mais liberal de possessões*

seja condenado como um mau em si mesmo, mas a ansiedade em torno delas é sempre pecaminosa.” (CALVINO, 1998a:169).

A pregação de Calvino sobre o dinheiro é direta e encoraja os pobres a estimular a liberalidade dos crentes. É vigorosamente contra os ricos que guardam sua riqueza, contra especuladores, contra sonegadores, “*contra o luxo insolente dos que, sem consideração pela pobreza dos outros, esbanjam o patrimônio comum que Deus concedeu para o bem-estar de todos.*” Entretanto, a pregação de Calvino vai além, ela é prolongada pela sua ação exemplar (BIÉLER, 1970, p. 45).

A modéstia em que vive com seus colegas é proverbial e toca as raízes da pobreza. Suas providências em favor dos deserdados são constantes. Importuna persistentemente os conselheiros da cidade para que tomem medidas de atendimento aos pobres. Depois da chacina dos protestantes em Provença, em 1545, organiza pessoalmente uma coleta geral, subindo as escadarias dos edifícios repletos de refugiados para recolher a esmola de todos (BIÉLER, 1970, p. 45).

5.2.2 O Uso do Dinheiro

O homem tem a responsabilidade de ser vice-gerente diante de Deus, para fazer o uso correto do dinheiro, da propriedade, das riquezas e dos bens materiais. Mas, quando o dinheiro toma o lugar de Deus no coração do homem pecador e, este, iludido, acredita que, em última instância que é o dinheiro e não Deus que lhe assegura o pão cotidiano e lhe garante o futuro. Assim, secretamente, e às vezes inconscientemente, o dinheiro, divinizado e idolatrado, toma o lugar de Deus, recebendo na Bíblia o nome de Mamon.

Calvino compara o amor extremado pelo dinheiro como qualquer outro gênero de vício ou crime. Explica que pecado não é o dinheiro, propriamente dito, mas o seu mau uso. Para aqueles que amam intensamente o dinheiro, “a avareza é a fonte do maior de todos os

males”. Tornam-se, assim, instrumentos de Mamon. Ter dinheiro não é pecado. Não é um mal em si mesmo (como pensam alguns que chegam a afirmar categoricamente que “o dinheiro é a raiz de todos os males). O pecado não está no dinheiro, e sim na a atitude perante ele. É a reação de cobiça ou avareza diante dele, que o leva ao pecado, quer sejam ricos quer sejam pobres. Por isso, apóstolo Paulo diz (1 Timóteo 6.10) que: “o *amor* pelo dinheiro é a raiz de todos os males.”

Não são as riquezas em si as causas dos males que Paulo menciona aqui, mas o profundo apego a elas, mesmo quando a pessoa seja pobre. [...] Pois todos quantos têm como seu ambicioso alvo a aquisição de riquezas se entregam ao cativo do diabo (CALVINO, 1998a, p. 169).

Este vício produz todo tipo de males. A consequência de uma vida desregrada em busca insaciável pelo lucro pode produzir males ainda piores. Ainda diz que “os que sofrem dessa praga gradualmente se degeneram”. Então, comenta que

É especialmente verdade no tocante à vil avidez por lucros, que não há males que este não produza farta e diariamente: incontestáveis fraudes, falsidades, perjúrio, impostura, extorsão, crueldade, corrupção judicial, contendas, ódio, envenenamentos, homicídios e toda sorte de crimes (CALVINO, 1998a, p. 170).

A Bíblia nos fala de quão transitória são as riquezas, e quão supérfluo é confiar unicamente nelas, “porque não passam de fumaça”. Comenta que “quando imaginamos tê-las, “como um relâmpago escapam de nossas mãos. Quão estulto é colocarmos nela nossa esperança!”. Pois quem provê todo o necessário de nossa vida e nos concede tudo o que possuímos “é unicamente Deus”. Que não somente supre o necessário, mas o faz com “imensa liberalidade divina” (CALVINO, 1998a, p. 171).

5.2.3 O Perigo das riquezas

Ainda o Reformador nos adverte do perigo das riquezas dizendo “quão perigosa é a abundância das coisas materiais”; especificamente duas coisas pelas quais os ricos devem se precaver: “o orgulho e a falsa segurança”. A confiança vem primeira, em seguida, vem a arrogância. E a razão pela qual os ricos se tornam insolentes e se deleitam em cultivar o desprezo pelos demais é porque “se imaginam especial e supremamente ditosos” (CALVINO, 1998a, p. 171).

Comentando sobre o “pão nosso de cada dia”, na Oração do Pai Nosso, em 1537, Calvino diz que podemos, sim, pedir todas as coisas que são necessárias ao nosso corpo e não apenas em relação à comida e roupa, mas tudo que for “útil para que possamos comer nosso pão em paz”. Com essas palavras, nos recomenda a crer na providência do Senhor em nos cuidar, “*esse bom Pai não considera indigno receber nossos corpos em sua custódia e cuidado, isso para exercitar nossa confiança nele através destas pequenas coisas, e assim esperarmos nele todas as nossas necessidades, até mesmo o menor farelo de pão e pingo d’água.*” (CALVINO, 2003, p. 66).

Quando pedimos o pão de cada dia estamos aprendendo a ser dependentes, contentes e confiantes àquilo que Deus nos dá a cada dia e hora. Portanto, na doutrina de Calvino não se justifica o ascetismo medieval. É através do trabalho humano juntamente com a graça divina que adquirimos nosso sustento. Assim, essa confiança deve ser acompanhada de obediência, zelo e responsabilidade.

Também comenta que é em vão e falta de confiança na providência divina o ato de, receosos, fazermos “grandes acumulações de coisas necessárias para nossa vida”. Deus avalia e supre bondosamente a todos os seus, igualmente, por isso, quando pedimos: “*dá-nos o pão*

de cada dia, estamos pedindo aquilo que é necessário, aquilo que ele mesmo nos proporcionou com confiança e humildade.” (CALVINO [CD-ROM] Mt 6.11, p. 281).

Não devemos desejar mais que o necessário e sim confiar que ele não falhará conosco nunca. E por mais que temos em abundância, mesmo assim, não devemos deixar de pedir pelo pão nosso de “cada dia”, reconhecendo que nossas posses atuais são nada, enquanto Deus não dispensar sua bênção nelas e fazê-las prosperar e serem úteis em seu uso a nós a cada dia e hora. Muito embora, a origem de nossas posses pareçam ter sido adquiridas por empenho próprio, na verdade, são apenas uma porção do “presente simples e gratuito de Deus” que são distribuídas providencialmente a nós diariamente. Sendo assim, Deus, em sua infinita bondade, “faz com que seja nosso aquilo que por direito não nos era devido” (CALVINO, 2003, p. 67).

Finalmente, Calvino (2003, p. 66, 67), ainda comentando sobre a Oração do Senhor, na quarta petição: “O pão nosso de cada dia dá-nos hoje”, ele nos ensina o seguinte:

Ora, quanto ao nosso pedido de pão nosso “de cada dia” e “hoje”, significa que não devemos desejar nada além do que é necessário para nossa vida diária. E devemos confiar que, assim como nosso Pai nos nutriu hoje, ele não falhará amanhã. Qualquer que seja a abundância que temos no presente, é sempre conveniente pedir nosso pão de cada dia, reconhecendo que todas as posses atuais são nada, exceto enquanto o Senhor, pela infusão de sua bênção nelas, as faz prosperar e serem úteis, reconhecendo que as posses atuais que estão em nossas mãos não são nossas, exceto quando ele dispensa seu uso a nós a cada hora, e nos distribui uma porção delas. Quanto a chamar esse pão de “nosso”, a bondade de Deus parece ser ainda maior, pois esta bondade faz com que seja nosso aquilo que por direito não nos era devido. Finalmente, nosso pedido que ele nos seja “dado” significa que ele é um presente simples e gratuito de Deus, qualquer que seja a sua origem, muito embora pareça ter sido adquirido por nosso próprio empenho.

Com a finalidade de corrigir o “depravado apego” às riquezas, ele “estabelece qual o uso correto de nossos bens materiais”. Assim, ele nos recomenda essa virtude e “ainda adiciona um incentivo”. Pois diz que “ao distribuir e repartir generosamente” nossos bens aos

necessitados, estamos entesourando um “sólido fundamento futuro”, ou seja, um tesouro celestial, que é infinitamente superior, em valor e duração, às riquezas da terra. Como antídoto contra a avareza, conclui que:

Qualquer que se devota a buscar a justiça, que almeje a santidade, que almeje a piedade, a fé e o amor, e que cultive a paciência e a mansidão, não poderá deixar de abominar a avareza e seus frutos (CALVINO, 1998a, p. 172).

Ainda salienta Calvino, que é fútil pensar “que podemos, através das boas obras, merecer a vida eterna”. Pelo contrário, são frutos exclusivos da “graciosa aceitação de Deus”. E que apesar de “*estarmos longe de dar tudo o que devemos*” e, também, que “*tudo que se gasta com os pobres é aceitável a Deus*”; mesmo assim, “*ele aceita nossos serviços tais como são, e concede por eles um galardão que longe estão de merecer*” (CALVINO, 1998a, p. 172).

Ter riquezas não é necessariamente um sinal de bênçãos divinas. Sentimento de orgulho ou altivez quando adquirimos honras ou riquezas é reprovável diante de Deus. Nem que “sejamos insolentes quando formos bem-sucedidos com prosperidade e saúde”. Pois, ele, “quando considera conveniente, faz uso da cruz para frear, restringir e submeter a arrogância de nossa carne” (CALVINO, 2001, p. 50).

Se examinarmos a cerca dos planos e empreendimentos ambiciosos, e ações de cada indivíduo, descobriremos que suas ambições só alcançam o nível desta terra. Por isso, podemos nos considerar realmente estúpidos, quando permitindo que nossa mente se cegue com o esplendor das riquezas, do poder e da honra, não possa ver nada mais além dessas coisas. Também o coração angustiado e cheio de avareza, ambição e outros maus desejos, não pode elevar-se acima do nível terreno [...] Para que não se apeguem com avidez às riquezas passageiras deste mundo, ou que não venham a depender somente daquilo que possuem, ele lhes reduz à pobreza, ou limita-lhes à mediocridade, algumas vezes por meio do exílio, outras pela esterilidade da terra, às vezes pelo fogo ou qualquer outro meio (CALVINO, 2001, p. 60).

A redescoberta da função do dinheiro tem repercussões sociais. Agora liberto e salvo do pecado, o cristão pode, com o dinheiro, oferecer culto a Deus. Ofertar é essencialmente espiritual, é “um ato piloto, um ato de culto, de primeira ordem”. Através da “morte do eu-próprio e a nova vida” do homem arrependido lhe impõe “uma disciplina que abarca a totalidade de sua vida”. A ascese não é uma condicional para a vida eterna, apenas, passa a ser sua conseqüência, “ela é o resultado da santificação”. Com efeito, é pela oferta que o crente atesta a Deus que Mamon foi destronado. “Mediante dádivas concretas ele exprime a Deus a medida real de sua fé e confessa que seu Senhor é realmente o dono incontestado de toda sua vida moral, física e material” (BIÉLER, 1970, p. 42).

Comentando sobre a Parábola do Rico Insensato Calvino diz que, este era, na verdade, um falso discípulo, cuja mente estava completamente voltada para o dinheiro. Suas palavras mostram que no seu interior havia um louco entusiasmo para se beneficiar (CALVINO [CD-ROM] Lc 12.13-21, p. 107).

Há uma crença geral que a felicidade de um homem está proporcionalmente ligada às suas posses. E que uma vida feliz é causada pela riqueza. Estas palavras, segundo Calvino, nos mostram, como um espelho, um vívido retrato de nossa opinião, como vivem os homens abastados. Também nos ensina duas coisas. Primeiro, nossa vida atual é curta e temporal. Em segundo lugar, nos mostra que a riqueza não pode prolongar a vida de um homem. Então, para que acumular tanta riqueza? O melhor remédio é depender do pão de cada dia, da sua providência, quer sejamos ricos ou pobres (CALVINO [CD-ROM] Lc 12.13-34, p. 108).

Cristo não condena este homem rico pelo fato de ser um proprietário cuidadoso em guardar seus produtos, mas sua condenação explícita é somente pelo seu desejo faminto de ter, como um redemoinho que devora tudo que vê pela frente; ou seja, este homem não compreendeu qual o uso correto de seus bens. “Louco, esta noite pedirão a tua alma...” O homem rico é condenado pela sua estupidez em não saber que a sua vida depende de Deus. O

rico que confia nos seus bens terrenos, mas não sabe que, na verdade, depende unicamente da providência divina. Independentemente, se são ricos ou pobres, a nossa oração sincera diante de Deus deve ser: “dá-nos o pão de cada dia”. Em suma, esta parábola nos ensina que: é em vão confiar na abundância de nossas próprias riquezas; não depender de Deus, somente; não estar satisfeito com sua providência, e “definitivamente, tais pessoas sofrerão o castigo de sua própria loucura” (CALVINO [CD-ROM] Lc 12.13-34, p. 110, 111).

5.3 A PROPRIEDADE

No livro dos Atos dos Apóstolos, escrito por volta do ano 64 d.C., vemos a incipiente igreja de Jerusalém como um “exemplo radical de desapego à propriedade: eles tinham tudo em comum”. Isso, pelo fato de “não haver uma dicotomia irreconciliável entre ser cristão e possuir bens materiais”. O Cristianismo afetou a atitude para com o dinheiro. “Os cristãos não se consideravam donos das propriedades, mas seus administradores.” O perigo das riquezas está na cobiça: a vontade de possuir cada vez mais (REIFLER, 1992, p. 188). E ainda:

O Novo Testamento não condena as propriedades, mas apela para um estilo de vida simples, honesto e digno diante de Deus e dos homens. O cristão se considera administrador justo e responsável, e não dono absoluto de seus bens. Ele abre a mão ao necessitado e, se for necessário, está pronto para vender suas posses para o benefício da obra do Senhor.

Na História da Igreja a questão da propriedade se repete: Deus é o único proprietário; e o homem, o “gerente de Deus para o serviço do próximo”.

Hermas já advertia que as riquezas impedem a devoção a Deus. Ambrósio e Crisóstomo negam o caráter absoluto da propriedade pessoal como expresso na lei romana, mas enfatizam que Deus concede mordomias a fim de serem administradas para boas obras. Aquele que não partilha sua riqueza com o pobre é considerado ladrão. Na Idade Média, Tomás de Aquino, seguindo Aristóteles, justifica a propriedade pessoal como manifestação da liberdade individual, mas faz constar também sua função social (sustento pessoal e familiar, e graciosidade para com o necessitado) (REIFLER, 1992, p. 188).

Na Idade Média, a propriedade privada era legítima, um direito de usufruir um bem que pertence a Deus. Para Tomás de Aquino não bastava, somente, gerir bem e honestamente os recursos ou necessidades do próximo. Os reformadores combateram diversos movimentos de sua época: Repudiavam os Cátaros e os Albigenses, que consideravam a matéria como essencialmente má; os Waldenses, cujo ensinamento tendiam para um certo comunismo da propriedade (BIÉLER, 1970, p. 46).

Também para alguns humanistas, que ao retornarem aos clássicos, gregos e romanos, levavam ao absoluto o direito de propriedade individual, decorrente do direito romano. E também, alguns, chegando ao extremo, a um certo comunismo, inspirados na República de Platão e no berço do Cristianismo. Por conseguinte, a distância entre ricos e pobres toma proporções gigantescas. Com o desenvolvimento das operações de crédito e da prática do comércio as desigualdades sociais aumentam (BIÉLER, 1970, p. 46).

Os mais preocupantes movimentos de transformação social eram os movimentos “comunistas” de teor religioso formados por revolucionários camponeses e urbanos. Dentre estes, os anabatistas, os irmãos moravianos e os libertinos foram os que mais conheceram, tanto na teoria como na prática, os mais importantes progressos nesta luta. Os demais somente conheceram as revoltas, guerras e massacres. Os irmãos moravianos tiveram, em atividades agrícola e artesanal, experiências mais moderadas, duradouras e significativas. Organizavam-se em famílias, eram unidos no socorro e nos serviços entre si. Estes foram os que mais se aproximaram do ensino dos reformadores (BIÉLER, 1970, p. 46).

Calvino argumenta que Deus é Senhor do universo, o único proprietário do mundo. Por amor ao ser humano, Deus associa-o à sua própria dominação. O homem é a coroa da Criação, tudo que existe foi criado para a sua habitação e domínio. Deus compartilha ao homem a sua criação, colocando-o como segundo proprietário, de segunda instância, confia a gestão dos bens aos homens. Não podemos exaurir nem vender o que, na verdade, não nos pertence. É um dom de Deus confiado ao próximo.

Razoável é concluir que Cristo não ordena a todos indiferentemente vender o que tem. Mal faria o lavrador, acostumado a viver de sua lavoura, e dela sustentar os filhos, se vendesse sua propriedade sem que a isso o constrangesse a necessidade. Quando, pois, conservarmos o que o Senhor nos pôs às mãos, desde que, daí sustentando nossa família sóbria e honestamente, prodigalizemos certa porção aos pobres, eis uma virtude maior que a tudo dissipar e abandonar (BIÉLER, 1990, p. 468).

Portanto, “cada um que é despenseiro de Deus em tudo aquilo que possui”. Deus dá ao homem um tipo de concessão à propriedade, porém não lhe deu somente para o seu proveito material. É uma *“dádiva da vida eterna, é um como que sinal destinado a prefigurar o reino divino, que é dado graciosamente; é assim que, de início, deve ele ser recebido e compreendido”*, diz Biéler (1990, p. 464).

Se, somos gerentes dos bens para o serviço do próximo, então, Deus nunca dá à propriedade um sentido individual. Se não nos pertence, a propriedade, então, não pode deixá-la estagnada. O individualismo é considerado como roubo. Somos depositários de Deus, ele nos confiou seus bens afim de que seja produzido, tenha lucros, prospere. Calvino condenava os “monges preguiçosos”, que “exploravam a bondade dos outros”. Quem não explora, valoriza ou extrai lucro dos bens que Deus lhe confiou é culpado. A ordem é fazer a propriedade frutificar.

Sabemos que o Senhor não dá a todos suas dádivas em igual medida, antes, as distribui diversamente como bem lhe parece, de sorte que uns têm mais do que os outros (1Co 12.7; Ef 4.7). Quaisquer dádivas, porém, que o Senhor nos tenha outorgado, saibamos que isto nos é confiado à guarda como dinheiro, a fim de que produza ganho e lucro. Nada há mais desarrazoado do que enterrar e não aplicar a qualquer uso proveitoso às graças de Deus cuja virtude consiste propriamente em produzir fruto. [...] Possuímos o que Deus nos pôs nas mãos com a condição de que nos contentemos em usá-lo sóbria e moderadamente, guardando o que sobejar. Quem possui um campo, dele de tal modo recolha o fruto anual que não permita que se deteriore o patrimônio por negligência de sua parte, pelo contrário, empenhe-se diligentemente por legá-lo aos que lhe virão depois tão bem ou até melhor cultivado do que o que recebeu. De tal forma viva dos seus frutos que nada lhe desperdice por excesso, nem deixe entregar-se ou perecer por negligência (CALVINO [CD-ROM], Mt 25.31, p. 132; Gn 2.15, p. 66).

Cristo se fez pobre para colocar à disposição a totalidade das riquezas do mundo aos homens (Cf. 2 Coríntios 8.9). Cristo restabelece à Igreja, seu corpo, um intercâmbio espiritual, a comunicação dos bens materiais como uma expressão clara da comunhão com ele. Essa comunhão espiritual, o verdadeiro amor do cristão e da Igreja, deve se traduzir em atos materiais, mobilizando o dinheiro. A espiritualidade da igreja é medida através dos atos materiais, onde expressa o seu verdadeiro amor. Para dar o exemplo, Calvino pedia aos pastores que dessem o verdadeiro exemplo de caridade, para atender o conforto material dos fiéis:

Um bom e fiel ministro, pois, considerará o meio que bom será adotar para consolar os sofredores e aflitos, conforme a afecção que neles vir, e tudo pela Palavra de nosso Senhor. Ademais, se tem o ministro algo com que possa também confortar e ajudar materialmente aos pobres aflitos, nada poupará, a todos mostrando verdadeiro exemplo de caridade (BIÉLER, 1990, p. 458).

Era proibido em Jerusalém, nos tempos de Jesus, alugar casas por serem consideradas “propriedade comum de todo Israel” (JEREMIAS, 1983, p. 146). *As viúvas, os órfãos, os estrangeiros: haverão de ser sustentados. Se bem que, por vezes, não fossem os estrangeiros*

parte do corpo de Israel, nem de sua religião, queria Deus, ainda assim, que piedade se tivesse para com eles. (CALVINO [CD-ROM], Dt 14.24, p. 93).

A caridade da Igreja não conhece fronteiras. Cada um põe em serviço ao próximo os dons que recebeu de Deus. Estes dons são distribuídos desigualmente (2Co 8.13, 14). A medida da fé e do amor é a medida da própria dádiva material (2 Co 8.8, 13, 15; 9.1).

5.3.1 O papel do Estado

Para Calvino, a missão política do Estado é de intervir na esfera econômica quando necessário, buscando a restauração parcial dessa ordem no conjunto da sociedade. Não tanto como produtor de bens e serviços, mas como regulador de trocas econômicas e da distribuição das riquezas e o bem-estar da vida econômica, produzido pela ganância e pelos monopólios. Em suma, a função do Estado a respeito das riquezas é

Garantir a propriedade privada afim de que haja ordem na sociedade. Mas, de outro, deve velar para que a propriedade não se constitua em detrimento da propriedade de outrem e ela sirva também à coletividade como um todo. A propriedade não é, pois, absoluta. Antes é limitada e condicionada. Calvino chega a citar como exemplo a antiga lei judaica que previa a redistribuição periódica das terras e a liquidação das penhoras, de tal modo que a propriedade não se torne jamais uma fonte de opressão social mediante o endividamento progressivo e geral (BIÉLER, 1970, p. 46).

Responsabilizando o Estado pela vida social, Calvino diz: *“regulem eles a vida dos povos mediante ótimas leis e procurem o bem e a tranquilidade dos cidadãos, tanto no domínio público quanto no particular”*. O Estado deve trabalhar de forma justa e com equidade, quer seja ele conservador ou inovador em suas ações, para manter a ordem econômica e social da sociedade. Os magistrados devem garantir e supervisionar os contratos e instrumentos de pesos e medidas de dinheiro. Cabe, ainda, ao Estado estabelecer a ordem

jurídica contra o açambarcamento das riquezas e da propriedade, pois nenhuma riqueza ou propriedade é legítima se não for posta a serviço do próximo. Entretanto, não isenta de responsabilidade pessoal o proprietário, pois, este, é depositário de Deus, e em tudo Deus lhe pedirá conta (CALVINO, 1999b, IV.20.9).

5.3.2 O “Comunismo” da igreja Primitiva

Na igreja Primitiva (dos cristãos do primeiro século) não havia excessos. Distribuíam seus bens, somente, e, quando, tinham necessidade. Vender os bens e repartir entre os pobres não era uma regra. “Apenas vendiam segundo requeria a necessidade. É provável que muitos tenham havido que não tocaram em seus bens e posses.” Não há razão para extrair do ensino das Escrituras e nem de Calvino que a igreja Primitiva é modelo de “Comunismo” como alguns querem. A intenção é apenas nos dar um bom exemplo de uma igreja amorosa e consciente de sua responsabilidade social. É o que sugere:

A exemplo de amor singular, entre si, Lucas registra que na igreja Primitiva os mais abastados vendiam seus pertences para ajudar os pobres. Para que saibamos que devemos aliviar a pobreza do nosso irmão com nossa abundância (CALVINO [CD-ROM], Atos 2.44, p.105).

Usaram de moderação e prudência, os bens, “não foram repartidos igualmente”. Não eram individualistas, nem comunistas e nem tão pouco monásticos, mas nos deram um bom exemplo de caridade.

Foram em si unidos por um amor verdadeiramente fraternal, e o que tem eles mostrado, com efeito, em que os ricos vendiam seus bens e posses para assistir à necessidade dos pobres. Ora, belo exemplo de caridade é este, e este São Lucas o narra a fim de que saibamos que devemos assistir à indigência de nossos irmãos pobres com aquilo que temos em abundância. [...] Ora, os monges têm mostrado

ridícula impudência, afirmando que sustêm a regra dos Apóstolos, porque nada possuem de próprio e, contudo, nada vendem, nem se lhes dá se alguém está na indigência; antes, abarrotam seu ventre ocioso com sangue dos pobres, e outra coisa não buscam em sua comunidade senão saciar-se e entreter-se lautamente, ainda que todo o resto do mundo esteja esfalmado. O que eles têm, pois, de semelhança com os primeiros discípulos de que estamos a falar e de quem querem ser havidos por imitadores? (CALVINO [CD-ROM], At 2.32, 34, 44, 45, p. 88, 90, 106).

Ao jovem rico, Jesus estava apenas lhe aplicando um teste, mas não podemos extrair dali doutrina “comunista” ou para que todos doem seus bens aos pobres indiscriminadamente. Calvino explica que este jovem era rico e tinha o coração posto em seus bens, e não tinha consciência de que isso era um grave defeito. *“Nosso Senhor, então, vem expor a malícia dele a fim de que conheça seu mal e não mais se vanglorie de ter cumprido todos os mandamentos da Lei desde a infância, do que bem longe estava ele.”* É, pois, grosseira tolice tomar esta sentença que serviu para provar o coração de um homem, em especial, para fazer dela uma doutrina universal (BIÉLER, 1990, p. 495).

Para obter salvação, não somente estão equivocados em desejá-los, como colocam Deus debaixo da obrigação de salvá-los por suas obras. Em nenhum lugar da Lei nos obriga a vender tudo o que temos, entretanto, reprime nossos desejos pecaminosos, e nos ensina a estarmos preparados para a fome e a pobreza. Este jovem estava longe de guardar todos os mandamentos, aliás, sua fascinação estava sobre suas riquezas. Indubitavelmente, como a “caridade é o vínculo da perfeição”, no que se refere ao uso do dinheiro, este não merece elogios. Portanto, Cristo não somente aplaude o vender seus bens, mas sim, a liberdade em ajudar os pobres (CALVINO [CD-ROM], p. 295, 297).

Calvino dizia que eram “excessivamente ridículos” os monges de seu tempo reclamarem e interpretarem erroneamente essa passagem. Em primeiro lugar, é fácil deduzir, que Cristo, aqui, não está ordenando a todos, sem exceção, a vender tudo o que tem. Não ordena que o marido que está acostumado a viver do seu próprio trabalho e a sustentar seus

próprios filhos, venda seus pertences inviabilizando a manter-se a si próprio e a sua família. Para ele, uma virtude maior é de maneira frugal, outorgamos alguma parte aos pobres. A ordem de Cristo é que devemos renunciar a carne, aprender a viver modestamente; pois, para aquele jovem foi difícil deixar este vício, por isso, se retirou de Cristo (CALVINO [CD-ROM], p. 298, 299).

Os discípulos, comparando-se com o jovem rico, pergunta: Senhor, não levamos uma vida nômade e pobre, acompanhando moléstias e desgraças, deixando nossas propriedades para seguir a ti? Pensavam estes que tivessem alguma recompensa. Seria ridículo aos discípulos trocar sua vida por outra mais modesta e de privações para obter salvação, e não por amor a Cristo. Recompensa maior terá na vida eterna àqueles que forem privados de pais, filhos, cônjuge, despojado de sua riqueza “para testemunhar o nome de Cristo” ou luta difícil com a pobreza. Ele não só alivia suas dores, mas recompensa na eternidade. E então o fiel reconhecerá que isso é melhor que toda riqueza do mundo (CALVINO [CD-ROM], Lc 22.28-30, p.131, 132).

5.3.3 O Ano Sabático

O homem não é proprietário absoluto da propriedade, pois não pode fazer dela o que bem entende. Por isso, Deus, em Israel, instituiu o ano sabático e o ano do jubileu, para os fazer compreender e sempre lembrar que: a origem da terra é divina e a sua finalidade é o serviço ao próximo para o bem da coletividade. Diz Biéler, “*a periódica distribuição das terras e a liberação das dívidas deviam permitir manter entre todos um ‘estado médio’ de riquezas e impedir que a propriedade, mediante o açambarcamento dos ricos, se viesse a tornar uma fonte de opressão social*” (BIÉLER, 1990, p. 496).

A alienação dos bens da família e o desenvolvimento do empréstimo a juros tiveram por consequência o aumento da pobreza e a servidão dos devedores inadimplentes ou de seus fiadores. Assim se destruiu a desigualdade social que havia existido nos tempos da confederação das tribos e que continuou como um ideal. Para remediar esses danos, a legislação religiosa tentou criar duas instituições: o ano sabático e o ano do jubileu (VOUX, 2004, p. 209).

Com a finalidade de proteger a terra dos abusos do homem caído, Deus nos sujeitou às leis sabáticas. É em obediência a essa lei que os israelitas celebravam a cada sete anos o “ano sabático”. Desta forma, assim como havia o descanso semanal – a cada sete dias – dos homens, seus animais e servos, Deus ordenou que a cada sete anos a terra, a cada sete anos, também, deveria descansar. Contribuindo à terra maior fertilidade para os próximos sete anos seguidos do ano de descanso. Essa lei, além de dar aos judeus um profundo sentido espiritual, lhes ensinava e recordava que, apesar de donos, não tinham direito à exploração ilimitada de suas próprias terras.

Um escravo israelita, inadimplente que foi vendido ou que se vendeu por causa da dívida, não podia ser retido por mais de seis anos, pois ganhava liberdade e remissão da dívida no sétimo ano (a menos que preferisse ficar com o seu dono, Êx 21.2-6). A cada sete anos era feita a “remissão” das dívidas e das pessoas escravizadas pela inadimplência – um ano de perdão das dívidas, libertação dos escravos e descanso da terra (Dt 15.1-18). Também os campos, as vinhas e os olivais não eram cultivados a cada sete anos, pois este era o ano de “descanso” da terra; e a produção daquele ano era deixado para os pobres (Êx 23.10, 11).

5.3.4 O Ano do Jubileu

Outra lei dada aos judeus com o mesmo caráter pedagógico era o “ano jubileu”. Este era celebrado no final de cada 50 anos. É uma forte lembrança que a terra e seus frutos

pertencem somente a Deus. E que o fato de desfrutarmos, disso, que é fruto da bondade divina dispensada aos seus. Assim, a cada 50 anos havia uma redistribuição das terras. Aquele que vendeu sua terra ou a sua família e passava necessidade, depois do ano jubileu, podia então restituir o que antes era seu. Voltar a ter a sua terra e a sua família novamente.

Ora, este sábado era o mais nobre e o mais dignificado, porque nele era renovada a condição do povo, tanto no que tange às próprias pessoas quanto ao que respeita às casas e à posse dos campos. Se bem que por este meio proveu Deus à utilidade pública, assistiu aos pobres a que lhes não fosse oprimida a liberdade, e até mesmo a conservar o estado que infundira entre o povo, não há dúvida, entretanto, de que bem quisera fosse esse aguilhão a incitar judeus a honrarem o sábado. Notável memorial do santo repouso foi ver libertados os servidores, à posse de seus donos, que os haviam vendido, retomarem as casas e os campos, enfim, contemplar uma face nova de todas as coisas. A isso tendia a restauração que, resgatados neste grande sábado, se dedicassem plenamente a Deus que os havia liberado (CALVINO [CD-ROM], Lv 25.8, p. 295).

Na prática, a posse hereditária da terra no Antigo Testamento estava ligada na família, pois a cada 50 anos era necessário redistribuir essa terra no ano de jubileu (Lv 25. 8-34). O ano jubileu atesta o direito à propriedade – “era possível obter o usufruto de uma terra, mas não se podia adquiri-la legalmente: o preço de venda correspondia-se somente à sua utilidade econômica até o próximo ano jubileu”. Essa redistribuição da terra, diz Reifler (1992:185), “permitia uma reforma agrária justa e adequada”. E:

Na verdade, não sabemos ao certo até que ponto o ano sabático era praticado como tal; mas o simples fato da existência de legislação a respeito indica certa consciência a respeito daquele princípio fundamental de que o ser humano é mordomo da terra e que a própria terra é dom de Deus (Jr 34.13, 14). Esse princípio não nega o direito à propriedade, mas subordina esse direito às necessidades de todos os membros da comunidade: era uma advertência contra o acúmulo irresponsável de propriedade que não leva em conta as necessidades de viúvas, órfãos e forasteiros. [...] O cuidado para com os pobres não era apenas uma questão de compaixão; era também, e sobretudo, de responsabilidade frente ao ato criador e salvífico de Deus. O bem-estar e a plenitude de todas as pessoas da comunidade da Aliança dependia da deferência devida aos mais fracos. Não se trata de idealizar a pobreza. O trabalho humano, o fazer a terra produzir frutos, continuava sendo a norma.

Eram dois anos consecutivos de descanso para a terra. A lei supõem que a transferência de propriedades, o empréstimo a juros, a servidão por dívidas, são fatos comuns para a época. Portanto, essa lei aparece como que propondo “um ideal de justiça e de igualdade social”. A terra não podia ser vendida com perda total de direito e os israelitas não podiam ser reduzidos à escravidão perpétua; pois tanto eles como suas terras, pertencem, na verdade, a Deus. R. de Voux (2004, p. 211, 212), ainda diz:

Este acontecimento a cada 50 anos, ao final de sete semanas de anos. Era uma libertação de todos os habitantes do país. As terras ficavam em repouso, cada qual voltava a tomar posse de seu patrimônio, isto é, os campos e as casas que haviam sido transferidos a outros voltavam a seu proprietário primitivo, exceto as casas da cidade, que só podiam ser resgatadas no ano seguinte a sua venda. Por conseguinte, as transações imobiliárias deviam ser feitas calculando os anos que faltavam para o jubileu seguinte: não se comprava o terreno, mas certo número de colheitas. Enfim, os devedores inadimplentes e os escravos israelitas eram libertados; conseqüentemente, o preço de resgate desses escravos era calculado segundo o número de anos que faltavam para o jubileu seguinte. Razões religiosas são dadas para essas medidas: a terra não pode ser vendida com a perda total de direito porque ela pertence a Deus; os israelitas não podem ser reduzidos à escravidão perpétua porque são servos de Deus, que os fez sair do Egito.

5.3.5 O furto

A propriedade é protegida pelo 8º e 10º mandamentos, como também cada cidadão é responsável individualmente pelo seu bem. O furto, não é somente um atentado ao próximo, tem um significado espiritual maior; é um sacrilégio, uma violência contra o próprio Deus. É arrancar do próximo os bens e serviços que Deus lhe deu. Se não repartirmos, em auxílio ao necessitado, estamos furtando do próximo, e também de Deus. Se deixarmos de ajudar, também estamos tirando o que lhes pertence.

A noção cristã do furto vai mais longe. Defraudamos ao próximo de seu bem, se deixarmos de cumprir com os deveres pelos quais lhes somos obrigados. Aquele que não se desincumbe para com os outros as obrigações que sua vocação inclui, retém o que pertence a outrem (CALVINO, 1999b, II. 8. 45).

Na *Intituição da Religião Cristã*, mais conhecida como Institutas de Calvino, comentando o 8º mandamento (não furtarás) diz que quando virdes algum oprimido por necessidade ou pobreza, socorremos e aliviemos sua falta com nossa abundância. Que cada um considere a obrigação que tem que cumprir lealmente seus deveres para com os demais (CALVINO, 1999b, II.8.46).

De forma positiva, concisa e clara para “assim inspirar a fé do povo comum” o reformador também escreve, em sua *Instrução de Fé* (1537), sobre a Lei do Senhor: que os mandamentos se resumem em dois: o amor a Deus e o amor ao próximo, como a nós mesmos, demonstrado nos “ofícios de caridade devidos ao nosso próximo” (CALVINO, 2003, p. 21).

Especificamente no 8º mandamento (não furtarás), Calvino explica que somos proibidos a tomar os bens do próximo; e o que Deus realmente deseja é que, especialmente o seu povo, esteja longe de quaisquer tipo de roubo, principalmente aquele que fraudas e ilude os oprimidos, fracos e simples. E se quisermos manter as mãos puras e inocentes desse tipo de roubo, devemos nos abster de tal dissimulação. Assim, “o Senhor refreia toda a nossa ganância que vai além dos limites da nossa caridade”. Assim como Deus nos vê e recebe como justos, também, “nossas próprias obras são consideradas justas e recompensadas com um prêmio eterno” (CALVINO, 2003, p. 28).

Segundo Biéler, Calvino se distingue de seus predecessores, pois buscava uma ética social baseada na Palavra de Deus. A ordem divina se expressa a uma clara consciência de nossa responsabilidade pessoal em face à vida social que é destinada à humanidade. Quanto ao papel econômico do Estado, os ensinamentos dos reformadores se confundem com a da

Escolástica, pois ambos concordam que é função do Estado manter a harmonia econômica entre os homens, defender os pobres, eliminando o poder opressor do dinheiro. Este, também, deve ser o pensamento cristão de todas as épocas.

5.4 OS JUROS

A discussão em torno do empréstimo a juros a muito vem sendo debatida. Na Escolástica, baseando-se na teoria da improdutividade intrínseca do dinheiro, desenvolvida por Aristóteles; que consideravam ilícita a obtenção de juros sobre o dinheiro emprestado. “São Tomás, valendo-se de Aristóteles, achava que o lucro comercial em si não era nem moral nem imoral, e que era permitido ao comerciante desfrutar vida normal comedida, e ter algum recurso para praticar a caridade, como recompensa ao seu trabalho” (KEELING, 2002, p. 137). Em 1531 a Universidade de Paris reprova o princípio do empréstimo remunerado. Desde o Concílio de Nicéia, em 775, até o século 16, a igreja, os príncipes e os doutores proibiam ou aprovavam – com algumas exceções ou por algumas razões – o empréstimo a juros.

Era permitido, a quem emprestava, cobrar uma indenização (sob nome de *interesse*) em caso de dano. Após avaliado o dano, este poderia ser compensado por uma soma equivalente (a título de *damnum emergens*). Também poderia se cobrar um valor correspondente a um suposto lucro (em virtude do *lucrum cessans*), por exemplo, se deixasse de comprar um bem para, depois, revendê-lo e obter lucro real. O credor também tinha o direito de receber uma indenização (devido ao *periculum sortis*) se o empréstimo tivesse algum risco previsível (BIÉLER, 1970, p. 66).

Henri Pirenne (1982, p. 19, 33), comentando sobre o conflito moral da proibição da usura e do comércio na Idade Média, relata que a Igreja influenciou profundamente o mundo, que levariam vários séculos para se admitir as novas práticas do renascimento econômico posterior. E ainda:

O empréstimo a juros, ou, para empregar o termo técnico com que é designado e que, desde então, teve o significado pejorativo que se conservou até nossos dias, a usura, é uma abominação. Sempre foi proibida ao clero; a Igreja conseguiu, a partir do século 9º, que se tornasse proibida também aos leigos, e reservou o castigo desse delito à jurisdição de seus tribunais. Além disso, o comércio em geral não era menos reprovável do que o do dinheiro. É perigoso também para a alma, pois afasta-se de seus fins últimos. [...] Durante toda a Idade Média e, até fins desta, a Igreja continuou considerando os lucros comerciais como perigosos para a salvação da alma. Seu ideal ascético, que correspondia tão plenamente à civilização agrícola, conservou-a sempre desconfiada e receosa, em face de transformações sociais que, além disso, lhe era impossível evitar e às quais só por necessidade teve que se submeter. Impedia aos mercadores de enriquecer-se em plena liberdade de consciência e de conciliar a prática dos negócios com os preceitos da religião.

Na época da Reforma, Genebra enfrentava severas restrições econômicas. Complicações decorrente de guerras; as feiras deixam de ser concorridas; comerciantes e banqueiros abandonam a praça. Os empréstimos eram raros. A taxa de juros chega a 5% ao ano em 1527. Mas com a chegada dos refugiados da Reforma há uma retomada na vida econômica genebrina. Faz-se sentir novamente a necessidade do crédito. A taxa de juros é legalmente fixada em 5% em 1538, mantida até 1544, e subindo, depois, para 6,6%. Em Genebra, as taxas baixas foram defendidas pelo Duque de Savóia, mas já eram reconhecidas pelas Franquias de Ademar Fabri desde 1387 (BIÉLER, 1970, p. 66).

Segundo a teoria clássica, somente o trabalho seria capaz de produzir riquezas. Somente o trabalho adiciona valor a um produto e lhe aumenta o valor da venda. “*A teoria econômica que prevalecera até o princípio da Reforma baseava-se na noção de que somente o trabalho merecia recompensa em termos de valores monetários.*” O dinheiro, como tal, não

produz dinheiro: “não se planta dinheiro na terra e colhe-se mais dinheiro.” Lucro abusivo e juros eram imorais. Todavia, essa teoria não foi capaz de suportar o crescimento que avançava no final da Idade Média (BIÉLER, 1970, p. 66). E:

Essa teoria, no entanto, não resistiu à pressão daquela economia dinâmica e complexa que emergiu no final da Idade Média. E foi precisamente em Genebra, cidade economicamente avançada naquela época, que se iniciou a prática do lucro comercial e dos juros, como recompensa a um serviço reconhecidamente legítimo. Calvino argumenta perguntando: “Qual é a origem do lucro do comerciante, se não na sua própria diligência e engenho?” Daí por que em vez de condenar o juro, ou a usura, o reformador prefere confiar ao poder público a tarefa de fixar-lhe uma taxa razoável a fim de evitar abusos. A importância dessa mudança de atitude é que, como Ernest Troeltsch salienta: “Calvino abandona o ponto de vista dos interesses primordiais do consumidor, peculiar à ética cristã anterior, e reconhece o poder produtivo do dinheiro e do crédito” (1931, p. 643). Cabe aqui uma precisão: essa mudança não foi a da Reforma em relação à Igreja Católica medieval; foi antes uma inovação de Calvino que nesse ponto distancia-se também de Lutero.

Calvino faz uma distinção entre banqueiros e usurários de sua época. Ele defende a legalização da taxa de juros. Defende que o comércio do dinheiro deve ser facilitado de acordo com a necessidade de desenvolvimento da indústria e do comércio. Consciente do real estado de corrupção dos homens em pecado deseja restringir os abusos do poder opressor do dinheiro. Não considera lícito cobrar juros de uma pessoa pobre, mesmo autorizado pela lei. O Estado deve estabelecer normas para a manutenção da ordem social. Condena qualquer taxa de juro que ultrapasse a taxa fixada pela lei. A taxa limite deve ser, sempre, fixada de forma consciente, responsável e piedosa pelos dois interessados; levando em consideração a real situação de quem toma emprestado, e, qual a sua finalidade – empréstimo de consumo ou de produção.

Cristo, porém, requer dos seus graciosos liberalidade, que façam esforço em ajudar aos pobres, de que não se pode esperar nenhuma recompensa. Vemos agora que precisam ter a mão aberta para com aqueles que pedem, quem têm de estar prontos a ajudar a

todos quantos têm necessidade de ajuda de nossa parte e não podem recompensar o bem que se lhes fará (CALVINO [CD-ROM], Mt 5.42, p. 255).

A maioria dos usurários na época de Calvino (CALVINO, 1999a, v.1, p. 298), não gozava de boa reputação. Podemos perceber isso quando comenta que

Com respeito à usura, é raríssimo encontrar no mundo um usurário que não seja ao mesmo tempo um extorquidor e viciado ao lucro ilícito e desonroso. [...] os agiotas se deixam levar por vida fácil sem fazer coisa alguma, recebendo tributo do labor de todas as outras pessoas.

5.4.1 A Usura

Calvino classifica a “usura” ilícita na mesma categoria de criminalidade que o homicídio, por exemplo. Diz que esses “agiotas”, têm como objetivo “sugar o sangue” das pessoas. Em particular, para os judeus, Deus estipulou a lei que proibia a usura, apenas como um princípio para todos os povos. O motivo para tal é que não haja injustiça com os necessitados e “para que sejamos guardados de despojar e devorar os pobres que estão em aflição”. Por isso esse tipo de usura deve ser proibido, para que os pobres não sejam oprimidos. Pelo contrário, estes, devem receber de nós “simpatia e compaixão” (CALVINO, 1999a, v.1, p. 299). Quanto aos usurários, Calvino comenta que:

Segue-se daí que o ganho que aquele que dá dinheiro emprestado, aufer, sem detrimento de ninguém, não é tido por juro ilícito. O fato de que o termo hebraico que Davi aqui usa vem de outra palavra que significa “morder”, mostra a saciedade que os juros são condenados na extensão em que implicam em licença de furtar e pilhar. [...] É verdade que Ezequiel parece condenar todo ágio: dúvida, porém, não há de que tem ele em mira os meios injustos e ardilosos de ganho, mercê dos quais os ricos devoravam a população pobre. [...] Ora, o sumário de tudo isto, para não prolongarme, é que, desde que tenhamos bem gravada em nosso coração esta regra de equidade que Cristo nos prescreveu, que faça cada um ao próximo como desejaria que a si se

lhe fizesse, não é de mister fazer longas considerações no tocante aos juros e ágios CALVINO [CD-ROM], Ez 18.8, p. 617, 618).

Além de algumas questões já citadas anteriormente, Calvino, ainda nos adverte que: fazer do empréstimo a juros uma profissão, seria, conseqüentemente, uma profissão desonesta. Entretanto, o empréstimo a juros poderá ser aceito sob certas condições: desde que não se torne um usurário! Ou seja, que o lucro não seja excessivo. E, se o empréstimo for, no caso, para uma pessoa pobre, não se deve cobrar juros, pois a deixaria mais pobre ainda. Mas se um rico lhe pedir empréstimo, sendo este mais rico do que você, então, lhe será permitido.

Se um homem rico e bem situado, que tem muito bom rendimento ou grande patrimônio, toma dinheiro emprestado de seu vizinho, dirá que esse vizinho age mal, se auferir algum lucro de seu dinheiro? O que toma emprestado é mais rico do que o outro e poderia muito bem passar-se sem este empréstimo; tem ele, porém, o desejo de adquirir alguma propriedade de que terá bom rendimento; a que propósito seria o credor fraudado de seu direito, quando seu dinheiro proporcionará lucro ao outro, por sinal, mais rico do que eles? (BIÉLER, 1990, p. 606).

O princípio que deve perdurar em qualquer transação econômica, deve ser, sempre: a honestidade, o amor, a moderação, a caridade de Cristo e a constante vigilância em tudo aquilo que, para a vida cotidiana, necessitarmos.

5.4.2 O Empréstimo de Consumo

Interpretando as Escrituras, sua análise, apesar de restrita, traz novas luzes ao mundo. Ele faz uma clara distinção entre o empréstimo de consumo, o empréstimo de produção e a usura. Admite que a Bíblia fala, essencialmente, ao empréstimo de consumo, ou seja, um empréstimo desinteressado, de assistência ao necessitado, improdutivo ao devedor, que não tem nenhum tipo de remuneração ou ganho sobre este; apenas para lhe assegurar a

subsistência – um socorro. Por outro lado, a Bíblia condena, sim, a “usura”, a avidez pelo lucro, a ganância, e todo tipo de exploração causada pela humanidade caída.

5.4.3 O Empréstimo de Produção

Segundo Calvino, a Bíblia não visa ao fenômeno do empréstimo de produção. Este não é o empréstimo que visa socorrer alguém em suas necessidades básicas de consumo e sobrevivência. É, antes, aquele empréstimo adquirido pelo empreendedor, com a finalidade única de constituir uma capital de trabalho. *“Ora, se é legítimo alugar uma propriedade imóvel para que outro explore; por quê não exigir um aluguel de quem utiliza para fins idênticos um bem, como é o dinheiro?”* A natureza produtiva do dinheiro é semelhante à de qualquer outra mercadoria. Este tipo de empréstimo, o empréstimo de produção, não deve ser confundido com a usura, tão condenada pelas Escrituras (BIÉLER, 1970, p. 66).

O Reformador se pronuncia a respeito da questão dos empréstimos a juros em alguns de seus escritos, tais como comentários bíblicos, sermões e cartas. O primeiro, e mais conhecido documento, é a Carta a Claude de Sachin. Carta datada de 7 de novembro de 1545, onde responde algumas perguntas a seu amigo Claude. Inicia seus argumentos dizendo que não é uma questão simples de se tratar; e que necessita, para isso, certa moderação e prudência.

Como de costume, extrai das Escrituras suas conclusões. Em Lucas 6.35, quando o Senhor Jesus diz que devemos emprestar sem esperar receber algo em troca, ele não se refere exclusivamente ao empréstimo a juros, segundo Calvino. Ele está, aqui, ensinando aos seus discípulos o verdadeiro sentido do dinheiro. O dinheiro não pode ser menosprezado, ele tem função fundamental dentro da sociedade; pois, tem valor comunitário e pode-se, com ele,

comunicar os bens e serviços entre os homens. Cristo está dizendo para sermos liberais e prontos a socorrer em auxílio ao necessitado, sem esperar-lhe mérito algum.

[Jesus] querendo corrigir o vicioso costume do mundo de emprestar dinheiro, ordena-nos emprestar principalmente àqueles dos quais não há esperança de recobrar. Temos o costume de atentar primeiramente para onde se pode colocar o dinheiro com segurança. Mas, deveria antes ajudar os pobres com quem o dinheiro está em perigo. Assim sendo, essas palavras de Cristo equivalem a dizer que Ele ordena assistir aos pobres antes que aos ricos. Não vemos ainda que proibido seja todo juro (CALVINO [CD-ROM], Lc 6.35, p. 257).

Mostrando uma vasta compreensão das Escrituras e dos fatos econômicos de seu tempo, Calvino, surpreende dizendo-nos que não há semelhanças entre a conjuntura econômica do povo de Israel e a conjuntura econômica de nosso tempo. A prática da usura não pode se assemelhar à operação atual de empréstimo a juro, comercial ou industrial. *“Eis porque não reconheço ainda que simplesmente nos sejam eles [os juros] proibidos, senão na medida em que sejam contrários à equidade ou à caridade.”*

Calvino ainda refuta os argumentos de Aristóteles e dos Escolastas de que o dinheiro não pode, de si mesmo, produzir nenhum fruto. O julgamento quanto a legalidade do empréstimos a juros deve estar baseado não no legalismo ou filosofias, mas à regra da justiça. Há exceções, restrições, cautela e limites quanto ao empréstimo.

Dentre as principais exceções do Reformador, enumeremos, algumas, encontradas em seus escritos, como por exemplo (CALVINO, 1990, p. 589, 590):

1. Não aprovo, se alguém propõe fazer do ganho de juros verdadeira profissão.
2. Não cobrem juros do pobre e que ninguém seja coagido, quando em aperturas por indigência ou afligido de calamidade.
3. Aquele que dá em empréstimo não seja de tal modo interessado no ganho, que deixe de atender aos deveres necessários, nem tão preocupado em colocar seu dinheiro em mãos seguras, que desconsidere os irmãos pobres.

4. Nada intervenha que não se conforme à equidade natural e, se a coisa se examina segundo a regra de Cristo, isto é, o que quereis que vos façam os homens (Cf. Mateus 7.12).
5. Aquele que toma emprestado faça outro tanto ou mais de ganho com o dinheiro emprestado (De outra sorte, o empréstimo é uma usura, no sentido em que a Bíblia reprovava).
6. Não estimemos segundo o costume vulgar e recebido quê é que nos seja lícito, ou que não meçamos o que é reto e equitativo pela iniquidade do mundo, pelo contrário, que tomemos como regra, uma só a, Palavra de Deus.
7. Não levemos em conta somente o proveito particular daquele com quem fazemos negócio, mas ainda consideremos o que é expediente para o público (Perspicazmente, Calvino vê que os juros têm incidência, também, sobre o custo de vida).
8. Não se exceda à medida que as leis públicas lhe concedem... É, pois, mister preferir equidade que cerceie a exceder o justo limite.

Outro documento pelo qual Calvino se pronuncia a respeito da questão do empréstimo a juros são os comentários que publicou, mais tarde, sobre este assunto na Lei de Moisés em Êxodo 22.25; Levítico 25.35-38 e Deuteronômio 23.19, 20. (Ver estes textos bíblicos, e outros, em Anexo).

Calvino, comentando o Salmo 15, diz que Davi, ali, estava prescrevendo para que não oprimam o próximo com usura. Porém, ele nos adverte que não podemos recriminar todo e qualquer gênero de usura sem cautela. Por outro lado, também, não podemos usar dessa liberdade e praticar a usura sem qualquer controle e moderação (CALVINO, 1999a, v.1, p. 297).

A sujeição e servidão dos homens entre si, por força do dinheiro, exige do Criador uma rigorosa proteção e advertências, “como entre um senhor terrenal e seus servidores, quanto ao que diz respeito ao dinheiro e aos negócios da presente vida”. É o que nos diz, segundo Calvino, a Parábola do Credor Incompassivo (Cf. Mateus 18).

Nestas passagens ele tira alguns princípios cristãos. O primeiro é que a solidariedade dos homens se expressa na intercomunicação dos bens e matérias. O segundo é a noção cristã de justiça social, a que decorre da caridade e da solidariedade. Pois um empréstimo

desinteressado é um sinal de fé. É pelo risco que corremos que se mede a verdadeira fé cristã. Nos propõe liberalidade e gratidão em “ajudar aos pobres; não apenas porque nesse caso se põe em risco o principal, mas ainda porque não têm eles como pagar o mesmo tanto”. E ainda:

O mandamento de emprestar sem juros é posto logo depois, o qual, embora seja antes de cunho político, dependente, todavia, da regra da caridade, pois que dificilmente acontece que os pobres não sejam exauridos pelos juros e o sangue não lhes seja como que sugado. [...] Eis porque devemos ser indulgentes para com todo mundo sem exceção, não usando nem de usura, nem de exploração, e manter a mesma equidade para com todos (BIÉLER, 1990, p. 598).

Embora seja uma lei civil, exclusiva para Israel, ela também se aplica a todos os povos e em todas as épocas, sem exceção. Desde a Antigüidade grega e romana, argumenta Calvino, a usura, propriamente dita – e o nome usurário – são sempre odiados aos homens de bem em todas as raças, povos e línguas.

Qual, porém, é a taxa justa de juros? Calvino, acentuadamente, diz que não existe regra objetiva para fixá-la, que deve se determinar é o juízo moral e espiritual do prestador. Levando sempre em consideração a necessidade do próximo, a justiça, a caridade e, acima de tudo, o amor.

Finalmente, a Bíblia não proíbe o empréstimo a juros em si, mas se preocupa, em última instância, aos efeitos e conseqüências da caridade e equidade, em defender o pobre, que quase sempre é oprimido. Essa justiça deve sempre decorrer da fé em Jesus Cristo, a quem, um dia, todos prestaremos conta, de todos os nossos atos.

Já que os próprios pagãos consideram ganho vil e desonesto sua banca de agiotagem, verdadeiro é que isso é ainda menos de tolerar-se entre os filhos de Deus, mas a regra da equidade determinará muito melhor do que todas as mais longas disputas do mundo quando e até onde é lícito dar empréstimo a juros (BIÉLER, 1990, p. 602).

O economista e pastor André Biéler diz que essa postura de Genebra trouxe certa influência. Os soberanos espanhóis Carlos V e Filipe II já reconheciam a legitimidade dos juros, desde que não ultrapassassem a 12%. Em 1545, Henrique VIII fixou a taxa de juros em 10%. Quando negociantes de Genebra tentaram fundar um banco, com interesse de aplicar suas poupanças a uma taxa de 10%, Teodoro Beza e os pastores protestaram. *“As riquezas, disseram, longe de serem desejáveis para Genebra, lhe são perniciosas, pois trazem consigo o luxo, as frivolidades, o amor ao prazer e uma infinidade de males inconvenientes para uma República que tem por reputação a moderação dos costumes”* (BIÉLER, 1970, p. 66).

Para Biéler, Calvino, distanciando-se dos demais teólogos de sua época, dá uma nova perspectiva ao problema milenar do empréstimo a juros. Sua posição em relação aos juros, é decisiva na história econômica do Ocidente, um ponto de virada de sua evolução. Empréstimo sem esperar receber algo em troca é um sinal de fé e beneficência autêntica. Fazendo diferença entre emprestar por amizade ou por caridade. Jamais nos cansemos de fazer o bem, até onde pudermos, a todos. O empréstimo a juros não nos é proibido, somente o abuso e exploração, considerado e chamado de “usura”. É uma ordem política, aos judeus, e divina para todos os tempos. Não propriamente o empréstimo, mas ao abuso que maldosamente era cometido por alguns judeus nos tempos bíblicos, é que era proibido – não muito diferentes ao que acontecia nos tempos de Calvino e nos nossos.

A prática dos juros tem quase sempre estes dois companheiros inseparáveis: crueldade tirânica e a arte de ludibriar, de onde resulta que, em outros lugares, o Santo Espírito põe entre os louvores do homem santo e temente a Deus o abster-se da usura, de tal sorte que exemplo bem raro é ver um homem de bem e, ao mesmo tempo, usurário (BIÉLER, 1990, p. 591).

Jacques Le Goff em *A Bolsa e a Vida*, diz que os iniciantes do Capitalismo são os usurários. A igreja tentava inibir, mas a saída do “Purgatório” alavancou a economia, pois diz:

“A esperança, e em breve a quase certeza, para o usurário pronto para a contrição final, é ser salvo, é poder obter simultaneamente a bolsa, cá na terra, e a vida, a vida eterna no além.” (LE GOFF, 2004, p. 117).

Biéler (1990, p. 239, 593) diz que Calvino “é o primeiro dos teólogos cristãos a exonerar o empréstimo a juros do opróbrio moral e teológico. Suas concepções sobre as riquezas e seus fins sociais levam-no a exigir uma regulamentação assaz estrita do empréstimo a juros.” E considera a interpretação destes textos bíblicos um grande progresso e uma marca decisiva – um ponto de virada – sobre os juros e outras questões econômicas, interpretadas, até então pelas filosofias e tradições herdadas desde a Antigüidade e Idade Média. Considera o empréstimo a juros não somente uma questão econômica, mas uma questão, definitivamente, moral e de responsabilidade cristã.

6 A RESPONSABILIDADE SOCIAL DE JOÃO CALVINO

6.1 O RICO E O POBRE

A condição social nos tempos bíblicos, em Israel, era basicamente igual para todos, pois “a riqueza provinha da terra, a qual estava repartida entre as famílias, que defendiam zelosamente seu patrimônio” (VOUX, 2004, p. 96).

As escavações das cidades israelitas demonstram também essa igualdade de condição. Em Tirsá, a atual Tell el-Fâr`ah, perto de Nablus, as casas do século 10 a.C. têm todas as mesmas condições e o mesmo formato; cada uma representa o habitat de uma família, que levava o mesmo modo de vida que seus vizinhos. É notável o contraste quando se passa ao nível do século 8º a.C. no mesmo sítio: o quarteirão das casas ricas, maiores e melhores construídas, é separado do quarteirão em que as casas dos pobres estão aglomeradas. Na verdade, durante estes dois séculos se produziu uma revolução social (VOUX, 2004, p. 97).

Há alguns exemplos de homens ricos já nos primórdios da nação hebraica, que se variava de acordo com as suas posses. Nabal, por exemplo, era um rico criador de gado: possuía 3.000 carneiros e 1.000 cabras, e sua esposa Abigail envia a Davi, para acalmá-lo: 200 pães, 100 cachos de uvas passas, 200 bolos de figo, odres de vinho, trigo tostado e ovelhas preparadas (1 Sm 25.2, 18). A riqueza de Jó também é notada: possuía 7.000 ovelhas, 3.000 camelos, 500 juntas de bois, 500 jumentas (Jó 1.3). Também outros exemplos (porém,

com nível de vida bastante modesto para os dias de hoje), tais como: Abraão, Saul e Davi (VOUX, 2004, p. 97).

“Os termos rico e pobre não implicam em si mesmos nenhuma qualificação moral ou religiosa. Entretanto, carregam-se de tal qualificação ao entrar em duas linhas contraditórias do pensamento.” (VOUX, 2004, p. 98).

A economia primitiva era uma economia de abundância, produzindo ilimitadamente. O pecado do homem trouxe grande distúrbio nesta produção, causando desordem social, incredulidade; rompendo, assim, a solidariedade econômica e destruindo o equilíbrio que outrora existia na sociedade. Mas, através da obra de Cristo, Deus restaurou o ser humano a fim de suscitar uma nova sociedade. Fica então à Igreja de Cristo a responsabilidade de dar ao mundo, agora, alguns sinais desta restauração (BIÉLER, 1990, p. 415).

Os bens materiais são sinais da graça de Deus, que através de sua bondade nos alimenta, sustenta e, também, nos provê meios para suprir a si mesmos e aos outros. No Cristianismo não há separação entre o material e o espiritual, a vida física está intrinsecamente ligada à vida espiritual. Portanto, o pão material será, com efeito, algo espiritual que depende de Cristo (BIÉLER, 1990, p. 415).

Os bens e riquezas materiais prefiguram e são sinais e figura do reino celestial. Benefícios e bênçãos que recebemos aqui na terra são como penhores da vida futura. Ora, se estes bens terrenos servem para conduzir-nos em gratidão a Deus, não deveriam; pois, de modo algum, nos afastar da vida espiritual. São pedagógicos por causa do pecado que enferma o nosso corpo mortal (BIÉLER, 1990, p. 416).

Embora os bens materiais são educativos e sinalizam a graça de Deus, eles não têm nenhuma relação com as bênçãos espirituais. Riquezas não são sinais de bênçãos ou vice versa. Nem muito menos, a prosperidade, significa méritos humanos. Da mesma forma, a

pobreza e os infortúnios dessa vida não são, necessariamente, punições de Deus. Podem, muito bem, ser provações dadas a nós com a finalidade de exortação ou, geralmente, para enriquecimento espiritual e elevação da fé (BIÉLER, 1990, p. 416).

Artes, literatura, discurso. Por toda parte está essa imagem da Fortuna fazendo a grande Roda girar. Assim a roda da vida alimenta a criança de peito, lá embaixo, depois leva a criança à idade adulta, depois consagra o homem maduro, antes de rejeitar o velho de novo lá embaixo, quando a vida acaba. Assim, numa visão do poder: Fortuna leva a poderio e riqueza, depois – a roda gira – chega a hora da queda. Que a Fortuna seja às vezes representada sob a forma de Anjo, e que se tente aqui e ali substituí-la por Deus, nada consegue impedir que a Roda da Fortuna contradiga a idéia da Providência (LE GOFF, 2005b, p. 142, 143).

É evidente que na igreja Primitiva havia também tensões entre ricos e pobres. Em Corinto, Paulo trata do problema da Eucaristia. Na Carta de Tiago condena categoricamente as pessoas que desprezam os pobres na igreja; pois, Deus escolheu os pobres deste mundo para serem ricos na fé e para possuírem o Reino que ele prometeu aos que o amam (Tg 2.5), e conclui com uma série de advertência aos ricos (Tg 5.1-6). E, ainda, duas histórias confirmam essa tensão. *“Barnabé, que vende uma propriedade e entrega o dinheiro aos apóstolos; e Ananias e Safira, que alegam ter entregue aos apóstolos todo o dinheiro da venda de um terreno, mas guardam uma parte, e são por isso punidos com a morte (At 4.36-5.11).”* (KEELING, 2002, p. 81).

Calvino acreditava que a vocação do rico é um meio e uma bênção para servir a si próprio e ao próximo. O pobre tem vantagem espiritual sobre o rico, pois é menos exposto à tentação das riquezas. Ainda que a riqueza não é um mau em si mesma, mas o “seu poder espiritual de sedução que torna o homem idólatra”. “Como a teologia medieval, a teologia de Calvino e dos outros reformadores fixa limites ao direito do homem de adquirir e de usar suas riquezas” (BIÉLER, 1990, p. 427, 438, 453).

Há, porém, no desígnio de Deus, ainda outro motor de circulação de riquezas: é o amor, capaz de provocar a doação desinteressada de bens que o rico faz ao pobre. Na perspectiva evangélica, é rico aquele que se encontra numa situação privilegiada em relação ao próximo, qualquer que seja o volume de sua riqueza. Somos sempre ricos em relação a alguém. O rico tem, portanto, uma missão econômica providencial: comunicar ao mais pobre parte de sua riqueza, de tal maneira que o pobre deixe de ser pobre e ele mesmo deixe de ser rico (BIÉLER, 1970, p. 37).

No Sermão do Monte Jesus ensina que a pobreza ou as privações devem ser recebidas como bênçãos da graça divina. E que devemos descansar confiantes nas promessas de Deus, pela fé, em meio às provações. Este ensino visa nos apontar a um caminho excelente em atitude de liberdade e desapego às coisas materiais, quer seja rico ou pobre. A meta é não desejarmos além do necessário nesta vida. A cobiça e o supérfluo são sempre prejudiciais. Portanto, riqueza e pobreza servem para provar o coração humano.

E quando enfim houvermos passado além das coisas presentes, então conheceremos que a pobreza, a aflição, a angústia, o dissabor, e tudo quanto a nada nos queira reduzir, não o é, realmente, para agravar-nos a situação; é até demais que Deus nos ama; basta-nos que seu amor nos seja conhecido e que pela fé o apreendamos (CALVINO [CD-ROM], Lc 6.20, 21, p. 223, 224).

Toda Criação e suas riquezas devem glorificar a Deus, devem ser consagradas totalmente a ele. Consagrar-lhe as riquezas significa utilizá-las em serviço ao próximo. Cabe, então, ao homem dominar sobre essa criação, desde que seja subordinada a Deus e ao seu serviço – à subsistência de suas criaturas. Isso é uma prova de fé autêntica, um sinal infalível para examinar o ser humano.

Se desejamos que Deus seja glorificado em todos os bens que nos deu, que desta regra usemos... que ninguém seja tido como separado, antes, pelo contrário, que saibamos que Deus misturou os ricos e os pobres, uns por entre os outros, a fim de que tenhamos ocasião de fazer o bem (CALVINO [CD-ROM], Mt 3.9, 10, p. 171, 172).

O comportamento do homem em relação aos seus bens, ou a falta deles, é que vão expressar a sua verdadeira fé. Tanto a pobreza quanto a riqueza, Deus as dá como um exame para aprovação ou reprovação de sua fé, seu caráter e sua obediência. A sua reação em relação ao dinheiro é que será o determinante na expressão de sua verdadeira fé. Os bens materiais é que vão julgar a sua vida espiritual.

Se um homem é liberal quando dispõe de meios e se empenha em fazer bem àqueles que precisam de sua ajuda, e se não alteia em orgulho, nem em pompa, pelo contrário, anda sempre sobriamente: eis uma boa prova. Se outro, pobre, aceita com paciência o que a Deus apraz enviar-lhe e, a despeito de sua pobreza, não cede à fraude, nem a qualquer outra falha de conduta, por muito que sofra e por mais dura que seja a sua condição, eis aí um bom e proveitoso exame (BIÉLER, p. 420).

Enquanto os homens não são libertos do pecado, por Jesus, fazem da riqueza um ídolo. Não consagram os bens à glória de Deus, pelo contrário, tornam-se como independentes do Criador e de sua providência. Ora, segundo Calvino, *“toda riqueza e toda espécie de abundância de bens não são senão acessórios da vida presente, que nos são dados pela mão de Deus”*. Mas quando estas riquezas dominam o homem, isso lhe serve para sua própria ruína. Assim, Deus testou os israelitas no deserto, dando-lhes ora abundância ora escassez de suprimentos. Deus quis provar o coração do povo em ocasiões e maneiras diferentes, e isso revelou sua natureza pecaminosa (CALVINO, 1995, p. 176).

Ainda sobre a ilustração do maná no deserto, Calvino diz que ele representa o pão nosso cotidiano de cada dia. As porções diárias, suficientes apenas para um dia, eram para que todos tivessem o suficiente para suprir suas próprias necessidades; assim, ninguém tinha carência ou excedente. Portanto, para ele, os que possuem riquezas, devem sempre lembrar que o excedente não deve ser usado para *“intemperança ou luxúria”*, pelo contrário, ele *“nos recomenda a frugalidade e a temperança”*, de acordo a condição de cada um. Uma justa e equitativa repartição dos bens, como era o exemplo do maná no deserto – medida necessária

para cada família, sem necessidade de estocagem. Com moderação (CALVINO, 1995, p. 177).

Quando depositamos nossa confiança nas riquezas e não em Deus, que as deu, na realidade, nos tornamos idólatras; pois abandonamos o senhorio de Cristo sobre a nossa vida e sobre a sociedade. Essa idolatria pelo dinheiro, através da sedução pelas riquezas e confiança nelas tornará “uma das mais poderosas armas do mal” para nos desviar da fé.

Aqueles que se apegam às riquezas, o coração deles renuncia ao Senhor, pois que a imensa maioria dos homens se lisonjeia de vão pretexto em se dando crer que podem fazer partição ou seccionar ao meio entre Deus e seus anelos próprios; Cristo, porém, declara que é impossível ao homem obedecer à sua carne e a Deus conjuntamente. [...] E, de fato, quem quer que fale em desprezar as riquezas ou em distribuí-las aos pobres, parecerá aos avarentos delirar. [...] Não é sem causa que São Paulo diz que a avareza é idolatria. Com efeito, vemos como todos os dias quantos se querem enriquecer rendem homenagem ao Diabo (CALVINO [CD-ROM], Mt 4.8, p. 194; Mt 6.24, p. 282).

A alienação do homem pelo dinheiro, posses ou poder o escraviza, o torna avarento. E a avareza tem um poder “monopolizante”, “demoníaco”, que “embriaga” os homens. Esse não foi o ofício que Deus deu às riquezas. Quando o dinheiro domina o coração humano, ele se torna vítima da cobiça, da vaidade e da avareza. E isso também acontece – inclusive – entre os cristãos. Segundo Calvino, este é “o proceder comum que vale mesmo entre aqueles que fazem confissão de viver segundo o Evangelho”.

Aqueles que têm bens em abundância, a muito custo se podem conter a que deles não abusem em demasia e excessiva magnificência. Verdade é que há certos ricos, como já o disse, que se deixam morrer de fome no meio de suas riquezas (CALVINO [CD-ROM], Tg 5.5, p. 67).

O açambarcamento monopolizador é condenável. Segundo Calvino, riqueza nenhuma deveria pertencer exclusivamente a uma só pessoa ou um só grupo. Mas o pecado trouxe esse desequilíbrio econômico na sociedade corrompendo, assim, as relações sociais entre as pessoas. Negligenciando essa função social, o rico se torna mais rico e o pobre, cada vez mais pobre. E isso acontece em todas as instâncias: nas moradias, terras, casas, riquezas, etc. Pelo contrário, sempre que podem oprimem o pobre e o exploram, ao invés de ajudá-lo. Calvino, por várias vezes, denuncia e condena esse tipo de entesouramento e açambarcamento dos bens de Deus. “Falando da conivência dos magistrados com as forças do dinheiro, denunciada pelo profeta Amós, escreve Calvino”:

Temos, pois, agora, a intenção do Profeta, porquanto aqui exprime ele mais abertamente o modo e a maneira das aflições de que acima se queixara, dizendo: Vós, pois, oprimis os pobres. E como se faz isso? É na medida, diz ele, em que os entregais às garras de seus credores e os deixais à mercê de distintos argentários. Desde que se vos tragam presentes, bem vos está. Não indagais se é uma boa causa ou não; prontamente condenais os pobres inocentes, por isso que não têm meios em que se arrimar (CALVINO [CD-ROM], Am 4.1, p. 78).

Para Calvino, a riqueza é apenas um agente desse drama econômico e social; não que seja neutro, mas a vê como um instrumento dado por Deus. Uns a utilizam para abençoar e serem abençoados (quando distribuem seus bens com o próximo necessitado), e outros a utilizam para o mal (roubando aquilo que Deus lhe confiou para ser distribuído com o pobre). Não é o dinheiro, mas é o *amor* pelo dinheiro a raiz de todos os males – a ganância, a avareza.

Calvino fixa limites ao direito dos homens em adquirir e usar as riquezas. Moderação e assistência social. A riqueza só é legítima quando posta a serviço dos que têm falta dela. Esse limite nos adverte do dever de servir e assistir a sociedade de acordo com a caridade de Cristo. Não os privando dos bens que lhes pertence por direito.

6.1.1 Os ricos

Visando a organização da sociedade e a harmonia econômica da Criação, Deus, em sua graça e bondade, distribuiu liberalmente e abundantemente suas riquezas aos homens. Ele espera a ininterrupta circulação dessas riquezas, de uns para com os outros, deseja a repartição espontânea desses bens a todos. O propósito de Deus é, nada menos, que riqueza para todos. Que todos sejam indiscriminadamente beneficiados!

A riqueza tem um fim em si mesma. Ela não deve ser ignorada ou desprezada, como quer o ascetismo. Ela deve ter justa distribuição em serviço ao próximo. Calvino comentando sobre o jovem rico diz que:

Como se mais não tivesse valido que distribuísse aos pobres o que pensava ser-lhe supérfluo! Por certo que, sendo a caridade o vínculo da perfeição, aquele que a si se priva, e aos outros também, do uso de qualquer quantia, nenhum louvor merece. E essa é a razão porque Cristo não louva simplesmente vender, mas exercer liberalidade e aos pobres socorrendo (CALVINO [CD-ROM], Mc 10.20, p. 295).

Temos responsabilidades diferentes no uso dos bens. Ele não nos deu riquezas para o nosso bel prazer. Aos ricos, despenseiros e provedores dos pobres, a quem Deus confia maior quantidade de recursos; são incumbidos de servirem os que receberam menos. Aos pobres, cabe confiar em Deus e esperar receber sua parte provinda dos ricos. Por isso Calvino os chama de “ministros dos pobres”.

Eis, ademais, em que condição Deus põe os bens na mão dos ricos: é a fim de que tenham oportunidade, e recursos também, para vir em ajuda ao próximo que esteja em necessidade. Em suma, esta humanidade deve ser guardada entre nós, que aquele que dispõe de quê, de sua abundância, prodigalize ao próximo. [...] Eis, pois, uma equidade que Deus aqui infunde, a fim de que saibamos que, se Deus nos deu bens que excedem à nossa utilização, não devemos ser excessivamente avaros quanto a eles, pelo contrário, que todos quantos deles carecem sejam, de qualquer forma, aquinhoados. [...] Ensinados somos que os ricos receberam maior abundância, com esta condição, que sejam ministros dos pobres, a dispensarem os bens que foram

postos nas suas mãos pela bondade de Deus. [...] Todos os ricos, então, quando têm o de que fazer o bem, certo é que aí estão como oficiais de Deus e que fazem o que lhes incumbe, isto é, ajudar o próximo na vida (CALVINO [CD-ROM], Dt 24.19-22, p. 125; At 11.29, p. 390).

A Bíblia não nos dá um ponto de referência quantitativa que nos permite estabelecer quem é rico e quem é pobre, porém, a responsabilidade está em fazer melhor uso dos bens, distribuindo àqueles que têm menos que nós. A luz que Calvino dá para esta regra de distribuição está ligada a um coração generoso. Pois “sempre se é rico de alguém”.

Eis, então, a regra que nos é de mister guardar, que considerando cada um quanto recebeu de Deus, como tendo de prestar conta, distribua benignamente a seus irmãos necessitados. Destarte, aquele que não terá muito de bens terá, no entanto, um coração liberal, e uma pequena esportula será reputada como um sacrifício gordo e opulento (CALVINO [CD-ROM], Dt 24.19-22, p. 125).

Esta é a principal função do rico na sociedade, ajudar a quem precisa. Essa é a sua vocação. E quanto mais possuímos riquezas, maior e mais importante deverá ser a nossa função: de distribuidores dos bens de Deus. Este é um grande privilégio para os ricos, ser ministro dos pobres. Entretanto, esse serviço não é opcional, é obrigatório. É sem méritos. Doar é um dom gratuito, procedente da fé, e não traz nenhum mérito à salvação do homem. Doar ou distribuir é acumular tesouro no céu.

E distribuindo, diz ele, e comunicando de bom grado, [os ricos] adquiriram para si um melhor tesouro no céu do que jamais podem ter neste mundo, pois que as riquezas espirituais que entesouramos no céu não estejamos sujeitas às traças, nem ao fogo, nem aos salteadores, pelo contrário, permanecem perpetuamente, quanto estão fora de todos os perigos. [...] E se Deus lhe quer aumentar as posses, aproprie-se das bênçãos que lhes é oferecida; se Deus lhe quer diminuir, saiba que é para seu proveito (CALVINO [CD-ROM], Mt 4.8-11, 194; Mt 6.20, p. 282).

Não há salvação pelas obras. Entretanto, não podemos negar que há recompensa pelas boas obras – é uma recompensa obtida pela graça divina. Esse prêmio ou coroa, que também é chamada por Calvino de “possessão do reino dos céus”; são méritos unicamente da graça e não por méritos de suas boas obras (CALVINO [CD-ROM] Mt 25.35, p. 137).

Cristo, na “riqueza de sua bondade”, vestiu nossa carne para que, ao se tornar humano, pudesse transferir nossa pobreza para si mesmo e a sua riqueza para nós, nos fazendo filhos de Deus (CALVINO, 2003, p. 44). Ele recomenda o exercício da caridade, porém, não exclui os serviços que pertencem à adoração a Deus, pois a prática da caridade é uma das provas de uma vida santa. A adoração a Deus, segundo Calvino, é mais importante do que fazer caridade aos homens.

Cristo outorga horror inestimável àqueles que – tendo riquezas e recursos abundantes para aliviar a pobreza dos irmãos e – não proporcionarem consolo aos pobres e aflitos. É isso que o Senhor quer nos ensinar, que a cada dia deve aumentar em nós a compreensão e ajuda aos irmãos afligidos. E reconhecer que nossos atos de generosidade devem ser levados a cabo gratuitamente, e sem qualquer expectativa de alguma recompensa (CALVINO [CD-ROM] Mt 25.35, 40, p. 138, 139).

6.1.2 Os pobres

Se, rico é aquele a quem Deus lhe confiou maior parte de bens; então, o pobre é aquele a quem Deus lhe confiou. “Esta interdependência social exprime concretamente a solidariedade espiritual profunda que une o gênero humano.” Esta é a mútua comunicação da riqueza da terra. O pecado, porém, vem perturbar essa ordem. Uns monopolizam e outros imobilizam os bens que deveriam ser destinados ao próximo, por avareza ou falta de

confiança na providência divina. As relações sociais entre ricos e pobres, se não fosse o pecado, seriam como as relações entre pais e filhos, marido e mulher (BIÉLER, 1990, p. 432, 433).

Os pobres são, agora, vítimas do pecado e da sociedade; vítima social da corrupção do coração humano que trás transtornos econômicos. Por isso, assim como os ricos têm sua missão de redistribuir os bens materiais que Deus lhes confiou; também, os pobres têm sua missão: confiar na provisão e se contentar com o pouco que recebeu. Portanto o pobre também é ministro de Deus, pois põe os ricos à prova na fé e na obediência.

Se Deus o quisesse, teria cada um abundância de posses e de dinheiro, e de tudo que é desejável segundo o mundo, de sorte que haveria igual medida entre nós; Deus, porém, sabe porque assim faz que haja pobreza e riqueza; e mesmo que até o fim do mundo assim haverá de ser. [...] Os pobres, então, têm por missão ser os recebedores de Deus junto aos homens; são os mensageiros que ele lhes envia para sondar-lhes a fé e a caridade, os embaixadores com quem ele próprio se identifica. São seus procuradores [...] Ora, venhamos, entretanto, ao que havemos dito: que não é sem causa que Deus ordena aos dotados de recursos terem a mão aberta para socorrerem os pobres e necessitados que há na terra, como se dito estivesse que Deus nos põem diante dos olhos em quê deseja ser de nós servido, e por que meio: é que lhe rendamos homenagem com os bens que nos prodigalizou abundantemente, pois que nos envia os pobres como seus recebedores. E embora a ajuda se preste a criaturas mortais, Deus a aceita, e ratifica, e a põem em suas contas, como se lhes houvéssemos dado a ele próprio aquilo que damos a um pobre (CALVINO [CD-ROM], Mt 4.8-11, 194; Dt 15.11-15, p. 129, 131).

Calvino também nota que os pobres são, mais constantemente, assistidos por Deus. Cristo viveu na pobreza, voluntariamente, para confortar os aflitos e miseráveis. Cristo é defensor dos pobres (Cf. Mateus 11.5). Sendo assim, os pobres têm vantagem espiritual sobre os ricos, pois é muito comum apegar-se às riquezas. *“Entretanto, esta tentação assedia também ao pobre, inclinando a pôr sua esperança não nas riquezas que possui, mas, ao contrário, nas riquezas que cobiça.”* Portanto, o mal não é o dinheiro em si, mas o seu poder espiritual de sedução.

Ser pobre não é tudo. Pobres há muitos que nem por isso se fazem necessariamente humildes; pelo contrário, resistem a Deus tanto quanto possível lhes é. Notemos bem, então, que é preciso que a pobreza nos penetre o íntimo, e nos expurgue de todo orgulho e presunção, e que saibamos que nada somos. Aquele, pois, que é pobre em seu discernimento, isto é, que de bom grado, se aniquila e nada se atribui, e nada se acredita nem isso nem aquilo, mas suporta o ser como escória do mundo, esse, digo, é bem-aventurado (CALVINO [CD-ROM], Mt 5.1-4, p. 222).

Cabe ao pobre gloriar-se em sua pobreza, e ao rico desprezar o prestígio e a exaltação que a riqueza lhe proporciona no mundo, considerando-as inferiores às bênçãos espirituais. *“Verdade é que as riquezas de sua natureza, não impedem de seguir a Deus; a perversidade do espírito humano, entretanto, faz que bem dificilmente não se ensoberbeçam aqueles que têm grande abundância.”* (BIÉLER, 1990, p. 438).

Os bens materiais são um veículo da graça de Deus, tanto para os que recebem como para os que os comunicam a outros. Aquele que dá ao pobre recebe de Deus – com acréscimos. Esse sistema de distribuição econômica não acontece por acaso, mas é uma ordem que o soberano Senhor do universo estabeleceu para a conservação da sociedade. Não obedecer a ordem do Criador é um pecado de rebeldia contra a sua soberania e justiça.

Buscar a glória de Deus implica numa autonegação. A Bíblia nos exorta a abstermos de todas as considerações pessoais egoístas. Portanto, não devemos desejar somente ambições, poder, riquezas e favor dos homens; mas nosso pensamento deve estar livre de qualquer “falsa ambição, apetites por glória humana e outras maldades secretas”. Este princípio da autonegação nos libertará de toda avareza, orgulho, luxúria, “ou qualquer outra coisa nascida do amor ao Eu”. Auto-negação significa sobriedade, justiça e devoção. Sobriedade significa castidade, temperança, uso frugal das bênçãos terrenas, “incluindo a paciência na pobreza” (CALVINO, 2001, p. 31, 33).

No texto bíblico da Agulha e o Camelo em que Jesus disse que é mais fácil um camelo passar pelo fundo de uma agulha do que um rico entrar no céu, Calvino comenta que “a

confiança nas riquezas é um grande obstáculo e mui perigoso”. A dificuldade de entrar no céu não está unicamente no fato de ser rico. Explica que a entrada no reino dos céus “é tão difícil para os ricos porque é um mal comum para quase todos”. Essa doutrina é extremamente útil para todos nós, pois os ricos advertidos desse perigo podem, assim, assistir aos pobres. (CALVINO [CD-ROM], Lc 18. 24-2, p. 299).

Os discípulos ficaram assombrados, aterrorizados quando escutaram isso – que as riquezas obstruem a entrada no reino dos céus. Para os homens isso é impossível, mas para Deus tudo é possível. Somente pela graça de Deus, todos somos dependentes da sua graça. Para os homens é impossível guardar toda a Lei e obterem salvação por seus próprios méritos, exceto pela graça de Deus. Portanto, tanto para o rico como para o pobre – por méritos humanos – é impossível entrar no reino dos céus (CALVINO [CD-ROM], Lc 18. 24-27, p. 300).

No Sermão do Monte, quando Jesus disse que “felizes são os pobres de espírito” (Mateus 5.3), Calvino comenta que “felizes são aqueles que, humilhados, dominados por aflições, afligidos pelas adversidades, rendem-se completamente à proteção de Deus”. Bem-aventurados são aqueles que “debaixo da disciplina da cruz, têm aprendido a serem humildes”, “não confiantes na própria carne”. Os “pobres de espírito” são aqueles que não confiam em si mesmos, mas depositam toda sua confiança em Deus (não são os pobres de recursos materiais, conforme pensam alguns). São os que, pelas provações da vida, aprendem a ser humildes e se entregar à proteção divina (CALVINO [CD-ROM], Mt 5.3, p. 223).

Na Parábola do Rico e o Mendigo em que o rico vai para o inferno e Lázaro, o mendigo, vai para o céu, Calvino, comentando, diz que “*a doutrina contida neste ensinamento de Lucas aponta para aqueles que se descuidam de cuidar dos pobres e ao invés disto estão atentos para saciar sua gula, embriagues ou outros prazeres*”. Também neste texto Jesus não está condenando a riqueza do homem em si. Mas o que está em questão aqui é que em meio a

sua “*grande riqueza, foi indiferente para com a pobreza e aflição de Lázaro; e sabendo que estava sendo consumado pela fome, frio e chagas*” (CALVINO [CD-ROM], Lc 16.19-31, p. 136, 137).

Também não significa aqui que “*toda elegância e ornamentos do vestuário são desagradáveis a Deus*”. “*Mas porque são raras as vezes que usamos de moderação; e em nossas mesas, raramente, como o rico da parábola. Evitemos cair em excesso*”. O homem rico representado na parábola é um exemplo comum de sua classe. Sem ricos não distribuem o que Deus lhes confiou. Este homem rico era “*orgulhoso, cruel, sem compaixão e sem uma gota de humanidade*”. Que pelas suas posses e testemunho da desgraça de Lázaro não o assistiu quando necessitou (CALVINO [CD-ROM], Lc 16.19-31, p. 137).

Como conforto para aqueles que são, aqui na terra, como “*peregrinos*”, sofrendo injustiças sociais, mas são fiéis a Deus, terão recompensa no futuro. Lázaro foi para o “*seio de Abraão*”; enquanto o rico, que não temia a Deus, “*abastado aqui na terra*”, foi para o inferno. “*Informamos que a riqueza em si não fecha a porta do Reino contra nenhum homem; e nem igualmente para todos que usam sobriamente sua riqueza, ou pacientemente tolera a falta dela*”. Mas está fechada a todos os que “*representam o homem rico, que cedeu aos encantos da vida, abandonando e desprezando a Deus e o seu Reino, agora, sofrem o castigo por sua própria negligência*”. Somente Lázaro é elogiado aqui por resistir pacientemente a sua cruz, “*resistindo obstinadamente seus sofrimentos*”, sem reclamar. Suportar a cruz sem se rebelar contra Deus, e ainda ter esperança de melhorar na vida “*é a suma disso*”, diz Calvino (CALVINO [CD-ROM], Lc 16.19-31, p. 138).

Para o Estado, Calvino recomenda que a produção e a distribuição da riqueza deveriam ser estimuladas. “*As autoridades civis precisavam não apenas estimular o comércio, mas também de alguma maneira, dirigir o fluxo da riqueza para um sentido descendente, de maneira que ela pudesse alcançar tanto o pobre quanto o rico*” (WALLACE, 2003, p. 81).

A riqueza ou a pobreza não são frutos do acaso, são dadas por Deus propositalmente a cada um. Nota-se essa influência no *Catecismo de Heidelberg* (1563), pergunta 27, sobre a providência de Deus, quando diz que:

É a força todo-poderosa e presente em todos os lugares de Deus, pela qual, como se fosse por suas mãos, ele governa e sustenta o céu, a terra e todas as criaturas, de modo que as ervas e plantas, a chuva e a seca, os anos frutíferos e os estéreis, o alimento e a bebida, a saúde e a doença, a riqueza e a pobreza, e todas as coisas não nos vêm por acaso, mas de uma mão paternal (BEEKE & FERGUSON, 2006, p. 100).

“Ninguém pode servir a dois senhores.” Ninguém pode servir a Deus e ao mesmo tempo servir às riquezas, representadas por Mamom. Jesus ensinava aos seus discípulos sobre a cobiça. *“Havia dito antes que o coração do homem está fortemente ligado aos seus próprios tesouros. Também afirma que é impossível ao homem obedecer a Deus e ao mesmo tempo obedecer a sua própria carne, porque a cobiça nos faz escravos do diabo.”* Quando a riqueza domina o coração do homem, logo este abandona o serviço a Deus e se entrega ao vício, como um escravo da sua própria riqueza (CALVINO [CD-ROM], Mt 6.24, p. 282).

As riquezas são passageiras; pois, gloriar-se em riquezas é ser “tonto e ridículo” porque podem acabar a qualquer momento (CALVINO [CD-ROM], Tg 1.9, p. 10). Calvino, definitivamente, não está generalizando os ricos. Há exceções. De forma cômica, ele diz que “efetivamente, há alguns ricos que são justos, submissos e que odeiam a injustiça; entretanto, tais homens são raramente encontrados” (CALVINO [CD-ROM], Tg 2.6, p. 27).

6.2 A BENEFICÊNCIA

Nos capítulos 8º e 9º da Segunda Carta aos Coríntios, o apóstolo Paulo motiva e recomenda um auxílio beneficente aos irmãos necessitados de Jerusalém. João Calvino (CALVINO, 1995, p. 166) comenta que a grande preocupação do apóstolo era:

Encorajar os coríntios a se manterem ativos e diligentes em arrecadar dinheiro a ser levado em Jerusalém com o fim de suprir as necessidades dos irmãos dali, porquanto eram afligidos pela grande fome, de modo que dificilmente poderiam manter a vida sem a ajuda das demais igrejas. Os apóstolos confiaram a Paulo este negócio.

Paulo estimula-os a contribuir, a exemplo da igreja da Macedônia, argumentando que este ato é uma virtude louvável, um grande privilégio, prestar ajuda a quem precisa. Embora nem todos considerem o doar sendo uma vantagem, Calvino nos lembra que este é “um extraordinário privilégio a ser arduamente buscado”. A falta de fé é que nos afasta disso.

Estes “deveres do amor” devem ser atribuídos somente à graça de Deus. Muito embora jamais devemos ser influenciados pela esperança de algum tipo de recompensa ou retribuições. E que mesmo que alguns considerem como perdido tudo aquilo que foi doado, o reformador (CALVINO, 1995, p. 173) nos mostra que

A nossa vantagem vem do fato de que, como diz Salomão, “quem se compadece do pobre ao Senhor empresta” (Pv 19.17), cuja bênção, por si mesma, deve ser reconhecida como sendo cem vezes mais valiosa do que todos os tesouros da terra.

As igrejas da Macedônia, ainda que, na sua “profunda pobreza”, puderam liberalmente socorrer seus irmãos carentes –, pois davam além de suas possibilidades. Tinham ansiedade em contribuir e, ainda, se achavam confortados espiritualmente em meio às suas aflições. Paulo deixa, assim, os ricos coríntios sem desculpa para contribuir. Assim, percebe que “podemos ser sempre liberais mesmo quando mergulhados na mais terrível pobreza”.

Os macedônios não apenas contribuíram voluntariamente com seus próprios recursos, como também “se prontificaram a oferecer a si próprios”. E em momento algum lhes é estipulado quantidade ou obrigatoriedade em doar, mas “simplesmente nos ordena a deixarmos guiar pelas regras do amor” (CALVINO, 1995, p. 171).

“A caridade é fundamental na ética da Nova Aliança.” Mas não é apenas ajudar um necessitado. “*O que importa é a consciência da soberana liberdade de Deus sobre as coisas materiais, liberdade que deve ser também a dos discípulos de Jesus no uso dos bens que passam pelas suas mãos.*” (KEELING, 2002, p. 77).

Cristo é o exemplo perfeito do verdadeiro amor aos necessitados. Embora Cristo fosse rico, pois era Deus; e sendo possuidor de todo poder e autoridade sobre as criaturas, abriu mão de todas as suas bênçãos para poder, assim, nos enriquecer espiritualmente por meio de sua pobreza terrena. Ele se fez pobre porque não usurpou, por algum tempo, de sua possessão e dos direitos que tinha. Por isso, também nós, não devemos nos poupar em sacrificar algo de nós mesmos para ajudar os outros. Pelo seu exemplo “somos incitados à prática da beneficência” (CALVINO, 1995, p. 172), pois:

Assim, ele santificou a pobreza em sua própria pessoa, para que os crentes não mais retrocedam diante dela, e por meio de sua pobreza ele nos enriqueceu, para que não mais achemos difícil tomar de nossa abundância e a usemos em favor de nossos irmãos.

O que nos motiva a amar o próximo de tal forma? Calvino diz que “é o Espírito quem inflama nossos corações com o fogo do amor ardente por Deus e por nosso próximo” (CALVINO, 2003, p. 51).

6.2.1 Quanto doar?

A contribuição nunca deve ser além ou aquém de nossas posses. Cada um deve contribuir conforme as suas próprias capacidades. Ter pouco para contribuir não é desculpa e nem vergonha. Para observarmos a beneficência, considerando as regras da equidade, Calvino argumenta que a humilde oferta de um pobre, aos olhos de Deus, é tão valiosa quanto grandes somas de quem tem recursos para tal, pois “Deus não considera a quantidade, e, sim, o coração”. Tudo o que temos e somos pertence a Deus, o perigo é fazermos pouco; portanto “quer na pobreza, quer na riqueza, o que agrada a Deus é um coração disposto” (CALVINO, 1995, p. 174, 175).

O apelo aqui é para que as ofertas sejam amplas e dadas liberalmente. Entretanto, a base com a qual Deus julga não é a quantidade dada, mas o motivo pelo qual somos levados a doar. A motivação não deve ser sob a compulsão da necessidade que é imposta de fora, por má vontade ou por necessidade ou constrangido a isso; mas o propósito do coração deve ser sempre de forma zelosa e alegre, pois ele “requer de nós a espontânea obediência de filhos”. Paulo diz aos coríntios ainda que devemos dar segundo a nossa prosperidade, ou seja “que cada um de vós dê em proporção à sua renda, segundo Deus o tenha abençoado” (CALVINO, 1995, p. 176).

O cristão deve obedecer a Deus em todas as esferas de sua vida, inclusive na esfera social, ao cuidar dos doentes e pobres. Essa responsabilidade, que na Idade Média era dos mosteiros. A Reforma rompeu com a Roma e a igreja romana rompeu com os mosteiros. Cabe agora ao Estado e os cristãos essa responsabilidade social.

O trabalho agora substitui a vocação monástica. A ética do trabalho combinada à emergente ordem econômica, conduz a um novo modo de vida. “*O amor ao próximo significa*

abandono do eu próprio. Exigência difícilíssima, dado o nosso egoísmo natural, e também porque nem sempre o próximo é digno de ser amado!” (KEELING, 2002, p. 139).

A função da Parábola do Administrador Infiel, segundo Calvino, é “o dever de repartir generosamente”. Entretanto, em momento algum o Senhor parece nos ensinar que a vida eterna depende de nossos méritos ou usando de sua influência ou riquezas para ajudar. E, fazer doações daquilo que não nos pertence é uma ação que está longe de merecer aplausos. A riqueza pode contaminar seus possuidores, independente de sua quantidade, portanto, “quem mostra sua ganância no pouco, exibirá sua perversidade também em algo mais importante”. Ainda, baseado na parábola, explica que o gerenciamento dos bens terrenos, inclusive o que pertence aos outros, deve ser aplicado nos mesmos moldes espirituais, ou seja, Deus espera de nós, cristãos, “fazermos uso correto e regular de nossa própria propriedade” e também da propriedade de outro, se estiver sob nossa administração (CALVINO [CD-ROM], Lc 16.1-15, p.130).

Três coisas conta Jacó por ordem: o culto espiritual de Deus; depois a cerimônia exterior para ajudar a sua piedade, e também para confessá-la diante dos homens; em terceiro lugar, a ablação pela qual se exercita liberalmente em socorrer aos irmãos. [...] Resta agora que, a todo tempo rendamos honra a Deus mediante os bens que nos tem prodigalizado. E como isso? Através da ajuda aos necessitados, pois, não o podemos aumentar em trazendo-lhe algo, mas ele aceita o que damos aos pobres. São esses os sacrifícios que ele hoje exige e aprova (CALVINO [CD-ROM], Gn 28.22, p. 513; Dt 16.13, p. 306).

6.2.2 Doar é um dever

A beneficência é mais do que um auxílio ao necessitado, é um dever explícito “de ministrar uns aos outros”. Não é somente pensar, mas agir, em prontidão, de fato, em favor do necessitado. A caridade não é opcional, é uma obrigação de todos. Quando socorrermos aos

carentes, não fazemos mais do que lhes entregar aquilo que lhes é de direito. Por outro lado, diz Calvino: “*negligenciar os santos, quando necessitam de nosso socorro, é algo mais do que apenas ausência de bondade; é usurpá-lo daquilo que lhes é devido.*” (CALVINO, 1995, p. 187). E ainda, comentando o oitavo mandamento, no Catecismo de Genebra (1542), ele afirma que o mandamento “não furtarás” é também reter o que pertence ao próximo (CALVINO, 1962, p. 72).

Em nossos dias, “ninguém é capaz de dar uma miserável esmola sem uma atitude de arrogância ou desdém”. Ao praticar a caridade, deve-se “ter mais do que um rosto sorridente, uma expressão amável, uma linguagem educada”. Nosso dever é demonstrar humanidade e misericórdia, “*oferecendo ajuda com espontaneidade e rapidez como se fosse para si mesmo. A piedade que surge do coração fará com que se desvaneça a arrogância e o orgulho, e nos prevenirá de termos uma atitude de reprovação ou desdém para com o pobre e o necessitado*” (CALVINO, 2001, p. 39). Ele ainda nos lembra que “quando damos alguma esmola, nossa mão esquerda deve esconder da direita” (CALVINO [CD-ROM], At 5.1, p. 160).

Deus exige de nós a atenção aos pobres, especialmente àqueles que, sem apoio algum, não tem como se defenderem. “*Deus toma notoriamente tais pessoas sob sua proteção e diz que, se ao estrangeiro, ou à viúva, ou ao órfão o direito se lhes subverte, vingança a fará ele.*” Desprezar o pobre e oprimir o fraco é uma falta contra o próprio Deus e a sociedade (CALVINO [CD-ROM], Dt 27.16-23, p. 168, 169).

Na Carta de Tiago, ele nos diz que “a fé sem obras é morta”. Calvino, afirmando, diz que “as boas obras são sempre conectadas com a fé, e também àquele que declara que tem fé, deve demonstrar a realidade da sua fé por suas obras” (CALVINO [CD-ROM], Tg 2.21, p. 37).

Na verdade, a esmola é um sacrifício, um sacrifício voluntário. É claro que Cristo, segundo as Escrituras, fez o sacrifício maior, definitivo, morrendo na Cruz para salvar pecadores da morte eterna. Mas, ele quer de seu povo, ainda, um “sacrifício de aroma suave”, uma oferta de adoração verdadeira. Esse sacrifício realizamos quando ofertamos de nossa própria subsistência em favor do próximo

A esmola é um sacrifício, e tão-somente um sacrifício voluntário pode agradar a Deus. Pois quando diz que Deus ama o doador contente, ele deduz o contrário, ou seja: que Deus rejeita o constrangimento e a coerção (CALVINO, 1995, p. 190).

Em outro lugar:

Há algum tipo de sacrifício feito pelos crentes, quando dão de sua própria subsistência para mitigar a pobreza de seus irmãos. Ao quitarem uma dívida de amor, à qual se achegavam empenhorados, oferecem a Deus, ao mesmo tempo, um sacrifício de aroma suave (CALVINO, 1997, p. 506).

A oferta tem um sentido espiritual ainda mais elevado, é um testemunho que o cristão em sua consagração a Deus. Quando o homem está ofertando um bem material, ele está reconhecendo e declarando a Deus que tanto ele mesmo como os bens são propriedades do Criador. Pela redenção de Cristo em nosso favor é que podemos ofertar a Deus. É em Cristo, reconciliados com o Pai, que nos aceita juntamente com nossas ofertas, primícias e dízimos. São exercícios de piedade, de amor, de fé, de atos externos de testemunho de reconhecimentos de servos de Deus. Por isso é tantas vezes repetido pelas Escrituras Sagradas.

Agora, eis que Deus ordena que se ofereçam a ele as primícias, e os dízimos. E por que? Porque por este meio era o povo incitado a dizer: É verdade que a terra produziu seus frutos, temos boa colheita, e vindima, temos óleo e victualhas; mas, afinal, quem é que dá tudo isso? Tem a terra de si mesma o espírito de lembrar-se de sustentar-nos?

É Deus que é nosso pai. É bem próprio, então, que para com ele atentemos e quanto somos condicionados à sua vontade (CALVINO [CD-ROM], Dt 14.21-28, p. 92).

6.2.3 Doar é lucro

Recomendando a assistência caritativa, e mesmo com “tanta angústia ao exortá-los e animá-los a ofertar”, o apóstolo Paulo deseja que, no capítulo 9º da sua Segunda Carta aos Coríntios, eles contribuam não com má vontade, mas “movidos por um espírito liberal” e com “ousadia”. Quando mostramos nossa generosidade, levando alívio aos pobres, o Senhor nos recompensa não somente aqui na terra, mas também na vida eterna.

Para ilustrar essa recompensa graciosa, sem méritos humanos, o apóstolo faz a comparação de uma sementeira. Leva os fiéis a pensar que quando o lavrador semeia de forma frugal e avarenta, por conseguinte, colherá tão pouco quanto semeou. Por outro lado, o que semear com fartura de sementes, generosamente, colherá com grande abundância. Ele (CALVINO, 1995, p. 189) compara a sementeira com os donativos que doamos livremente, quando diz:

Dá-se o mesmo com o donativo; o que sai de nós para alguém, parece diminuir o que possuímos; mas o tempo da ceifa virá, quando os frutos aparecerão e serão colhidos. Pois o Senhor considera o que é doado aos pobres como sendo doado a ele mesmo, e um dia ele reembolsará o doador com fartos juros.

E, ainda, no mesmo raciocínio, nos afirma com a interpretação desse texto sagrado, que assim como a colheita é proporcional à sementeira, também, da mesma forma, são as bênçãos terrenas proporcionais à assistência aos pobres. Está dizendo que as bênçãos são proporcionais às caridades que fazemos ao próximo. E a recompensa não é somente na vida eterna, com bênçãos espirituais; mas, aqui mesmo na terra, o Senhor, nos recompensa aqui

com muitas bênçãos materiais. As bênçãos materiais são proporcionais à nossa ação social (CALVINO, 1995, p. 189). Observe:

Esta colheita deve ser entendida tanto em termos de recompensa espiritual de vida eterna como também sendo uma referência às bênçãos terrenas com as quais o Senhor agracia o benfeitor. Não é somente no céu que o Senhor recompensará os feitos nobres do justo, mas o fará ainda neste mundo. É como se Paulo quisesse dizer: “Quanto mais liberais venhamos a ser para com o vosso próximo, mais amplamente possuireis a bênção que Deus derrama sobre vós”.

Por natureza, “somos extremamente avarentos”, pelo fato de sempre sermos tentados a proteger e conservar nossos próprios interesses. E para corrigir isso ele nos afirma que doar é um excelente investimento, pois diz que “tal liberalidade não se vos perderá, mas garantirá que o que derdes voltará para vós em muito maior abundância” (CALVINO, 1995, p. 191).

João Calvino, interpretando a Primeira Carta aos Coríntios (1Co 16.2), no tocante à coleta dos santos, sobre o “armazenar”, recomenda que sempre que puder contribuir, seria melhor e mais seguro o sistema de armazenamento; pois, conforme um poeta pagão: “as riquezas que você distribui são as únicas que você realmente possuirá para sempre”, visto que dependemos da solicitude e gratidão de Deus, que se coloca no lugar dos pobres como devedor, para um dia nos restituir tudo quanto distribuímos (CALVINO, 1996a, p. 500, 501).

Neste sentido, Jesus, no Sermão do Monte, nos ensina a armazenar tesouros somente nos céus, e não aqui na terra, onde os bens se consomem ou são roubados. Aqui, “a felicidade é incerta e tem duração breve”. Portanto, nossa missão aqui é não “conservar nenhuma coisa para si próprio”. Pelo contrário, “devemos estar satisfeitos em atender as necessidades dos pobres”. Pois, “aqueles que ajudam seus irmãos pobres na terra, acumulam tesouros para si no céu”. Acumular tesouro nos céus é ajudar aos pobres. (CALVINO [CD-ROM], Mt 6.20, 21, p. 278, 280).

Muitas afirmações nos ensinamentos de Jesus sugerem que as bênçãos do Reino são uma recompensa. O pensamento judaico contemporâneo aos dias de Jesus desenvolveu bastante a doutrina do mérito e retribuição, e, à primeira vista, isto parece ter acontecido também nos ensinamentos de Jesus. Há uma recompensa aos que sofrem perseguição (Mt 5.12), pela prática do amor aos inimigos (Mt 5.46), pelas esmolas, quando feitas no espírito correto (Mt 6.4), pelo jejum (Mt 6.18). A relação existente entre Deus e o homem é a do empregador ou senhor dos seus trabalhadores ou escravos (Mt 20.1-6; 24.45-51; 25.14-30). A recompensa parece ser postulada, algumas vezes, como um equivalente estrito de algo feito (Mt 5.7; 10.32, 41s; 25.29), ou uma recompensa pela perda ou auto-sacrifício (Mt 10.39; Lc 14.8-11). Recompensas são prometidas, algumas vezes, de acordo com a medida de sucesso com a qual uma atribuição é realizada (Mt 5.19-20; Mc 9.41; Lc 19.17, 19); e algumas vezes a punição é semelhantemente graduada (Mt 10.15, 11.22, 24; Lc 12.47s). Em tais declarações os ensinamentos de Jesus parecem estar bem próximos do conceito judaico comum quanto aos méritos, através do qual a recompensa era um tipo de pagamento concebido em termos quantitativos (LADD, 2001, 125).

Quando doamos, gostamos de fazê-lo quando temos uma noção definida de que nossos donativos serão bem administrados, estarão em boas mãos e dignas de confiança. Calvino tratou com responsabilidade e transparência suas obras beneficentes. Tratou e “pôs um fim” à vida fácil dos ociosos de seu tempo. Essas atitudes influenciaram gerações. É o que nota Max Weber (2004a, p. 392) em seu livro *Economia e Sociedade*:

O Calvinismo destruiu, em geral, as formas tradicionais das caritas. A esmola não-organizada foi a primeira coisa que ele eliminou. No entanto, desde a introdução de normas fixas para a distribuição do dinheiro do bispo na igreja antiga tardia e, depois, com a instituição dos hospitais medievais, caminhava-se já em direção à sistematização das caritas, assim como no islã o imposto em benefício dos pobres significara uma centralização racional. Mas a esmola não-organizada conservara sua significação como boa obra. [...] Transformaram as caritas num gesto puramente ritual. O calvinismo pôs um fim a tudo isso. Sobretudo à atitude benévola para com os mendigos.

Deus não somente nos supre o necessário para própria subsistência, mas nos faz ricos, abastados e confiantes da providência divina, pela graça de Deus – com a finalidade de repartirmos com o pobre o que nos confiou. Portanto, conclui Calvino: “Não nos cansemos de fazer o bem”, visando sempre “à promoção da glória de Deus” (CALVINO, 1995, p. 193, 194).

6.3 O DIACONATO

A transformação da vida pública e privada em Genebra, coube a Calvino, com “muito esforço levar a cabo” (BURCKHARDT, 2003, p. 345). A economia de Genebra foi, em parte, um determinante para sua história religiosa, social e política. Sob o modelo da igreja Primitiva, Calvino organiza em Genebra o “Diaconato”, um ministério social da Igreja. Buscando o “justo equilíbrio entre o surto econômico e a justiça social”; pois, “a vida religiosa e a vida material do crente estão ambas sujeitas à mesma ordem de Deus” (BIÉLER, 1990, p. 205, 223, 240).

Para Matos (1997, p. 10), uma das principais preocupações de Calvino estava na assistência social e com o papel da Igreja com os desafortunados. O conceito de Calvino acerca de um quádruplo ministério, revela que a assistência social estava entre as suas principais preocupações. Sua primeira e mais importante contribuição nessa área foi teórica – suas idéias e princípios teológicos concernentes à responsabilidade da Igreja cristã para com os desfavorecidos.

O pensamento social de Calvino sobre “*riqueza e pobreza, bem-estar social e questões correlatas pode ser encontrado em diversas fontes, principalmente nas Institutas, nos comentários bíblicos e em sermões*” (MATOS, 1997, p. 10). A Reforma em Genebra foi um exemplo de responsabilidade social e dever cristão, a ser seguido. Calvino aplicou ali, de forma prática, todo o seu conceito sobre o uso das riquezas.

As instituições beneficentes criadas pela Reforma em Genebra subsistiram por vários séculos e serviram para ilustrar dois princípios essenciais acerca da administração da caridade cristã: o papel essencial dos leigos e a necessidade de flexibilidade e inovação (MATOS, 1997, p. 14).

A missão espiritual da Igreja é restaurar as relações sociais através da comunhão com Deus. A restauração econômica da sociedade, para distribuição das riquezas, é função de um ministério espiritual: o diaconato – esta é a “nova ordem econômica” estabelecida por Cristo.

Calvino, baseado no Evangelho, distingue o ministério diaconal em duas categorias. Primeiro, são aqueles encarregados em recolher e repartir os bens ofertados aos pobres, pelos fiéis. Estes, servem à Igreja dispensando e administrando os bens aos necessitados. Em segundo lugar, ficam os que são responsáveis para cuidar, mais diretamente, dos carentes, enfermos, idosos e doentes.

Uma vez que certo é que aí fala ele dos ofícios públicos da Igreja, necessário é que hajam dois gêneros de diáconos diferentes. Ora, se não me engano muito, na primeira referência denota ele os diáconos que administravam as ofertas, na segunda, os que tinham a incumbência de atender aos pobres, e servi-los, como eram as viúvas, de que faz menção a Timóteo (CALVINO, 1999b, IV.3.9).

Quem participa deste ministério, que restabelece o desequilíbrio social rompido pelo pecado, jamais deve falhar na distribuição dos bens. As riquezas que os diáconos administram devem ser utilizadas com a máxima exatidão. Porque a renda da igreja é uma oferta oferecida, primeiramente, a Deus; por isso, ela deve ser devidamente administrada. Sem esbanjamento ou negligência. E estes ministros, devem ser submissos à autoridade dos seus superiores, os presbíteros.

Devemos observar duas coisas, a saber, que os de Antioquia escolheram pessoas fiéis e de aprovada lisura para serem portadoras de sua oferta, e, então, que a enviaram aos anciãos para distribuí-la fiel e prudentemente. [...] Ao juízo lhes submeteram os de Antioquia o dinheiro sagrado que tinham destinado e ordenado para os pobres. Se objeta alguém que este ofício fora atribuído aos diáconos. [...] Assim, requer-se particularmente que eles tenham prudência, sem a qual não pode este cargo ser bem exercido, e também a fim de que se precaveram contra os enganos e fraudes daqueles que, afeitos a mendigar, suga o que se deveria fornecer à necessidade dos irmãos. Este

encargo é não somente penoso, mas também sujeito a muitas murmurações (CALVINO [CD-ROM], At 6.3, p. 192; At 12.30, p. 407).

O ministério material da igreja está intrinsecamente ligado com sua vida espiritual e vice versa. Enquanto os anciãos se dedicam exclusivamente ao ensino da Palavra, os diáconos devem se ater à assistência aos pobres. É uma tentação muito grande para as igrejas e pastores deixarem o ministério da Palavra para se ocuparem na obra de assistência social, diz Calvino. Não quer dizer que os apóstolos no Novo Testamento queriam isentar-se do cuidado dos pobres, mas sabiam eles das responsabilidades e diligências de seu ofício. Não conseguiriam atender aos dois ofícios, ao mesmo tempo, com a mesma perfeição (CALVINO [CD-ROM], At 6.2, p. 190).

O ministério de maior importância na Igreja, sem dúvida, é o da Pregação. Sem a Palavra de Deus, a Igreja deixa de Existir. São responsáveis pelo seu alimento espiritual. O ministério da Palavra é mais importante que o diaconato, diz Calvino. Porém, o seu valor não deve ser diminuído, porque o resultado da Pregação na vida dos homens é a entrega total de si próprio ao serviço de Deus, em ajudar ao próximo. Como já foi observado anteriormente: a vida material está sempre ligada à vida espiritual. Devem ser considerados como “embaixadores de Deus”. Pois os diáconos foram chamados para uma missão de extrema importância para o mundo.

Estes arrecadadores de Deus – que são revestidos de toda dignidade e honra para estabelecer a justa distribuição dos bens materiais consagrados e ofertados pelos cristãos – participam do governo do mundo juntamente com Deus, em socorro aos seus filhos. A oferta dos cristãos toma, agora, suma importância para a contribuição da obra de Deus. O Criador nos dá o privilégio de participar e nos associar a ele nesta grande empreitada de amor e compaixão.

Porque ainda que seja universalmente consensual que é uma virtude louvável prestar ajuda ao necessitado, todavia nem todos os homens consideram o dar como sendo uma vantagem, nem tampouco o atribuem à graça de Deus. Ao contrário disso, acreditam que alguma coisa sua, ao ser doada, perdeu-se. No entanto Paulo, declara que quando prestamos auxílio aos nossos irmãos, devemos atribuí-lo à graça de Deus, e devemos considerá-lo um extraordinário privilégio a ser arduamente buscado (CALVINO, 1995, p. 166).

Como deve ser aplicado os recursos da igreja? Os bens da igreja, segundo Calvino, deveriam ser aplicados em quatro partes. Primeiro, aos diferentes ministérios; segundo, aos pobres; terceiro, “aos reparos e consertos das igrejas e despesas semelhantes”; e por último, “aos estrangeiros e forasteiros pobres” (BIÉLER, 1990, p. 485).

Comentando sobre a igreja Primitiva, o reformador argumenta que

A distribuição era tal que se provia ao sustento dos ministros e não se deixavam os pobres para trás. Bem que aí, entretanto, havia boa ordem, de sorte que os ministros, que aos outros devem ser exemplos de sobriedade e temperança, não tivessem salários excessivos para prodigalizarem em suntuosidade e delícias, mas apenas o suficiente para manter-se em modesta condição (CALVINO, 1999b, IV.4.6-9).

O apóstolo Paulo afirma aos coríntios que eles: “devem sustentar os que se devotam à pregação do Evangelho” (CALVINO, 1996a, p. 275). E, por outro lado, aos que não consideram os ministros; Calvino diz que assim o fazem porque, na verdade, o que não levam em consideração é a Palavra de Deus.

Ele via que os ministros da Palavra eram negligenciados, porquanto a própria Palavra era desprezada. Porque não se pode negar que, se a Palavra for respeitada, seus ministros serão sempre tratados bondosa e honrosamente. É um artifício de Satanás defraudar os ministros de piedosos de seu sustento, de modo que a Igreja fique privada dos ministros desse gênero. Um solícito desejo de preservar o ministério levou Paulo a recomendar o sustento dos bons e fiéis pastores (CALVINO, 1998c, p. 181).

Em outro lugar:

Pois a ingratidão do mundo é de tal vulto, que pouquíssimos se preocupam de fato com o sustento dos ministros da Palavra; e Satanás se aproveita desse lapso para desprover a Igreja do ministério sacro, apavorando a muitos com o medo da pobreza e da fome, de modo a indispor-los a levar tal carga (CALVINO, 1998a, p. 149).

Calvino acreditava que para compreendermos que uso devemos fazer dos bens materiais, segundo as Escrituras, é necessário que tenhamos alguns princípios; ei-los:

Primeiro: não desejemos os bens deste mundo, movidos pela cobiça; os pobres, devem suportar a sua pobreza pacientemente; os ricos, não ponham o coração e a confiança em suas riquezas; os ricos estejam prontos a abrir mão de suas riquezas, quando Deus assim o quiser; as riquezas devem ocupar o segundo plano de sua vida. As bênçãos espirituais são as mais importantes, quer sejamos ricos, quer sejamos pobres; não se envolva com cobiças, mas busque o reino de Deus.

Segundo: trabalhe honestamente; aceite o ganho que vier como se fosse da mão de Deus; não faça negócios impróprios para locupletar-se, pelo contrário, sirva ao seu próximo com boa consciência; tome o provento do seu labor, com salário justo; quer seja comprando ou vendendo usemos de lealdade, nunca usemos de fraude, mentiras ou artimanhas.

Em terceiro lugar: sempre renda graças a Deus, quer tenha pouco ou muito recursos; se for rico, use com moderação os bens que Deus lhe deu. Não abuse em esbanjamento, intemperança ou suntuosidade com coisas supérfluas em orgulho ou vaidade, ao invés disso, use moderadamente os bens que Deus lhe deu, ajudando e assistindo as necessidades do seu próximo. Porque você é um depositário de Deus, e um dia irá prestar conta a ele, não somente de sua alma, mas também dos bens que Ele lhe confiou.

Sigamos o exemplo de Cristo que, sendo rico e cheio de glória, se deu por nós; assim, também nós, busquemos a caridade, ministrando-lhes à indigência e assistindo-lhes às necessidades, comunicando ao próximo as graças que Deus nos concedeu. Esse é o verdadeiro

proceder cristão. Esse é o uso correto, segundo a Bíblia, na interpretação de Calvino, dos bens materiais (BIÉLER apud CALVINO, 1990, p. 502,503).

Para Biéler, Calvino recriou o diaconato. Resgatou em Genebra, à semelhança da igreja Primitiva, um exemplo de responsabilidade social.

Ele fez entrar o dinheiro no circuito da vida espiritual restituindo aos bens econômicos sua razão de ser, seu ministério terrestre. Os diáconos são incumbidos de restabelecer, entre os membros da comunidade, aquela circulação de bens econômicos que manifesta a solidariedade espiritual dos membros do corpo de Cristo. Todos são responsáveis uns pelos outros, quer quanto à vida espiritual, quer quanto ao estado material e à saúde física (BIÉLER, 1970, p. 42).

O serviço diaconal deve ser crucial – para a vida, fé, função, testemunho e missão social da igreja – em todos os tempos; deve legitimar o seu modo de ser. Pois a riqueza vem de Deus a fim de ser usada em benefício de nossos irmãos. É um conceito central nas Escrituras, na ética e na teologia (MATOS, 1997, p. 9).

6.3.1 O Hospital Geral

Para entendermos o pensamento de Calvino sobre o serviço social é necessário observarmos o que ele escreveu sobre a função dos diáconos. Ele instituiu dois tipos de diáconos, um que administrava e outro que socorria os necessitados. Podemos encontrar esse ensino nas suas *As Institutas* (1559). (CALVINO, 1999b, IV.3.9; MATOS, 1997, p. 11).

O cuidado dos pobres foi confiado aos diáconos. Ainda hoje, o cuidado dos pobres foi confiado aos diáconos. Todavia dois tipos são mencionados na Carta aos Romanos: “Aquele que contribui, faça-o com simplicidade;... o que exerce misericórdia, com alegria” [Rm 12.8 Cf. Vulgata]. Como é certo que Paulo está falando do ofício público da igreja, deve ter havido dois graus

distintos. A menos que eu esteja equivocado em meu julgamento, na primeira cláusula ele designa os diáconos que distribuam as esmolas, mas a segunda refere-se àqueles que se devotam ao cuidado dos pobres e enfermos. Deste tipo eram as viúvas que Paulo menciona a Timóteo [1 Tm 5.9, 10]. As mulheres não podiam exercer qualquer outro ofício público, senão o de se devotarem ao cuidado dos pobres. Se aceitarmos isso (como deve ser aceito), haverá dois tipos de diáconos: um para servir a igreja administrando as questões referentes aos pobres, e outro para cuidar dos pobres eles mesmos. Assim, muito embora o termo *diakonia* em si mesmo tenha uma implicação mais ampla, a Escritura designa especificamente como diáconos aqueles a quem a igreja indicou para distribuírem as esmolas e cuidarem dos pobres, e também servirem como mordomos da caixa comum dos pobres.

Algumas instituições haviam sido fundadas desde o século 13. Uma dessas instituições criadas foi o “Hospital Geral” criado em 1535. Com a demissão dos clérigos houve uma certa vacância na administração dos necessitados. Quando Calvino chegou em Genebra (1536), a cidade já havia aderido a Reforma. Os hospitais eram abrigos para órfãos, aleijados, idosos e outros necessitados. A administração do hospital era por conta de dois tipos de oficiais: “uma junta de procuradores e um hospitaleiro.”

Para Robert M. Kingdon, o que já acontecia no Hospital Geral é que influenciou o pensamento de Calvino sobre o duplo diaconato (MATOS, 1997, p. 12; KINGDON, 1984, p. 168-171). Elsie McKee acredita que a origem dessas idéias vem da teologia interpretada por ele da primeira parte da Lei: “amar ao próximo”; e de textos onde interpreta a função do diácono: Atos 6.1-6; 1 Timóteo 3.8-13 e principalmente, sobre o duplo diaconato: Romanos 12.8. Já William Innes conclui que: Calvino não foi influenciado pelo duplo diaconato já existente em Genebra, mas foi profundamente influenciado pelo seu admirado mentor Martin Bucer.

Conseqüentemente, nas *Ordenanças Eclesiásticas* de 1541 e nos seus sermões, Calvino adaptou o diaconato de Genebra à situação existente do Hospital Geral. Os sermões sobre 1 Timóteo, pregados no outono e inverno de 1554-1555, definem os diáconos exclusivamente como os dois tipos de oficiais do hospital de Genebra. [...] Assim, a sua contribuição não foi a de um criador, mas a de um consolidador, dando àquelas instituições vitalidade e estabilidade (MATOS, 1997, p. 13).

Biéler comenta sobre a criação de obras assistenciais e da luta contra a imoralidade, fiscalização de preços e a regulamentação do trabalho. Decreta, também, a fundação de um Hospital Geral, que *“se implanta no antigo convento de Santa Clara. Esta instituição de assistência é dotada dos rendimentos dos sete hospitais e asilos antigos, de todas as igrejas, capelanias, paróquias, mosteiros e confrarias.”* (BIÉLER, 1990, p. 102, 222).

Em Genebra, em 1535, é fundado o Hospital Geral, destinado a dar assistência aos enfermos, aos pobres, aos órfãos e aos idosos. Depois, em consideração à penúria de víveres, a pobreza de uma parte da população e a avareza de outra, medidas de ordem econômicas são tomadas imediatamente contra o monopólio e a especulação para colocar os produtos básicos da alimentação ao alcance de todas as bolsas.

Genebra, também, criou um certo “seguro médico”, de velhice e de invalidez. Esse sistema social foi aperfeiçoado por Calvino, que trabalhou para que essa assistência – organizada e dirigida pelo Estado, mas exercida pelo ministério eclesiástico dos diáconos – não tivesse discriminações nacionais, provesse a assistência domiciliar e incluísse um serviço de medicina social. “Que haja um médico e um cirurgião, dizem as ordenanças de 1541, às expensas da cidade, [...] encarregados de cuidar do hospital e de visitar os pobres” (BIÉLER, 1970, p. 44).

A caridade cristã era uma preocupação ética pelo bem da comunidade genebrina, que foram determinantes em decisões econômicas para a época. Mas através dos ensinamentos doutrinários e influência de Calvino, segundo William C. Innes, incentivou e promoveu o interesse já existente para “uma assistência ampla e respeitosa aos pobres” (INNES, 1983, p. 247, 248).

Em Zurique, o reformador Zwinglio “tinha tido como consequência uma nova organização da assistência social”. Em 1525, com a supressão dos conventos, seus bens são destinados ao atendimento dos pobres.

A mendicância é proibida e o asilo recebe, além de pessoas enfermas, os indigentes, a quem se distribuem recursos em dinheiro e em espécie. Instala-se uma rouparia e todos os dias, diante da igreja dos pregadores, às primeiras horas da manhã, fuma um caldeirão à disposição de quantos desejarem um prato de sopa. Em cada bairro um eclesiástico e um leigo obtêm as informações necessárias e coletam os donativos. Sopas populares são instituídas para os estudantes necessitados, que, ademais, recebem dois *shilings* por semana. As igrejas e paróquias rurais devem assumir o cuidado de seus indigentes e não fazê-los buscar auxílio em outros lugares (BIÉLER, 1970, p. 44).

Calvino utilizou-se de seus conhecimentos em Direito e Teologia para escrever as *Ordenanças Eclesiásticas*, redigida em Genebra (1541). Essas *Ordenanças* dividiam o governo da igreja em quatro ofícios ministeriais: os pastores (responsáveis pela pregação); os presbíteros (pela disciplina cristã); os mestres (pelo ensino das Escrituras); e os diáconos (que se subdividiam em dois tipos: a junta de procuradores e o hospitaleiro). Os diáconos eram supervisionados pelos pastores e presbíteros, que inspecionavam o Hospital a cada três meses.

A junta de *procuradores* era uma das comissões que governavam a cidade, eleitos a cada ano. Recolhiam pensões, esmolas, haveres, rendas e as distribuía aos pobres e enfermos. Reuniam-se pelo menos uma vez por semana para tomar decisões quanto ao destino dos subsídios. O *hospitaleiro* era responsável pela administração diária do hospital. Morava no próprio hospital, juntamente com sua família para supervisionar o programa de assistência aos necessitados, que também moravam ali. O Havia uma equipe que o auxiliava: um professor para as crianças, um barbeiro-cirurgião; um farmacêutico; e serventes.

6.3.2 A Academia de Genebra

Não basta simplesmente ajudar materialmente os pobres, também devem dar-lhes os meios necessários para, de si próprio, saírem de sua condição precária. Os que se beneficiavam do Hospital Geral tinham as mesmas condições de educação que os demais,

pois, “*um mestre é incumbido das instruções das crianças neste estabelecimento. Bem mais, faz-se necessário que os pobres, os enfermos e os inválidos sejam reeducados profissionalmente*” (BIÉLER, 1990, p. 225). Calvino levanta fundos para a Academia de Genebra, fundada em 1559, conforme diz Campos (2000, p. 49):

Logo após a sua volta para Genebra, em 1541, Calvino começou a procurar um terreno fora dos muros da cidade, com vista para o lago, para ali começar a construir o colégio. [...] Todavia, a despeito de todas as idéias, não havia fundos para construir o prédio nem para pagar os professores. Como não havia dinheiro público disponível, Calvino apelou à filantropia particular, alcançando bastante sucesso nesse esforço. Ele próprio arrecadou 10.024 *guilders* de ouro, uma grande soma para a época. Outras pessoas contribuíram muito liberalmente, acrescentando mais 3.526 *guilders*. Com essa quantia, começaram a construir o edifício.

As *Institutas* e a Academia de Genebra foram as obras de Calvino que mais contribuíram para disseminar, em países distantes, seus princípios e doutrina. A escola possuía dois níveis: o fundamental (escola superior ou escola pública); e o inferior (escola privada, equivalente ao terceiro grau). Calvino convida Teodoro Beza para ser o seu primeiro reitor. Quando Calvino morreu, 1.500 alunos estavam matriculados, sendo a maioria estrangeiros; tornando assim um “centro intelectual do Protestantismo”.

A Reforma surge de movimentos populares, porém, solidamente emoldurado e fundamentado pelos intelectuais. Por isso, Biéler (1990, p. 192, 189) afirma que:

O movimento popular de renovação espiritual em Genebra não leva a nenhum resultado duradouro enquanto não recebe o concurso ativo de intelectuais que lhe dêem uma estrutura eclesiástica sólida e um pensamento doutrinário elaborado. [...] Em todos os movimentos religiosos e sociais do século 15 e 16, maravilharmo-nos em ver que o vigoroso ardor da piedade popular é sempre guiado por intelectuais.

Com o grande desequilíbrio econômico e social da Europa, no começo do século 16, inicia-se, de um lado, um forte zelo dos reformadores em promover reformas sociais e, de

outro, o ardor de Calvino em resgatar o homem por inteiro: físico, espiritual e intelectualmente.

A ação social reformada não se limita à assistência. Visa ao homem em sua totalidade, ser espiritual e material. Os reformadores também estão constantemente preocupados com a formação profissional da população em geral e da juventude, dos sinistrados e dos refugiados em particular. Desde 29 de dezembro de 1544, intervém Calvino junto ao Pequeno Conselho para que este desenvolva a indústria da tecelagem a fim de contribuir para a riqueza e bem-estar da população (BIÉLER, 1990, p. 215, 226).

6.3.3 O Fundo Francês¹

Com a perseguição religiosa, atração pela pregação de Calvino e pela cidade modelo de Genebra, que estava sendo criada, aumentou, e muito, o influxo de refugiados estrangeiros. Eram protestantes oriundos da Itália, Inglaterra, Espanha e principalmente da França, como o próprio Calvino. Com este influxo, que praticamente dobrou de 1541 a 1560, acarretaram sérios problemas sociais para a, até então, pequena cidade de Genebra. Havia sérios problemas com alimentação, saneamento, moradia, saúde, trabalho, etc. Devido à situação, criou-se uma instituição chamada “Fundo para os estrangeiros franceses pobres”, mais conhecida como “Fundo Francês”.

Alguns desses refugiados eram consideravelmente abastados, outros, nem tanto. Se o Hospital Geral cuidava dos pobres genebrinos, criou-se, então, o Fundo Francês – uma instituição inovadora para ajudar os refugiados, organizada em 1549. Era dirigido pelos diáconos (o mais conhecido e atuante dentre eles foi o ilustre refugiado francês Jean Budê). Algumas atividades caritativas eram supervisionadas e até incentivadas pelos pastores. O

¹ Esta seção baseia-se basicamente no artigo de Alderi S. Matos, *Amando a Deus e ao Próximo: João Calvino e o Diaconato em Genebra*. Fides Reformata 2/2, 1997.

principal papel do Fundo francês era coletar recursos financeiros de refugiados ricos e assistir aos refugiados pobres. O próprio Calvino fazia generosas contribuições.

Os diáconos do Fundo gastavam os recursos com uma impressionante variedade de projetos caritativos. Eles ajudavam os novos refugiados a obterem moradia em casas particulares, hospedarias ou pensões. Eles forneciam camas ou colchões, pequenas doações em dinheiro ou cereais para os carentes, conjuntos de ferramentas, ou matrículas para aprendizes de ofícios. Os diáconos contratavam amas de leite ou mães adotivas para os bebês cujas mães refugiadas haviam morrido. Eles também ofereciam serviços médicos através de um médico, um barbeiro-cirurgião e um farmacêutico. Os diáconos compravam tecidos e contratavam alfaiates e costureiras para fazerem roupas para os pobres (MATOS, 1997, P. 14).

Também contratavam copistas para copiarem os sermões e palestras de Calvino. Distribuía na França livros religiosos e um saltério traduzido. Também ajudavam obras missionárias; e viúvas e órfãos de pastores.

6.3.4 O legado de João Calvino

A visão de Calvino sobre o uso das riquezas, deve nos atingir por inteiro, em todas as áreas da nossa vida. É a mordomia cristã levada a sério. Baxter, diz que:

Se Deus vos aponta um meio pelo qual legalmente obtiverdes mais do que por outro (sem perigo para vossa alma ou a de outro), e se o recusardes e escolherdes um caminho menos lucrativo, então estareis recusando um dos fins de vossa vocação, e recusareis a ser servo de Deus, aceitando suas dádivas e usando-as para Ele, quando Ele assim o quis. Deveis trabalhar para serdes ricos para Deus, e, evidentemente, não para carne ou para o pecado (WEBER, 2004b, apud BAXTER, p. 116).

A ética de Calvino foi além dos limites de Genebra, uma reforma teológica, porém prática, retornando assim o sentido primário da Igreja. Weber (2004b, p.100) diz que “as

forças mágicas religiosas e as noções de dever que nelas se baseiam, no passado, entre as mais importantes influências formadoras de conduta". Ele quer dizer que esses valores sociais ficam enraizados na sociedade. E ainda, Weber (2004b, p. 100) diz que essa conduta ética afeta na prática, quando fala em "efetiva moralidade existente na vida dos crentes, isto é, em como o fundamento religioso da ética econômica afetou a prática"; pois, mais interessado nos motivos da ação moral do que no conteúdo, relacionam essas influências mais diretamente com a atividade econômica. Influenciados por esta ética moral e econômica, os protestantes e missionários que se instalaram aqui no Brasil e em várias partes do mundo trouxeram consigo essa conduta ética.

Daniel-Rops (1996, p. 421), em *A Igreja da Renascença e da Reforma (I)* comenta que o pensamento de Calvino foi de suma importância para Reforma e sua posterior influência:

Não resta qualquer dúvida, porém, de que a sua influência foi determinante, até no desenvolvimento do capitalismo, na democracia e do capitalismo... Calvino pertence incontestavelmente ao pequeníssimo grupo de mestres que, no decorrer dos séculos, moldaram com as suas mãos o destino do mundo.

O estudo sobre o Calvino vai além. Além de uma reforma doutrinária, o reformador visa uma mudança na vida da comunidade, transformando toda cultura. O pensamento de Calvino atravessaria fronteiras e influenciaria a ética e moral por séculos. Ainda hoje está em voga estudar sobre o reformador social. Ricardo Quadros Gouvêa, na introdução do livro *A Verdadeira Vida Cristã* de João Calvino, escreveu que os estudos calvinianos estão, ainda hoje, em seus dias áureos:

Hoje estamos vivendo um tempo áureo dos estudos calvinianos. Há centros especializados no estudo do reformador espalhados por todo o mundo. Na década de 30 surgiu na Holanda a *Sociedade por uma Filosofia Calvinista*, uma iniciativa do filósofo holandês Herman Dooyeweerd, que iniciou a publicação do periódico

Philosophia Reformata. Esta sociedade possui hoje quase mil membros em todo o mundo e continua fazendo um trabalho sólido. Um dos mais renomados filósofos americanos da atualidade, Alvin Plantinga (Universidade de Notre Dame), é membro e já presidente desta sociedade. O *Congresso Internacional Permanente de Pesquisas Calvinianas* não só organiza, de tempo em tempo, importantes simpósios como também patrocina congresso, colóquios e conferências regionais e publicações importantes como, por exemplo, a *Ioannis Calvini Opera Omnia*, e uma bibliografia internacional de estudos calvinianos. Grandes nomes têm aparecido e se destacado no meio acadêmico internacional como competentes especialistas em Calvino. Entre eles, James B. Torrance (Escócia), Alister E. MacGrath (Inglaterra), Wilhelm H. Neuser (Alemanha), Richard Gamble (E.U.A.), W. Stanford Reid (Canadá), Keiko A. Oberman (Alemanha e E.U.A.), Cornelis Augustijn (Holanda), Erick A. de Bôer (África do Sul), Oliver Fatio (Suíça), Nobuo Watanabe (Japão), Alexandre Ganoczy (França), entre outros (CALVINO, 2001, p.10-12).

Calvino influenciou, através da Academia de Genebra, boa parte do mundo ocidental depois da Reforma. Um exemplo disto é John Knox, um discípulo seu, que, de Genebra retornou para Escócia e fundou ali a Igreja Presbiteriana.

Na Inglaterra surge a Igreja Anglicana, e nela o puritanismo². Estes eram calvinistas e procuravam servir a Deus, não era uma nova religião, nem outra denominação, mas uma maneira de ser e viver, um estado de espírito, de alguns que se empenhavam em viver eticamente, principalmente quanto à mordomia cristã. Seguindo o pensamento econômico de Calvino, viviam vidas frugais, estimulavam a poupança, não cobravam juros com usura, abominavam o ócio, e que a suas propriedades e riquezas eram para servir a Deus e não o seu próprio ego e ganância.

Segundo Leland Ryken (1992, p. 85), os puritanos tinham a consciência de que é Deus quem envia tanto a pobreza quanto a riqueza, porém deveriam tomar algumas precauções como: *“obsessão pelos perigos da riqueza, o ideal de moderação, uma doutrina da mordomia na qual Deus é visto como o proprietário máximo dos bens, e uma visão do dinheiro como um bem social.”*

² O Puritanismo foi um movimento religioso do século 16, dentro do protestantismo inglês, tendo como objetivo principal purificar a Igreja Anglicana. Eles se tornaram conhecidos como “separatistas”. A ética do puritanismo consistia numa piedade, às vezes excessiva.

Max Weber (1982, p. 359, 360) em *As Seitas Protestantes e o Espírito do Capitalismo*, 12º capítulo de seu livro *Ensaio de Sociologia*, comentando sobre os primórdios da ética protestante, diz que:

As seitas protestantes, porém, estabeleceram conscientemente uma ligação entre essa idéia e esse tipo de comportamento religioso, segundo o princípio do capitalismo inicial: “A honestidade é a melhor política.” Essa ligação se encontra, embora não exclusivamente, entre essas seitas protestantes, embora somente entre elas se observam continuidade e coerência características em tal ligação.

Toda a ética tipicamente burguesa foi desde o princípio comum a todas as seitas e conventículos ascéticos, sendo idêntica à ética praticada pelas seitas na América até o momento presente. Os metodistas, por exemplo, proibiam:

- 1) Conversar enquanto compravam e vendiam (“regatear”);
- 2) Negociar as mercadorias antes de pagos os tributos aduaneiros sobre elas;
- 3) Cobrar juro mais alto do que permitia a lei do país;
- 4) “Amontoar tesouros na terra” (significando isso a transformação do capital de investimento em “riqueza consolidada”);
- 5) Tomar empréstimos sem ter certeza de pagar a dívida;
- 6) Luxos de todos os tipos.

Entretanto, ainda no “borbulhar” da Reforma, o Brasil recebe alguns huguenotes (discípulos franceses de Calvino) mandados pelo próprio reformador. Mas foram traídos, por Villegalion na Bahia de Guanabara, Rio de Janeiro. Um sonho frustrado!

Também a Holanda, numa tentativa de colonizar e reformar o Brasil, a partir de 1630, instalam-se no Nordeste, principalmente em Pernambuco. Evangelizam alguns nativos e índios e fazem um belo trabalho de infra-estrutura por onde passam, com canais e saneamentos básicos. Outro sonho frustrado! Da mesma forma acontece aos judeus holandeses, conforme relata Wilson Castro Ferreira (1990, p. 223).

Associa a presença dos holandeses no Brasil e o progresso dos engenhos do açúcar, bem como, posteriormente, o comércio de diamantes, com o capital e habilidade investiva dos judeus, judeus que estavam presentes na companhia das Índias Ocidentais entre os holandeses, judeus que eram fortes negociantes em Recife, judeus

que vinham em grandes levas fugindo de Portugal, um navio por ano carregado de cristãos-novos.

A Igreja Presbiteriana dos Estados Unidos, passando por um despertar missionário começa a enviar vários missionários. O rev. Ashbel Green Simonton é o pioneiro. O jovem missionário embarcou para o Brasil em Baltimore, no navio Banshee, em 18 de julho de 1859, chegando ao Rio de Janeiro no dia 12 de agosto de 1859.

Neste tempo (1861-1865), o EUA estava em Guerra Civil; neste ínterim, e por causa dele, vieram alguns imigrantes do Sul para o Brasil, no período de 1866 a 1867, aproximadamente. Muitos destes imigrantes instalam-se em Santa Bárbara e fundam a Vila Americana, outros em Angra dos Reis, Iguape. Juntamente com estes imigrantes também vieram alguns ministros, dentre eles, vieram ministros presbiterianos, batistas e metodistas. Em 1869 chegam os presbiterianos, que são: William C. Emerson e James R. Baird. Após o período do pioneirismo, Simonton já não estava conosco, mas o trabalho missionário perpetuou no Brasil.

A *Confissão de Fé de Westminster* foi o símbolo de Fé adotado pelos presbiterianos brasileiros, trazendo em si, o pensamento puritano, quanto à ética do dinheiro e do trabalho. Este pensamento puritano está evidenciado, claramente, nas confissões de fé de sua época. No Catecismo Maior (1647), comentando sobre o oitavo mandamento, diz:

O oitavo mandamento é: 'Não furtarás' e exige que procuremos a promoção lícita das riquezas e do bem-estar, tanto nosso como dos outros e proíbe tudo que impede ou pode impedir injustamente a riqueza ou o bem-estar, tanto nosso como do nosso próximo (BEEKE; FERGUSON, 2006, p. 157).

Também, trouxeram ao Brasil, principalmente em São Paulo, um tímido desenvolvimento cultural, social e econômico dentro de uma certa ética protestante. A

exemplo dessa herança – numa fazenda, em Perdizes, próximo de Patrocínio, interior das Minas Gerais – havia um fazendeiro que, “de tantos missionários e protestantes passarem por lá”, certo dia aderiu ao protestantismo. Seu nome era Manuel de Melo – o fundador da Congregação de Perdizes (hoje, Templo Evangélico Presbiteriano da Chapada das Perdizes), que antes do seu falecimento, preparou alguns princípios para a orientação dos crentes e de suas famílias, os quais foram publicados, na íntegra, por sua filha, Maria de Melo Chaves (1947, p 191, 192):

Conselhos e Praxes:

- O crente não pode andar a toa, nem uma hora da semana. Se o crente anda a toa, rouba o tempo e fica tentado a roubar para sustentar a família;
- O crente deve trazer a sua morada bem aseada, mesma que seja um rancho. Ele mesmo deve andar limpo ainda que a sua roupa seja muito humilde, porque Jesus ama a pobreza, mas condena a preguiça.
- O crente não pode mentir, é condenado.
- O crente não deve contrair dívidas. Não pagar é roubar.
- O crente não pode tomar tempo, falando da vida alheia ou tecendo intrigas.
- O crente não pode deixar de pagar o imposto, ainda que ele seja pesado.
- O crente não deve aproveitar as reuniões de oração para tratar de negócios seculares. Pode e deve, antes, tratar dos negócios do Reino do Filho de Deus.

Nestes conselhos, vemos em seu bojo, as raízes da ética puritana, trazida pelos missionários, que foram influenciados pela Confissão de Fé de Westminster, que fora influenciada pelos puritanos; mas, que antes, pelos calvinistas, que antes por Calvino, que antes por Jesus Cristo.

A ética protestante não desapareceu por completo. É minoria, é tímida, mas existe. A exemplo disso, um professor da Fundação Getúlio Vargas – João Baptista Brandão – em sua tese de doutorado pela UMESP (2000, p. 181), pesquisou e entrevistou várias empresas e

empreendedores, tentando detectar, aqui no Brasil, alguns sinais dessa influência. Seu objetivo era:

O objetivo do nosso estudo foi testar a hipótese de que a competitividade nos pequenos e médios negócios está assentada numa prática de trabalho cujas bases axiológicas podem ser associadas ao *ethos* protestante-puritano de vida e trabalho de suas origens histórico religiosas.

Em sua pesquisa, Brandão (2000, p. 93) detectou duas empresas, que não são pequenas e nem médias, mas que, segundo ele, têm valores e princípios puritanos:

Duas empresas, a Organização Odebrecht e o Banco Bradesco, atípicas em termos de modelo e práticas de empresariamento e gestão no Brasil, podem servir de referência – pela natureza do modelo e porque têm sucesso – de como se concretizar o modelo weberiano, se assim podemos chamar as análises de Weber, com um claro núcleo puritano secularizado, a partir de inteligentes adequações axiológicas e religiosas para se fazer frente às naturais dificuldades culturais.

Os protestantes, influenciaram com a sua ética protestante as elites, através das escolas aqui implantadas. Mas somente na área pobre e rural é que houve progresso na evangelização. Como comenta A. G. Mendonça (2002, p. 79).

Não se trata, ao menos por parte das elites, de aceitar uma “nova religião”, mas de receber e injetar na sociedade brasileira o sangue novo do liberalismo e do progressismo. Daí terem as elites privilegiado as escolas protestantes, que se estabeleceram em relativa profusão a partir de 1870. A mensagem religiosa achou lugar no estabelecimento pobre e rural da população, pouco alcançado pela Igreja Católica.

Biéler (1990, p. 661) defende que o pensamento social de Calvino representa, de fato, um ponto de virada na História Econômica, “uma virada na história das relações entre a Igreja

e o mundo econômico e social”. É considerado o “pai do capitalismo” Calvino e os calvinistas contribuíram, sem dúvida, para o desenvolvimento econômico e social.

Muito embora não seja tão fácil chegar a conclusões lógicas através de dados como estes, nos servirá de grande proveito, para uma pesquisa futura, no desenvolvimento desse assunto. O desenvolvimento do pensamento econômico de Calvino e sua influência na sociedade ocidental, até mesmo no Brasil, podem ser formuladas e questionadas. Portanto, parece-nos pertinente mencioná-la aqui, ainda que breve e modestamente.

7 CONCLUSÃO

A economia primitiva era uma economia de abundância. Porém, o pecado da humanidade, através da Queda no Éden, trouxe grandes distúrbios nesta produção, causando assim um desequilíbrio econômico e social na sociedade. Entram em cena o individualismo, a ganância e a miséria. Mas, através da obra de Cristo, Deus restaurou a humanidade a fim de suscitar uma nova sociedade. Cabe, agora, à Igreja de Cristo, devolver ao mundo a ordem social.

Vimos que nos tempos bíblicos havia tensões entre ricos e pobres; e na Idade Média uma dicotomia irreconciliável entre o ser piedoso e possuir bens materiais. A Europa, na época da Reforma, sofrera profundas transformações econômicas e sociais irreversíveis: a descoberta do Novo Mundo, guerras, revoluções, pestes, mortes. A transformação da vida pública e privada de Genebra, coube a João Calvino levar a cabo. O seu conceito acerca de um quádruplo ministério, revela que a assistência social estava entre as suas principais preocupações.

A sua formação humanista e sua piedade foram determinantes para a implantação da Reforma. A vida frugal é o ideal pregado por Calvino. Dizia ele que a riqueza só é legítima quando posta a serviço dos que têm falta dela. E que a riqueza não é um mal em si mesma, mas, sim, o seu poder espiritual de sedução.

O pensamento de Calvino sobre as riquezas nos deve atingir por inteiro, em todas as áreas da vida. Ele denuncia o perigo espiritual das riquezas, a moderação e o dever à assistência social (dar esmolas). O princípio que deve perdurar em qualquer transação econômica, deve ser, sempre: a honestidade, o amor, a moderação, a caridade e a constante vigilância em tudo aquilo que, para a vida cotidiana, necessitarmos. É a mordomia cristã levada a sério.

Dentro da perspectiva de Calvino, para que o homem exerça sua plena humanidade e seja um homem realizado e autêntico, ele precisa de trabalho. Essa é a sua vocação. O dinheiro não tem apenas função utilitária; mas tem um duplo sinal. Ele é, primeiramente, um sinal da graça de Deus abençoando os homens; e, também, pode ser um sinal de condenação para os que recebem os bens de Deus e não os comunica ao próximo. O dinheiro, a riqueza e os bens econômicos são colocados à disposição do ser humano para a organização de sua vida e da sociedade, o qual é solidariamente responsável.

Para Calvino, a vida espiritual exige grande responsabilidade à vida material do homem e da sociedade. A pobreza voluntária e o ascetismo monástico foram combatidos. Detectamos que a fé não está alheia aos bens materiais, como se pensava na Idade Média. A Reforma, então, afetou a atitude para com o dinheiro e sua finalidade.

Concluimos que, no pensamento de Calvino, a beneficência é mais do que um auxílio, é um dever explícito de ministrar uns aos outros. É agir em prontidão, de fato, em favor do necessitado. A caridade não é opcional, é uma obrigação de todos, pois, não fazemos mais do que lhes entregar aquilo que lhes é de direito. Calvino ainda pregava que as contribuições nunca devem ser além ou aquém de nossas posses, mas conforme as suas próprias capacidades.

Na visão de Calvino, quando ajudamos o pobre estamos reconhecendo que Deus é o proprietário maior dos bens. É um exercício de piedade, de amor, de fé e de atos externos. Moderação e assistência social. A esmola é mais que um sacrifício, é um privilégio, pois estamos participando do governo do mundo, juntamente com Deus, em socorro aos seus filhos. E ainda nos recompensa aqui e na vida eterna.

Para os reformadores, não basta simplesmente ajudar materialmente os pobres, também devem dar-lhes os meios necessários para, de si próprio, saírem de sua condição precária. Para isso Calvino agiu na fundação e ampliação de instituições em Genebra, como a Academia de Genebra (dando base intelectual aos alunos, que seria de extrema importância para a Reforma da Igreja). Também atuou com veemência no Hospital Geral (que fornecia abrigo, alimentação, assistência médica e educacional); e o Fundo Francês (que financiava pequenos negócios e ensinava novas profissões aos refugiados de Genebra). Os ociosos eram presos. Todos deveriam trabalhar e fazer o bem, para a glória de Deus.

Calvino se distingue de seus predecessores, pois buscava uma ética social baseada na Palavra de Deus. A ordem divina se expressa a uma clara consciência de nossa responsabilidade pessoal em face à vida social que é destinada à humanidade. Para ele, a Bíblia não proíbe a riqueza ou o empréstimo a juros, em si, mas se preocupa, em última instância, aos efeitos e conseqüências da caridade e equidade, em defender o pobre, que quase sempre é oprimido.

Finalmente, Calvino acreditava que a vocação do rico é um meio e uma bênção para servir a si próprio e ao próximo. O pobre tem vantagem espiritual sobre o rico, pois é menos exposto à tentação das riquezas. A teologia de Calvino, que se distingue da teologia medieval, fixa limites ao direito dos homens em adquirir e usar as riquezas. Deus não somente nos supre o necessário para a própria subsistência, mas nos faz ricos, abastados e confiantes da providência divina, pela graça de Deus – com a finalidade de repartirmos com o próximo.

Biéler (1990, p. 661) defende que o pensamento social de Calvino representa, de fato, um ponto de virada na História Econômica, “uma virada na história das relações entre a Igreja e o mundo econômico e social”. Calvino influenciou gerações. É considerado o “pai do capitalismo”. Portanto, há motivos de sobra para estudar o pensamento social de Calvino, e salientar a sua importância.

8 BIBLIOGRAFIA

ALVES, Ruben Azevedo. *O que é religião*. São Paulo: Abril Cultural/Brasiliense, 1984.

AQUINO, Tomás. *Sobre o ensino (de Magistro) e os sete pecados capitais*. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

ARENS, Eduardo. *Ásia menor nos tempos de Paulo, Lucas e João: aspectos sociais e econômicos para a compreensão do Novo Testamento*. São Paulo: Paulus, 1997.

ATTALI, Jacques. *Os Judeus, o dinheiro e o mundo*. São Paulo: Editora Futura, 2003.

BEEKE, Joel, R.; FERGUSON, Sinclair B. *Harmonia das confissões de fé reformadas*. São Paulo: Editora Cultura Cristã, 2006.

BIÉLER, André. *O humanismo social de Calvino*. São Paulo: Oikoumene, 1970.

_____. André. *O pensamento econômico e social de Calvino*. São Paulo: Casa Editora Presbiteriana, 1990.

_____. André. *A força oculta dos protestantes*. São Paulo: Editora Cultura Cristã, 1999.

BORGER, Hans. *Uma história do povo judeu: de Canaã à Espanha*. Editora & Livraria Sefer Ltda., 1999. v.1.

BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas simbólicas*. 5. ed. São Paulo: Editora Perspectiva S.A., 2003.

_____. Pierre. *A produção da crença: contribuição para uma economia dos bens simbólicos*. 2. ed. São Paulo: Editora Zouk, 2004.

- BRANDÃO, João Baptista. *Axiologia, religião e secularização nos negócios: uma análise na competitividade em pequenas e médias empresas brasileiras*. 2000. 242 f. Tese (Doutorado em Ciências da Religião) – Universidade Metodista de São Paulo, São Bernardo do Campo, 2000.
- BROWN, Colin (Org.). *Dicionário internacional de teologia do Novo Testamento*. São Paulo: Edições Vida Nova, 1982. 2 v.
- BURCKHARDT, Jacob. *A cultura do renascimento na Itália: um ensaio*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.
- CAIRNS, Earle E. *O Cristianismo através dos séculos: uma história da igreja cristã*. São Paulo: Edições Vida Nova, 2001.
- CALVINO, Juan. Catecismo de la iglesia de Ginebra. In: *Catecismos de la iglesia reformada*. Buenos Aires: La Aurora, 1962.
- _____. Juan. *Sermones sobre la obra salvadora de Cristo*. Jenison, Michigan: TELL, 1988.
- _____. João. *2 Coríntios*. São Paulo: Paracletos, 1995.
- _____. João. *1 Coríntios*. São Paulo: Paracletos, 1996a.
- _____. Juan. *Breve instruccion cristiana*. Barcelona: Fundacion Editorial de Literatura Reformada, 1996b.
- _____. João. *Hebreus*. São Paulo: Paracletos, 1997a.
- _____. João. *Exposição de romanos*. São Paulo: Paracletos, 1997b.
- _____. John. *John Calvin collection*. Albany, OR: Ages Software, 1998. 1 CD-ROM.
- _____. João. *As pastorais*. São Paulo: Paracletos, 1998a.
- _____. João. *Efésios*. São Paulo: Paracletos, 1998b.
- _____. João. *Gálatas*. São Paulo: Paracletos, 1998c.
- _____. João. *Salmos*. São Paulo: Paracletos, 1999a. v.1.
- _____. Juan. *Institución de la religión cristiana*. 5. ed. Barcelona: Felire, 1999b. 2 v.

- _____. João. *A verdadeira vida cristã*. 3.ed. São Paulo: Editora Novo Século, 2001.
- _____. João. *Instrução na fé: princípios para a vida cristã*. Goiânia: Editora Logos, 2003.
- CAMPOS, Heber Carlos de. *A “filosofia educacional” de Calvino e a fundação da academia de Genebra*. Fides Reformata 5/1, 2000.
- CAMPOS, Leonildo Silveira. *Teatro, templo e mercado: organização e marketing de um empreendimento neopentecostal*. Petrópolis/São Paulo/São Bernardo do Campo: Editora Vozes/Simpósio Editora/UMESP, 1997.
- CANDIDO, Antonio. *Os parceiros do Rio Bonito*. 9. ed. São Paulo: Duas Cidades/Editora 34, 2001.
- CESARÉIA, Basílio de. *Homilia sobre Lucas 12*. São Paulo: Paulus, 1999.
- CHAVES, Maria de Melo. *Bandeirantes da fé*. Belo Horizonte (s/ed.), 1947.
- CLOUSE, Robert G.; PIERED, V. Richard; YAMAUCHI, Edwin M. *Dois reinos: a Igreja e a cultura interagindo ao longo dos séculos*. São Paulo: Editora Cultura Cristã, 2003.
- COSTA, Hermisten M. P. *João Calvino: O humanista subordinado ao Deus da Palavra*. Fides Reformata 5/3, 1999.
- COSTA, Hermisten M. P. *Raízes da teologia contemporânea*. São Paulo: Editora Cultura Cristã, 2004.
- _____. Hermisten M. P. *Calvino de A a Z*. São Paulo: Editora Vida, 2006.
- CUNHA; Euclides da. *Os sertões*. São Paulo: Editora Nova Cultural Ltda., 2002.
- DANIEL-ROPS. *A igreja da renascença e da reforma I: a reforma protestante*. São Paulo: Quadrante, 1996.
- DREHER, Martin N. *A igreja no mundo medieval*. São Leopoldo: Sinodal, 1994. v.2.
- EISENSTADT, S. N. *Sociedade israelense*. São Paulo: Editora Perspectiva, 1977.
- ENGELS, Friedrich. *A origem da família, da propriedade privada e do Estado*. 3. ed. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1977.

- FERREIRA, Wilson Castro. *Calvino: vida, influência e teologia*. 2. ed. Campinas: Editora Luz para o Caminho, 1990.
- FREYRE, Gilberto. *Casa-grande & senzala: formação da família sob o regime da economia patriarcal*. 50 ed. São Paulo: Global Editora, 2005.
- GEORGE, Timothy. *Teologia dos reformadores*. São Paulo: Edições Vida Nova, 1994.
- GILSON, Etienne. *Filosofia na Idade Média*. São Paulo: Martins Fontes, 1995.
- GOMES, Antonio Maspoli. *A religião, educação e progresso*. São Paulo: Editora Mackenzie, 2000.
- GONZALES, Justo L. *A Era dos reformadores*. São Paulo: Edições Vida Nova, 1999. v.6.
- GRAHAM, W. Fred. *The constructive revolutionary: John Calvin and his socio-economic impact*. Richmond, Virginia: John Knox, 1971.
- GRONINGEN, Van Gerard. *Criação e consumação*. São Paulo: Editora Cultura Cristã, 2002. v.1.
- HALSEMA, Thea B. Van. *João Calvino era assim*. São Paulo: Editora Vida Evangélica S/C., 1968.
- HEILBRONER, Robert L. *A formação da sociedade econômica*. 4. ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1979.
- HODGETT, Gerald A. J. *História social e econômica da Idade Média*. Rio de Janeiro: Editores Zahar, 1975.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. 26 ed. São Paulo: Companhia da Letras, 2006.
- HOOYKAAS, R. *A religião e o desenvolvimento da ciência moderna*. Brasília: Editora Polis & Editora UnB, 1988.
- HOUTART, François. *Mercado e religião*. São Paulo: Cortez Editora, 2003.
- HUBERMAN, Leo. *História da riqueza do homem*. 21. ed. Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1986.

- HUNT, E. K. *História do pensamento econômico*. 7. ed. Rio de Janeiro: Campus, 1989.
- INNES, William C. *Social concern in Calvin's Geneva*. Pittsburgh Theological Monographs, New Series, 7. Allison Park, Pennsylvania: Pickwick, 1983.
- JANOTTI, Aldo. *Origens da Universidade: a singularidade do caso português*. 2. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1992.
- JEREMIAS, J. *Jerusalém no tempo de Jesus: pesquisas de história econômico-social no período neotestamentário*. 3. ed. São Paulo: Paulus, 1983.
- JUNIOR, Caio Prado. *História econômica do Brasil*. 42. ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1995.
- KEELING, Michael. *Fundamentos da ética cristã*. São Paulo: ASTE, 2002.
- KINGDON, Robert M. *Calvinism and social welfare*. Calvin Theological Journal 17, no. 2 (Novembro 1982).
- _____. Robert M. Calvin's ideas about the deaconate: social or theological in origin? In: *piety, politics, and ethics* (Ed.). Carter Lindberg. Kirksville, Missouri: Sixteenth Century Journal Publishers, 1984.
- KUYPER, Abraham. *Calvinismo*. São Paulo: Editora Cultura Cristã, 2002.
- LADD, George Eldon. *Teologia do Novo Testamento*. São Paulo: Editora Hagnos, 2001.
- LAFARGUE, Paul. *A religião do capital*. Lisboa: Editorial Teorema, 1975.
- LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre (Coords.). *História: novas abordagens*. 3.ed. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves Editora S.A., 1988.
- _____. Jacques. *Mercadores e banqueiros na Idade Média*. São Paulo: Martins Fontes, 1991.
- _____. Jacques. *O apogeu da cidade medieval*. São Paulo: Martins Fontes, 1992.
- _____. Jacques. *A velha Europa e a nossa*. Lisboa: Gradiva, 1995.
- _____. Jacques. *São Francisco de Assis*. 2. ed. Rio de Janeiro: Record, 2001.

- _____. Jacques; SCHMITT, Jean-Claude (Coords.). *Dicionário temático do ocidente medieval*. Bauru/SP: Editora da Universidade Sagrado Coração/Imprensa Oficial do Estado, 2002. 2 v.
- _____. Jacques. *Os intelectuais na Idade Média*. São Paulo: José Olympio, 2003.
- _____. Jacques. *A Bolsa e a Vida: economia e religião na Idade Média*. 3. reimp. São Paulo: Editora Brasiliense, 2004.
- _____. Jacques. *A civilização do Ocidente medieval*. Bauru/SP: Editora da Universidade Sagrado Coração, 2005a.
- _____. Jacques. *Em busca da Idade Média*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2005b.
- _____. Jacques; TRUONG, Nicolas. *Uma história do corpo na Idade Média*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 2006.
- LE MENÉ, Michel. *A economia medieval*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1979.
- LEITH, John H. *A tradição reformada: uma maneira de ser a comunidade cristã*. São Paulo: Pendão Real, 1997.
- LESSA, Vicente Temudo. *Calvino (1509-1564): sua vida e sua obra*. São Paulo: Casa Editora Presbiteriana, [s.d.].
- LEWIS, C. S. *A abolição do homem*. São Paulo: Martins fontes, 2005.
- LIMA, Luís Corrêa. *Teologia de mercado: uma visão da economia mundial no tempo em que os economistas eram teólogos*. Bauru/SP: Editora da Universidade do Sagrado Coração, 2001.
- LINDBERG, Carter. *As reformas na Europa*. São Leopoldo: Editora Sinodal, 2001.
- LOBO, R. Haddock. *História econômica geral e do Brasil*. 5. ed. São Paulo: Editora Atlas S.A., 1975.
- LOPES, Augustus Nicodemus. *Calvino e a responsabilidade social da igreja*. São Paulo: PES, [s/d.].
- LUTERO, Martinho. *Obras Seleccionadas de Martinho Lutero*. São Leopoldo/Porto Alegre, RS. Sinodal/Concórdia, 1987ss. v. 5.

MARX, Karl. *O Capital*. São Paulo: Abril S/A Cultura, 1995. 6 v.

_____. Karl. *Manuscritos econômicos-filosóficos*. São Paulo: Editora Martin Claret, 2004.

MATOS, Alderi S. *Amando a Deus e ao próximo: João Calvino e o diaconato em Genebra*. Fides Reformata 2/2, 1997.

MCGRATH, Alister E. *A vida de João Calvino*. São Paulo: Editora Cultura Cristã, 2004.

_____. Alister E. *Teologia sistemática, histórica e filosófica: Uma introdução à teologia cristã*. São Paulo: Shedd Publicações, 2005.

MCKEE, Elsie Anne. *John Calvin: on the diaconate and liturgical almsgiving*. Genebra: Librairie Droz, 1984.

MENDONÇA, Antonio Gouvêa. *O celeste porvir: a inserção do protestantismo no Brasil*. São Paulo: Edições Paulinas, 1984.

_____. Antonio Gouvêa. *Protestantes, pentecostais & ecumênicos: o campo religioso e seus personagens*. São Bernardo do Campo: Editora UMESP, 1997.

_____. Antonio Gouvêa; FILHO, Prócoro. V. *Introdução ao protestantismo no Brasil*. São Paulo: Editora Loyola, 2002.

MIGLIOLI, Jorge. *Acumulação de capital e demanda efetiva*. 7. reimp. São Paulo: T. A. Queiroz, Editor, Ltda, 1993.

MORIN, Émile. *Jesus e as estruturas de seu tempo*. 7. ed. São Paulo: Paulus, 1981.

MOXNES, Halvor. *A economia do reino: conflito social e relações econômicas no Evangelho de Lucas*. São Paulo: Paulus, 1995.

MURRAY, Andrew. *O dinheiro*. Rio de Janeiro: Danprewan Editora, 1994.

NICHOLS, Robert Hastings. *História da igreja cristã*. 11. ed. São Paulo: Editora Cultura Cristã, 2000.

NOLL, Mark A. *Momentos decisivos na história do Cristianismo*. São Paulo: Editora Cultura Cristã, 2000.

PAIM, Antonio. *Momentos decisivos da história do Brasil*. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

- PIERATT, B. Alan, *O evangelho da prosperidade*. 2. ed. São Paulo: Edições Vida Nova, 1996.
- PIERSON, Arthur T. *O ensino de nosso Senhor a respeito do dinheiro*. In: TORREY, R. A. (Org.). *Os fundamentos*. São Paulo: Editora Hagnos, 2005.
- PIRENNE, Henri. *História econômica e social da Idade Média*. 6. ed. São Paulo: Editora Mestre Jou, 1982.
- REID, W. Stanford (Org.). *Calvino e sua influência no mundo ocidental*. São Paulo: Casa Editora Presbiteriana S/C., 1990.
- REIFLER, Hans Ulrich. *A ética dos dez mandamentos*. São Paulo: Edições Vida Nova, 1992.
- RIBEIRO, Boanerges. *Protestantismo no Brasil monárquico (1822-1888)*. São Paulo: Editora Pioneira, 1973.
- RIBEIRO, Carlos César Mendes. *Calvino na ética protestante de Max Weber: uma avaliação da visão weberiana do protestantismo*. 119 f. Dissertação (Mestrado em Ciências da Religião) – Universidade Metodista de São Paulo, São Bernardo do Campo, 2002.
- RYKEN, Leland. *Santos no mundo*. São José dos Campos: Editora FIEL, 1992.
- SCHALKWIJK, Frans Leonard. *Igreja e Estado no Brasil holandês (1630-1654)*. 2 ed. São Paulo: Edições Vida Nova, 1989.
- SHELLEY, Bruce L. *História do Cristianismo ao alcance de todos*. São Paulo: Shedd Publicações, 2005.
- SHUMPETER, Joseph A. *História da Análise Econômica*. Rio de Janeiro: Editora Fundo de Cultura S.A., 1964.v.1.
- SILVESTRE, Armando Araújo. *Calvino e a resistência ao Estado*. São Paulo: Editora Mackenzie, 2003.
- SKINNER, Quentin. *As Fundações do pensamento político moderno*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.
- SMITH, Adam. *A Riqueza das nações*. São Paulo: Editora Nova Cultural, 1985. 2 v.
- SOUZA, Jessé de. *O malandro e o protestante: a tese weberiana e a singularidade cultural brasileira*. Brasília: Editora UnB, 1999.

- STEGEMANN, E. W. & STEGEMANN, W. *História social do protocristianismo: os primórdios no judaísmo e as comunidades de Cristo no mundo mediterrâneo*. São Paulo: Editora Sinodal/Paulus, 2004.
- TAWNEY, R. H. *A religião e o surgimento do capitalismo*. São Paulo: Editora Perspectiva S.A., 1971.
- TREVOR-POPER. *Religião, reforma e transformação social*. Lisboa: Editorial Presença, 1981.
- VAN BRUGGEN, Jakob. *Cristo na terra: As narrativas dos evangelhos como História*. São Paulo: Editora Cultura Cristã, 2005.
- VAUX, Roland de. *Instituições de Israel no Antigo Testamento*. São Paulo: Editora Vida Nova, 2004.
- VIEIRA, David Gueiros. *O protestantismo, a maçonaria e a questão religiosa no Brasil*. 2 ed. Brasília: Editora UnB, 1980.
- WALKER, Williston. *História da igreja cristã*. São Paulo: ASTE, 1967. 2 v.
- WALLACE, Ronald. *Calvino, Genebra e a reforma*. São Paulo: Editora Cultura Cristã, 2003.
- WEBER, Max. *História geral da economia*. São Paulo: Editora Mestre Jou, 1968.
- _____. Max. *Ensaio de sociologia*. 5. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1982.
- _____. Max. *Economia e sociedade*. 4. ed. São Paulo: Editora UnB/Imprensa Oficial, 2004a. v.1.
- _____. Max. *A ética protestante e o espírito do capitalismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004b.
- _____. Max. *Ciência e política: duas vocações*. São Paulo: Editora Martin Claret, 2004c.

ANEXO

TEXTOS BÍBLICOS UTILIZADOS

O Maná no Deserto (Êxodo 16.11-21)

Êxodo 16.11 E o SENHOR disse a Moisés: 12 Tenho ouvido as murmurações dos filhos de Israel; dize-lhes: Ao crepúsculo da tarde, comereis carne, e, pela manhã, vos fartareis de pão, e sabereis que eu sou o SENHOR, vosso Deus. 13 À tarde, subiram codornizes e cobriram o arraial; pela manhã, jazia o orvalho ao redor do arraial. 14 E, quando se evaporou o orvalho que caíra, na superfície do deserto restava uma coisa fina e semelhante a escamas, fina como a geada sobre a terra. 15 Vendo-a os filhos de Israel, disseram uns aos outros: Que é isto? Pois não sabiam o que era. Disse-lhes Moisés: Isto é o pão que o SENHOR vos dá para vosso alimento. 16 Eis o que o SENHOR vos ordenou: Colhei disso cada um segundo o que pode comer, um gômer por cabeça, segundo o número de vossas pessoas; cada um tomará para os que se acharem na sua tenda. 17 Assim o fizeram os filhos de Israel; e colheram, uns, mais, outros, menos. 18 Porém, medindo-o com o gômer, não sobejava ao que colhera muito, nem faltava ao que colhera pouco, pois colheram cada um quanto podia comer. 19 Disse-lhes Moisés: Ninguém deixe dele para a manhã seguinte. 20 Eles, porém, não deram ouvidos a Moisés, e alguns deixaram do maná para a manhã seguinte; porém deu bichos e cheirava mal. E Moisés se indignou contra eles. 21 Colhiam-no, pois, manhã após manhã, cada um quanto podia comer; porque, em vindo o calor, se derretia.

Leis acerca da Propriedade (Êxodo 22.1-31)

Êxodo 22.1 Se alguém furtar boi ou ovelha e o abater ou vender, por um boi pagará cinco bois, e quatro ovelhas por uma ovelha. 2 Se um ladrão for achado arrombando uma casa e, sendo ferido, morrer, quem o feriu não será culpado do sangue. 3 Se, porém, já havia sol quando tal se deu, quem o feriu será culpado do sangue; neste caso, o ladrão fará restituição total. Se não tiver com que pagar, será vendido por seu furto. 4 Se aquilo que roubou for achado vivo em seu poder, seja boi, jumento ou ovelha, pagará o dobro. 5 Se alguém fizer pastar o seu animal num campo ou numa vinha e o largar para comer em campo de outrem, pagará com o melhor do seu próprio campo e o melhor da sua própria vinha. 6 Se irromper fogo, e pegar nos espinheiros, e destruir as medas de cereais, ou a messe, ou o campo, aquele que acendeu o fogo pagará totalmente o queimado. 7 Se alguém der ao seu próximo dinheiro ou objetos a guardar, e isso for furtado àquele que o recebeu, se for achado o ladrão, este pagará o dobro. 8 Se o ladrão não for achado, então, o dono da casa será levado perante

os juízes, a ver se não meteu a mão nos bens do próximo. 9 Em todo negócio frauduloso, seja a respeito de boi, ou de jumento, ou de ovelhas, ou de roupas, ou de qualquer coisa perdida, de que uma das partes diz: Esta é a coisa, a causa de ambas as partes se levará perante os juízes; aquele a quem os juízes condenarem pagará o dobro ao seu próximo. 10 Se alguém der ao seu próximo a guardar jumento, ou boi, ou ovelha, ou outro animal qualquer, e este morrer, ou ficar aleijado, ou for afugentado, sem que ninguém o veja, 11 então, haverá juramento do SENHOR entre ambos, de que não meteu a mão nos bens do seu próximo; o dono aceitará o juramento, e o outro não fará restituição. 12 Porém, se, de fato, lhe for furtado, pagá-lo-á ao seu dono. 13 Se for dilacerado, trá-lo-á em testemunho disso e não pagará o dilacerado. 14 Se alguém pedir emprestado a seu próximo um animal, e este ficar aleijado ou morrer, não estando presente o dono, pagá-lo-á. 15 Se o dono esteve presente, não o pagará; se foi alugado, o preço do aluguel será o pagamento. 16 Se alguém seduzir qualquer virgem que não estava desposada e se deitar com ela, pagará seu dote e a tomará por mulher. 17 Se o pai dela definitivamente recusar dar-lha, pagará ele em dinheiro conforme o dote das virgens. 18 A feiticeira não deixará viver. 19 Quem tiver coito com animal será morto. 20 Quem sacrificar aos deuses e não somente ao SENHOR será destruído. 21 Não afligirás o forasteiro, nem o oprimirás; pois forasteiros fostes na terra do Egito. 22 A nenhuma viúva nem órfão afligireis. 23 Se de algum modo os afligirdes, e eles clamarem a mim, eu lhes ouvirei o clamor; 24 a minha ira se acenderá, e vos matarei à espada; vossas mulheres ficarão viúvas, e vossos filhos, órfãos. 25 Se emprestares dinheiro ao meu povo, ao pobre que está contigo, não te haverás com ele como credor que impõe juros. 26 Se do teu próximo tomares em penhor a sua veste, lha restituirás antes do pôr-do-sol; 27 porque é com ela que se cobre, é a veste do seu corpo; em que se deitaria? Será, pois, que, quando clamar a mim, eu o ouvirei, porque sou misericordioso. 28 Contra Deus não blasfemarás, nem amaldiçoarás o príncipe do teu povo. 29 Não tardarás em trazer ofertas do melhor das tuas ceifas e das tuas vinhas; o primogênito de teus filhos me darás. 30 Da mesma sorte, farás com os teus bois e com as tuas ovelhas; sete dias ficará a cria com a mãe, e, ao oitavo dia, ma darás. 31 Ser-me-eis homens consagrados; portanto, não comereis carne dilacerada no campo; deitá-la-eis aos cães.

O Ano de Descanso (Levítico 25.1-7)

Levítico 25.1 Disse o SENHOR a Moisés, no monte Sinai: 2 Fala aos filhos de Israel e dize-lhes: Quando entrardes na terra, que vos dou, então, a terra guardará um sábado ao SENHOR. 3 Seis anos semearás o teu campo, e seis anos podarás a tua vinha, e colherás os seus frutos. 4 Porém, no sétimo ano, haverá sábado de descanso solene para a terra, um sábado ao SENHOR; não semearás o teu campo, nem podarás a tua vinha. 5 O que nascer de si mesmo na tua seara não segará e as uvas da tua vinha não podada não colherás; ano de descanso solene será para a terra. 6 Mas os frutos da terra em descanso vos serão por alimento, a ti, e ao teu servo, e à tua serva, e ao teu jornaleiro, e ao estrangeiro que peregrina contigo; 7 e ao teu gado, e aos animais que estão na tua terra, todo o seu produto será por mantimento.

O Ano Jubileu (Levítico. 25.8-34)

Levítico 25.8 Contarás sete semanas de anos, sete vezes sete anos, de maneira que os dias das sete semanas de anos te serão quarenta e nove anos. 9 Então, no mês sétimo, aos dez do mês, farás passar a trombeta vibrante; no Dia da Expição, fareis passar a trombeta por toda a vossa terra. 10 Santificareis o ano quinquagésimo e proclamareis liberdade na terra a todos os seus moradores; ano de jubileu vos será, e tornareis, cada um à sua possessão, e cada um à sua família. 11 O ano quinquagésimo vos será jubileu; não semeareis, nem segareis o que nele nascer de si mesmo, nem nele colhereis as uvas das vinhas não podadas. 12 Porque é jubileu, santo será para vós outros; o produto do campo comereis. 13 Neste Ano do Jubileu, tornareis cada um à sua possessão. 14 Quando venderes alguma coisa ao teu próximo ou a comprares da mão do teu próximo, não oprimas teu irmão. 15 Segundo o número dos anos desde o Jubileu, comprarás de teu próximo; e, segundo o

número dos anos das messes, ele venderá a ti. 16 Sendo muitos os anos, aumentarás o preço e, sendo poucos, abaixarás o preço; porque ele te vende o número das messes. 17 Não oprimeis ao vosso próximo; cada um, porém, tema a seu Deus; porque eu sou o SENHOR, vosso Deus. 18 Observai os meus estatutos, guardai os meus juízos e cumpri-os; assim, habitareis seguros na terra. 19 A terra dará o seu fruto, e comereis a fartar e nela habitareis seguros. 20 Se disserdes: Que comeremos no ano sétimo, visto que não havemos de semear, nem colher a nossa messe? 21 Então, eu vos darei a minha bênção no sexto ano, para que dê fruto por três anos. 22 No oitavo ano, semearéis e comereis da colheita anterior até ao ano nono; até que venha a sua messe, comereis da antiga. 23 Também a terra não se venderá em perpetuidade, porque a terra é minha; pois vós sois para mim estrangeiros e peregrinos. 24 Portanto, em toda a terra da vossa possessão dareis resgate à terra. 25 Se teu irmão empobrecer e vender alguma parte das suas possessões, então, virá o seu resgatador, seu parente, e resgatará o que seu irmão vendeu. 26 Se alguém não tiver resgatador, porém vier a tornar-se próspero e achar o bastante com que a remir, 27 então, contará os anos desde a sua venda, e o que ficar restituirá ao homem a quem vendeu, e tornará à sua possessão. 28 Mas, se as suas posses não lhe permitirem reavê-la, então, a que for vendida ficará na mão do comprador até ao Ano do Jubileu; porém, no Ano do Jubileu, sairá do poder deste, e aquele tornará à sua possessão. 29 Quando alguém vender uma casa de moradia em cidade murada, poderá resgatá-la dentro de um ano a contar de sua venda; durante um ano, será lícito o seu resgate. 30 Se, passando-se-lhe um ano, não for resgatada, então, a casa que estiver na cidade que tem muro ficará em perpetuidade ao que a comprou, pelas suas gerações; não sairá do poder dele no Jubileu. 31 Mas as casas das aldeias que não têm muro em roda serão estimadas como os campos da terra; para elas haverá resgate, e sairão do poder do comprador no Jubileu. 32 Mas, com respeito às cidades dos levitas, às casas das cidades da sua possessão, terão direito perpétuo de resgate os levitas. 33 Se o levita não resgatar a casa que vendeu, então, a casa comprada na cidade da sua possessão sairá do poder do comprador, no Jubileu; porque as casas das cidades dos levitas são a sua possessão no meio dos filhos de Israel. 34 Mas o campo no arrabalde das suas cidades não se venderá, porque lhes é possessão perpétua.

Lei a favor dos pobres (Levítico 25.35-38)

Levítico 25.35 Se teu irmão empobrecer, e as suas forças decaírem, então, sustentá-lo-ás. Como estrangeiro e peregrino ele viverá contigo. 36 Não receberás dele juros nem ganho; teme, porém, ao teu Deus, para que teu irmão viva contigo. 37 Não lhe darás teu dinheiro com juros, nem lhe darás o teu mantimento por causa de lucro. 38 Eu sou o SENHOR, vosso Deus, que vos tirei da terra do Egito, para vos dar a terra de Canaã e para ser o vosso Deus.

Os Dízimos para o Serviço do SENHOR (Deuteronômio 14.22-29)

Deuteronômio 14.22 Certamente, darás os dízimos de todo o fruto das tuas sementes, que ano após ano se recolher do campo. 23 E, perante o SENHOR, teu Deus, no lugar que escolher para ali fazer habitar o seu nome, comerás os dízimos do teu cereal, do teu vinho, do teu azeite e os primogênitos das tuas vacas e das tuas ovelhas; para que aprendas a temer o SENHOR, teu Deus, todos os dias. 24 Quando o caminho te for comprido demais, que os não possas levar, por estar longe de ti o lugar que o SENHOR, teu Deus, escolher para ali pôr o seu nome, quando o SENHOR, teu Deus, te tiver abençoado, 25 então, vende-os, e leva o dinheiro na tua mão, e vai ao lugar que o SENHOR, teu Deus, escolher. 26 Esse dinheiro, dá-lo-ás por tudo o que deseja a tua alma, por vacas, ou ovelhas, ou vinho, ou bebida forte, ou qualquer coisa que te pedir a tua alma; come-o ali perante o SENHOR, teu Deus, e te alegrarás, tu e a tua casa; 27 porém não desampararás o levita que está dentro da tua cidade, pois não tem parte nem herança contigo. 28 Ao fim de cada três anos, tirarás todos os dízimos do fruto do terceiro ano e os recolherás na tua cidade. 29 Então, virão o levita (pois não tem parte nem herança contigo), o estrangeiro, o órfão e a viúva que estão dentro da tua cidade, e comerão, e se fartarão, para que o SENHOR, teu Deus, te abençoe em todas as obras que as tuas mãos fizerem.

Juros (Deuteronômio 23.19,20)

Deuteronômio 23.19 A teu irmão não emprestarás com juros, seja dinheiro, seja comida ou qualquer coisa que é costume se emprestar com juros. 20 Ao estrangeiro emprestarás com juros, porém a teu irmão não emprestarás com juros, para que o SENHOR, teu Deus, te abençoe em todos os teus empreendimentos na terra a qual passas a possuir.

Leis de Caráter Humanitário (Deuteronômio 24.5-15)

Deuteronômio 24.5 Homem recém-casado não sairá à guerra, nem se lhe imporá qualquer encargo; por um ano ficará livre em casa e promoverá felicidade à mulher que tomou. 6 Não se tomarão em penhor as duas mós, nem apenas a de cima, pois se penhoraria, assim, a vida. 7 Se se achar alguém que, tendo roubado um dentre os seus irmãos, dos filhos de Israel, o trata como escravo ou o vende, esse ladrão morrerá. Assim, eliminarás o mal do meio de ti. 8 Guarda-te da praga da lepra e tem diligente cuidado de fazer segundo tudo o que te ensinarem os sacerdotes levitas; como lhes tenho ordenado, terás cuidado de o fazer. 9 Lembra-te do que o SENHOR, teu Deus, fez a Miriã no caminho, quando saíste do Egito. 10 Se emprestares alguma coisa ao teu próximo, não entrarás em sua casa para lhe tirar o penhor. 11 Ficarás do lado de fora, e o homem, a quem emprestaste, aí te trará o penhor. 12 Porém, se for homem pobre, não usarás de noite o seu penhor; 13 em se pondo o sol, restituir-lhe-ás, sem falta, o penhor para que durma no seu manto e te abençoe; isto te será justiça diante do SENHOR, teu Deus. 14 Não oprimirás o jornaleiro pobre e necessitado, seja ele teu irmão ou estrangeiro que está na tua terra e na tua cidade. 15 No seu dia, lhe darás o seu salário, antes do pôr-do-sol, porquanto é pobre, e disso depende a sua vida; para que não clame contra ti ao SENHOR, e haja em ti pecado.

O Sistema de Cuidado ao Pobre (Deuteronômio 24.16-22)

Deuteronômio 24.16 Os pais não serão mortos em lugar dos filhos, nem os filhos, em lugar dos pais; cada qual será morto pelo seu pecado. 17 Não perverterás o direito do estrangeiro e do órfão; nem tomarás em penhor a roupa da viúva. 18 Lembrar-te-ás de que foste escravo no Egito e de que o SENHOR te livrou dali; pelo que te ordeno que faças isso. 19 Quando, no teu campo, segares a messe e, nele, esqueceres um feixe de espigas, não voltarás a tomá-lo; para o estrangeiro, para o órfão e para a viúva será; para que o SENHOR, teu Deus, te abençoe em toda obra das tuas mãos. 20 Quando sacudires a tua oliveira, não voltarás a colher o fruto dos ramos; para o estrangeiro, para o órfão e para a viúva será. 21 Quando vindimares a tua vinha, não tornarás a rebuscá-la; para o estrangeiro, para o órfão e para a viúva será o restante. 22 Lembrar-te-ás de que foste escravo na terra do Egito; pelo que te ordeno que faças isso.

A Lei do Levirato (Deuteronômio 25.5-16)

Deuteronômio 25.5 Se irmãos morarem juntos, e um deles morrer sem filhos, então, a mulher do que morreu não se casará com outro estranho, fora da família; seu cunhado a tomará, e a receberá por mulher, e exercerá para com ela a obrigação de cunhado. 6 O primogênito que ela lhe der será sucessor do nome do seu irmão falecido, para que o nome deste não se apague em Israel. 7 Porém, se o homem não quiser tomar sua cunhada, subirá esta à porta, aos anciãos, e dirá: Meu cunhado recusa suscitar a seu irmão nome em Israel; não quer exercer para comigo a obrigação de cunhado. 8 Então, os anciãos da sua cidade devem chamá-lo e falar-lhe; e, se ele persistir e disser: Não quero tomá-la, 9 então, sua cunhada se chegará a ele na presença dos anciãos, e lhe descalçará a sandália do pé, e lhe cuspirá no rosto, e protestará, e dirá: Assim se fará ao homem que não quer edificar a casa de seu irmão; 10 e o nome de sua casa se chamará em Israel: A casa do descalçado. 11 Quando

brigarem dois homens, um contra o outro, e a mulher de um chegar para livrar o marido da mão do que o fere, e ela estender a mão, e o pegar pelas suas vergonhas, 12 cortar-lhe-ás a mão; não a olharás com piedade. 13 Na tua bolsa, não terás pesos diversos, um grande e um pequeno. 14 Na tua casa, não terás duas sortes de efa, um grande e um pequeno. 15 Terás peso integral e justo, efa integral e justo; para que se prolonguem os teus dias na terra que te dá o SENHOR, teu Deus. 16 Porque é abominação ao SENHOR, teu Deus, todo aquele que pratica tal injustiça.

Toda Propriedade é de Deus (1 Crônicas 29.9-17)

1 Crônicas 29.9 O povo se alegrou com tudo o que se fez voluntariamente; porque de coração íntegro deram eles liberalmente ao SENHOR; também o rei Davi se alegrou com grande júbilo. 10 Pelo que Davi louvou ao SENHOR perante a congregação toda e disse: Bendito és tu, SENHOR, Deus de Israel, nosso pai, de eternidade em eternidade. 11 Teu, SENHOR, é o poder, a grandeza, a honra, a vitória e a majestade; porque teu é tudo quanto há nos céus e na terra; teu, SENHOR, é o reino, e tu te exaltaste por chefe sobre todos. 12 Riquezas e glória vêm de ti, tu dominas sobre tudo, na tua mão há força e poder; contigo está o engrandecer e a tudo dar força. 13 Agora, pois, ó nosso Deus, graças te damos e louvamos o teu glorioso nome. 14 Porque quem sou eu, e quem é o meu povo para que pudéssemos dar voluntariamente estas coisas? Porque tudo vem de ti, e das tuas mãos to damos. 15 Porque somos estranhos diante de ti e peregrinos como todos os nossos pais; como a sombra são os nossos dias sobre a terra, e não temos permanência. 16 SENHOR, nosso Deus, toda esta abundância que preparamos para te edificar uma casa ao teu santo nome vem da tua mão e é toda tua. 17 Bem sei, meu Deus, que tu provas os corações e que da sinceridade te agradas; eu também, na sinceridade de meu coração, dei voluntariamente todas estas coisas; acabo de ver com alegria que o teu povo, que se acha aqui, te faz ofertas voluntariamente.

O Exemplo de Jó (Jó 29.12-16)

Jó 29.12 porque eu livrava os pobres que clamavam e também o órfão que não tinha quem o socorresse. 13 A bênção do que estava a perecer vinha sobre mim, e eu fazia rejubilar-se o coração da viúva. 14 Eu me cobria de justiça, e esta me servia de veste; como manto e turbante era a minha equidade. 15 Eu me fazia de olhos para o cego e de pés para o coxo. 16 Dos necessitados era pai e até as causas dos desconhecidos eu examinava.

Juros (Salmo 15.5)

Salmo 15.5 o que não empresta o seu dinheiro com usura, nem aceita suborno contra o inocente. Quem deste modo procede não será jamais abalado.

Penhora (Ezequiel 18.7-9)

Ezequiel 18.7 não oprimindo a ninguém, tornando ao devedor a coisa penhorada, não roubando, dando o seu pão ao faminto e cobrindo ao nu com vestes; 8 não dando o seu dinheiro à usura, não recebendo juros, desviando a sua mão da injustiça e fazendo verdadeiro juízo entre homem e homem; 9 andando nos meus estatutos, guardando os meus juízos e procedendo retamente, o tal justo, certamente, viverá, diz o SENHOR Deus.

O Sermão do Monte (Mt 6.19-34)

Mateus 6.19 Não acumuleis para vós outros tesouros sobre a terra, onde a traça e a ferrugem corroem e onde ladrões escavam e roubam; 20 mas ajuntai para vós outros tesouros no céu, onde traça nem ferrugem corrói, e onde ladrões não escavam, nem roubam; 21 porque, onde está o teu tesouro, aí estará também o teu coração. 22 São os olhos a lâmpada do corpo. Se os teus olhos forem bons, todo o teu corpo será luminoso; 23 se, porém, os teus olhos forem maus, todo o teu corpo estará em trevas. Portanto, caso a luz que em ti há sejam trevas, que grandes trevas serão! 24 Ninguém pode servir a dois senhores; porque ou há de aborrecer-se de um e amar ao outro, ou se devotará a um e desprezará ao outro. Não podeis servir a Deus e às riquezas. 25 Por isso, vos digo: não andeis ansiosos pela vossa vida, quanto ao que haveis de comer ou beber; nem pelo vosso corpo, quanto ao que haveis de vestir. Não é a vida mais do que o alimento, e o corpo, mais do que as vestes? 26 Observai as aves do céu: não semeiam, não colhem, nem ajuntam em celeiros; contudo, vosso Pai celeste as sustenta. Porventura, não valeis vós muito mais do que as aves? 27 Qual de vós, por ansioso que esteja, pode acrescentar um côvado ao curso da sua vida? 28 E por que andais ansiosos quanto ao vestuário? Considerai como crescem os lírios do campo: eles não trabalham, nem fiam. 29 Eu, contudo, vos afirmo que nem Salomão, em toda a sua glória, se vestiu como qualquer deles. 30 Ora, se Deus veste assim a erva do campo, que hoje existe e amanhã é lançada no forno, quanto mais a vós outros, homens de pequena fé? 31 Portanto, não vos inquieteis, dizendo: Que comeremos? Que beberemos? Ou: Com que nos vestiremos? 32 Porque os gentios é que procuram todas estas coisas; pois vosso Pai celeste sabe que necessitais de todas elas; 33 buscai, pois, em primeiro lugar, o seu reino e a sua justiça, e todas estas coisas vos serão acrescentadas. 34 Portanto, não vos inquieteis com o dia de amanhã, pois o amanhã trará os seus cuidados; basta ao dia o seu próprio mal.

A Parábola do Credor Incompassivo (Mateus 18.21-35)

21 Então, Pedro, aproximando-se, lhe perguntou: Senhor, até quantas vezes meu irmão pecará contra mim, que eu lhe perdoe? Até sete vezes? 22 Respondeu-lhe Jesus: Não te digo que até sete vezes, mas até setenta vezes sete. 23 Por isso, o reino dos céus é semelhante a um rei que resolveu ajustar contas com os seus servos. 24 E, passando a fazê-lo, trouxeram-lhe um que lhe devia dez mil talentos. 25 Não tendo ele, porém, com que pagar, ordenou o senhor que fosse vendido ele, a mulher, os filhos e tudo quanto possuía e que a dívida fosse paga.

26 Então, o servo, prostrando-se reverente, rogou: Sê paciente comigo, e tudo te pagarei. 27 E o senhor daquele servo, compadecendo-se, mandou-o embora e perdoou-lhe a dívida. 28 Saindo, porém, aquele servo, encontrou um dos seus conservos que lhe devia cem denários; e, agarrando-o, o sufocava, dizendo: Paga-me o que me deves. 29 Então, o seu conservo, caindo-lhe aos pés, lhe implorava: Sê paciente comigo, e te pagarei. 30 Ele, entretanto, não quis; antes, indo-se, o lançou na prisão, até que saldasse a dívida. 31 Vendo os seus companheiros o que se havia passado, entristeceram-se muito e foram relatar ao seu senhor tudo que acontecera. 32 Então, o seu senhor, chamando-o, lhe disse: Servo malvado, perdoei-te aquela dívida toda porque me suplicaste; 33 não devias tu, igualmente, compadecer-te do teu conservo, como também eu me compadeci de ti? 34 E, indignando-se, o seu senhor o entregou aos verdugos, até que lhe pagasse toda a dívida. 35 Assim também meu Pai celeste vos fará, se do íntimo não perdoardes cada um a seu irmão.

O Grande Julgamento (Mateus 25.31-46)

Mateus 25.31 Quando vier o Filho do Homem na sua majestade e todos os anjos com ele, então, se assentará no trono da sua glória; 32 e todas as nações serão reunidas em sua presença, e ele separará uns dos outros, como o pastor separa dos cabritos as ovelhas; 33 e porá as ovelhas à sua direita, mas os cabritos, à esquerda; 34 então, dirá o Rei aos que estiverem à sua direita: Vinde, benditos de meu Pai! Entrai na posse do reino que vos está preparado desde a fundação do mundo. 35 Porque tive fome, e me destes de comer; tive sede, e me destes de beber; era forasteiro, e me

hospedastes; 36 estava nu, e me vestistes; enfermo, e me visitastes; preso, e fostes ver-me. 37 Então, perguntarão os justos: Senhor, quando foi que te vimos com fome e te demos de comer? Ou com sede e te demos de beber? 38 E quando te vimos forasteiro e te hospedamos? Ou nu e te vestimos? 39 E quando te vimos enfermo ou preso e te fomos visitar? 40 O Rei, respondendo, lhes dirá: Em verdade vos afirmo que, sempre que o fizestes a um destes meus pequeninos irmãos, a mim o fizestes. 41 Então, o Rei dirá também aos que estiverem à sua esquerda: Apartai-vos de mim, malditos, para o fogo eterno, preparado para o diabo e seus anjos. 42 Porque tive fome, e não me destes de comer; tive sede, e não me destes de beber; 43 sendo forasteiro, não me hospedastes; estando nu, não me vestistes; achando-me enfermo e preso, não fostes ver-me. 44 E eles lhe perguntarão: Senhor, quando foi que te vimos com fome, com sede, forasteiro, nu, enfermo ou preso e não te assistimos? 45 Então, lhes responderá: Em verdade vos digo que, sempre que o deixastes de fazer a um destes mais pequeninos, a mim o deixastes de fazer. 46 E irão estes para o castigo eterno, porém os justos, para a vida eterna.

O Rico Insensato (Lc 12.13-21)

Lucas 12.13 Nesse ponto, um homem que estava no meio da multidão lhe falou: Mestre, ordena a meu irmão que reparta comigo a herança. 14 Mas Jesus lhe respondeu: Homem, quem me constituiu juiz ou partidor entre vós? 15 Então, lhes recomendou: Tende cuidado e guardai-vos de toda e qualquer avareza; porque a vida de um homem não consiste na abundância dos bens que ele possui. 16 E lhes proferiu ainda uma parábola, dizendo: O campo de um homem rico produziu com abundância. 17 E arrazoava consigo mesmo, dizendo: Que farei, pois não tenho onde recolher os meus frutos? 18 E disse: Farei isto: destruirei os meus celeiros, reconstruí-los-ei maiores e aí recolherei todo o meu produto e todos os meus bens. 19 Então, direi à minha alma: tens em depósito muitos bens para muitos anos; descansa, come, bebe e regala-te. 20 Mas Deus lhe disse: Louco, esta noite te pedirão a tua alma; e o que tens preparado, para quem será? 21 Assim é o que entesoura para si mesmo e não é rico para com Deus.

A Ansiosa Solicitudade pela Vida (Lc 12.22-34)

Lucas 12.22 A seguir, dirigiu-se Jesus a seus discípulos, dizendo: Por isso, eu vos advirto: não andeis ansiosos pela vossa vida, quanto ao que haveis de comer, nem pelo vosso corpo, quanto ao que haveis de vestir. 23 Porque a vida é mais do que o alimento, e o corpo, mais do que as vestes. 24 Observai os corvos, os quais não semeiam, nem ceifam, não têm despensa nem celeiros; todavia, Deus os sustenta. Quanto mais valeis do que as aves! 25 Qual de vós, por ansioso que esteja, pode acrescentar um côvado ao curso da sua vida? 26 Se, portanto, nada podeis fazer quanto às coisas mínimas, por que andais ansiosos pelas outras? 27 Observai os lírios; eles não fiam, nem tecem. Eu, contudo, vos afirmo que nem Salomão, em toda a sua glória, se vestiu como qualquer deles. 28 Ora, se Deus veste assim a erva que hoje está no campo e amanhã é lançada no forno, quanto mais tratando-se de vós, homens de pequena fé! 29 Não andeis, pois, a indagar o que haveis de comer ou beber e não vos entregueis a inquietações. 30 Porque os gentios de todo o mundo é que procuram estas coisas; mas vosso Pai sabe que necessitais delas. 31 Buscai, antes de tudo, o seu reino, e estas coisas vos serão acrescentadas. 32 Não temais, ó pequenino rebanho; porque vosso Pai se agradou em dar-vos o seu reino. 33 Vendei os vossos bens e dai esmola; fazei para vós outros bolsas que não desgastem, tesouro inextinguível nos céus, onde não chega o ladrão, nem a traça consome, 34 porque, onde está o vosso tesouro, aí estará também o vosso coração.

A Parábola do Servo Vigilante (Lc 12.35-48)

Lucas 12.35 Cingido esteja o vosso corpo, e acesas, as vossas candeias. 36 Sede vós semelhantes a homens que esperam pelo seu senhor, ao voltar ele das festas de casamento; para que, quando vier e bater à porta, logo lha abram. 37 Bem-aventurados aqueles servos a quem o senhor, quando vier, os encontre vigilantes; em verdade vos afirmo que ele há de cingir-se, dar-lhes lugar à mesa e, aproximando-se, os servirá. 38 Quer ele venha na segunda vigília, quer na terceira, bem-aventurados serão eles, se assim os achar. 39 Sabei, porém, isto: se o pai de família soubesse a que hora havia de vir o ladrão, vigiaria e não deixaria arrombar a sua casa. 40 Ficai também vós apercebidos, porque, à hora em que não cuidais, o Filho do Homem virá. 41 Então, Pedro perguntou: Senhor, proferes esta parábola para nós ou também para todos? 42 Disse o Senhor: Quem é, pois, o mordomo fiel e prudente, a quem o senhor confiará os seus conservos para dar-lhes o sustento a seu tempo? 43 Bem-aventurado aquele servo a quem seu senhor, quando vier, achar fazendo assim. 44 Verdadeiramente, vos digo que lhe confiará todos os seus bens. 45 Mas, se aquele servo disser consigo mesmo: Meu senhor tarda em vir, e passar a espancar os criados e as criadas, a comer, a beber e a embriagar-se, 46 virá o senhor daquele servo, em dia em que não o espera e em hora que não sabe, e castigá-lo-á, lançando-lhe a sorte com os infiéis. 47 Aquele servo, porém, que conheceu a vontade de seu senhor e não se aprontou, nem fez segundo a sua vontade será punido com muitos açoites. 48 Aquele, porém, que não soube a vontade do seu senhor e fez coisas dignas de reprovação levará poucos açoites. Mas àquele a quem muito foi dado, muito lhe será exigido; e àquele a quem muito se confia, muito mais lhe pedirão.

O Administrador Infiel (Lc 16.1-14)

Lucas 16.1 Disse Jesus também aos discípulos: Havia um homem rico que tinha um administrador; e este lhe foi denunciado como quem estava a defraudar os seus bens. 2 Então, mandando-o chamar, lhe disse: Que é isto que ouço a teu respeito? Presta contas da tua administração, porque já não podes mais continuar nela. 3 Disse o administrador consigo mesmo: Que farei, pois o meu senhor me tira a administração? Trabalhar na terra não posso; também de mendigar tenho vergonha. 4 Eu sei o que farei, para que, quando for demitido da administração, me recebam em suas casas. 5 Tendo chamado cada um dos devedores do seu senhor, disse ao primeiro: Quanto deves ao meu patrão? 6 Respondeu ele: Cem cados de azeite. Então, disse: Toma a tua conta, assenta-te depressa e escreve cinqüenta. 7 Depois, perguntou a outro: Tu, quanto deves? Respondeu ele: Cem coros de trigo. Disse-lhe: Toma a tua conta e escreve oitenta. 8 E elogiou o senhor o administrador infiel porque se houvera atiladamente, porque os filhos do mundo são mais hábeis na sua própria geração do que os filhos da luz. 9 E eu vos recomendo: das riquezas de origem iníqua fazei amigos; para que, quando aquelas vos faltarem, esses amigos vos recebam nos tabernáculos eternos. 10 Quem é fiel no pouco também é fiel no muito; e quem é injusto no pouco também é injusto no muito. 11 Se, pois, não vos tornastes fiéis na aplicação das riquezas de origem injusta, quem vos confiará a verdadeira riqueza? 12 Se não vos tornastes fiéis na aplicação do alheio, quem vos dará o que é vosso? 13 Ninguém pode servir a dois senhores; porque ou há de aborrecer-se de um e amar ao outro ou se devotará a um e desprezará ao outro. Não podeis servir a Deus e às riquezas. 14 Os fariseus, que eram avarentos, ouviam tudo isto e o ridiculizavam.

O Rico e o Lázaro (Lc 16.19-31)

Lucas 16.19 Ora, havia certo homem rico que se vestia de púrpura e de linho finíssimo e que, todos os dias, se regalava esplendidamente. 20 Havia também certo mendigo, chamado Lázaro, coberto de chagas, que jazia à porta daquele; 21 e desejava alimentar-se das migalhas que caíam da mesa do rico; e até os cães vinham lambe-lhe as úlceras. 22 Aconteceu morrer o mendigo e ser levado pelos anjos para o seio de Abraão; morreu também o rico e foi sepultado. 23 No inferno, estando em tormentos, levantou os olhos e viu ao longe a Abraão e Lázaro no seu seio. 24 Então, clamando, disse: Pai Abraão, tem misericórdia de mim! E manda a Lázaro que molhe em água a ponta do dedo e

me refresque a língua, porque estou atormentado nesta chama. 25 Disse, porém, Abraão: Filho, lembra-te de que recebeste os teus bens em tua vida, e Lázaro igualmente, os males; agora, porém, aqui, ele está consolado; tu, em tormentos. 26 E, além de tudo, está posto um grande abismo entre nós e vós, de sorte que os que querem passar daqui para vós outros não podem, nem os de lá passar para nós. 27 Então, replicou: Pai, eu te imploro que o mandes à minha casa paterna, 28 porque tenho cinco irmãos; para que lhes dê testemunho, a fim de não virem também para este lugar de tormento. 29 Respondeu Abraão: Eles têm Moisés e os Profetas; ouçam-nos. 30 Mas ele insistiu: Não, pai Abraão; se alguém dentre os mortos for ter com eles, arrepender-se-ão. 31 Abraão, porém, lhe respondeu: Se não ouvem a Moisés e aos Profetas, tampouco se deixarão persuadir, ainda que ressuscite alguém dentre os mortos.

O Jovem Rico (Lc 18.18-30)

Lucas 18.18 Certo homem de posição perguntou-lhe: Bom Mestre, que farei para herdar a vida eterna? 19 Respondeu-lhe Jesus: Por que me chamas bom? Ninguém é bom, senão um, que é Deus. 20 Sabes os mandamentos: Não adulterarás, não matarás, não furtarás, não dirás falso testemunho, honra a teu pai e a tua mãe. 21 Replicou ele: Tudo isso tenho observado desde a minha juventude. 22 Ouvindo-o Jesus, disse-lhe: Uma coisa ainda te falta: vende tudo o que tens, dá-o aos pobres e terás um tesouro nos céus; depois, vem e segue-me. 23 Mas, ouvindo ele estas palavras, ficou muito triste, porque era riquíssimo. 24 E Jesus, vendo-o assim triste, disse: Quão dificilmente entrarão no reino de Deus os que têm riquezas! 25 Porque é mais fácil passar um camelo pelo fundo de uma agulha do que entrar um rico no reino de Deus. 26 E os que ouviram disseram: Sendo assim, quem pode ser salvo? 27 Mas ele respondeu: Os impossíveis dos homens são possíveis para Deus. 28 E disse Pedro: Eis que nós deixamos nossa casa e te seguimos. 29 Respondeu-lhes Jesus: Em verdade vos digo que ninguém há que tenha deixado casa, ou mulher, ou irmãos, ou pais, ou filhos, por causa do reino de Deus, 30 que não receba, no presente, muitas vezes mais e, no mundo por vir, a vida eterna.

A Parábola dos Talentos (Lucas 19.12-27)

Lucas 19.12 Então, disse: Certo homem nobre partiu para uma terra distante, com o fim de tomar posse de um reino e voltar. 13 Chamou dez servos seus, confiou-lhes dez minas e disse-lhes: Negociai até que eu volte. 14 Mas os seus concidadãos o odiavam e enviaram após ele uma embaixada, dizendo: Não queremos que este reine sobre nós. 15 Quando ele voltou, depois de haver tomado posse do reino, mandou chamar os servos a quem dera o dinheiro, a fim de saber que negócio cada um teria conseguido. 16 Compareceu o primeiro e disse: Senhor, a tua mina rendeu dez. 17 Respondeu-lhe o senhor: Muito bem, servo bom; porque foste fiel no pouco, terás autoridade sobre dez cidades. 18 Veio o segundo, dizendo: Senhor, a tua mina rendeu cinco. 19 A este disse: Terás autoridade sobre cinco cidades. 20 Veio, então, outro, dizendo: Eis aqui, senhor, a tua mina, que eu guardei embrulhada num lenço. 21 Pois tive medo de ti, que és homem rigoroso; tiras o que não puseste e ceifas o que não semeaste. 22 Respondeu-lhe: Servo mau, por tua própria boca te condenarei. Sabias que eu sou homem rigoroso, que tiro o que não pus e ceifo o que não semei; 23 por que não puseste o meu dinheiro no banco? E, então, na minha vinda, o receberia com juros. 24 E disse aos que o assistiam: Tirai-lhe a mina e dai-a ao que tem as dez.

25 Eles ponderaram: Senhor, ele já tem dez. 26 Pois eu vos declaro: a todo o que tem dar-se-lhe-á; mas ao que não tem, o que tem lhe será tirado. 27 Quanto, porém, a esses meus inimigos, que não quiseram que eu reinasse sobre eles, trazei-os aqui e executai-os na minha presença.

A Igreja Primitiva (Atos 4.32-35)

Atos 4.32 Da multidão dos que creram era um o coração e a alma. Ninguém considerava exclusivamente sua nem uma das coisas que possuía; tudo, porém, lhes era comum. 33 Com grande poder, os apóstolos davam testemunho da ressurreição do Senhor Jesus, e em todos eles havia abundante graça. 34 Pois nenhum necessitado havia entre eles, porquanto os que possuíam terras ou casas, vendendo-as, traziam os valores correspondentes 35 e depositavam aos pés dos apóstolos; então, se distribuía a qualquer um à medida que alguém tinha necessidade.

A Instituição dos Diáconos (Atos 6.1-6)

Atos 6.1 Ora, naqueles dias, multiplicando-se o número dos discípulos, houve murmuração dos helenistas contra os hebreus, porque as viúvas deles estavam sendo esquecidas na distribuição diária. 2 Então, os doze convocaram a comunidade dos discípulos e disseram: Não é razoável que nós abandonemos a palavra de Deus para servir às mesas. 3 Mas, irmãos, escolhei dentre vós sete homens de boa reputação, cheios do Espírito e de sabedoria, aos quais encarregaremos deste serviço; 4 e, quanto a nós, nos consagraremos à oração e ao ministério da palavra. 5 O parecer agradou a toda a comunidade; e elegeram Estêvão, homem cheio de fé e do Espírito Santo, Filipe, Prócoro, Nicanor, Timão, Pármenas e Nicolau, prosélito de Antioquia. 6 Apresentaram-nos perante os apóstolos, e estes, orando, lhes impuseram as mãos.

Oferta das Igrejas da Macedônia para os pobres da Judéia (2 Coríntios 8-9)

2 Coríntios 8.1 Também, irmãos, vos fazemos conhecer a graça de Deus concedida às igrejas da Macedônia; 2 porque, no meio de muita prova de tribulação, manifestaram abundância de alegria, e a profunda pobreza deles superabundou em grande riqueza da sua generosidade. 3 Porque eles, testemunho eu, na medida de suas posses e mesmo acima delas, se mostraram voluntários, 4 pedindo-nos, com muitos rogos, a graça de participarem da assistência aos santos. 5 E não somente fizeram como nós esperávamos, mas também deram-se a si mesmos primeiro ao Senhor, depois a nós, pela vontade de Deus; 6 o que nos levou a recomendar a Tito que, como começou, assim também complete esta graça entre vós. 7 Como, porém, em tudo, manifestais superabundância, tanto na fé e na palavra como no saber, e em todo cuidado, e em nosso amor para convosco, assim também abundeis nesta graça. 8 Não vos falo na forma de mandamento, mas para provar, pela diligência de outros, a sinceridade do vosso amor; 9 pois conheceis a graça de nosso Senhor Jesus Cristo, que, sendo rico, se fez pobre por amor de vós, para que, pela sua pobreza, vos tornásseis ricos. 10 E nisto dou minha opinião; pois a vós outros, que, desde o ano passado, principiastes não só a prática, mas também o querer, convém isto. 11 Completai, agora, a obra começada, para que, assim como revelastes prontidão no querer, assim a leveis a termo, segundo as vossas posses. 12 Porque, se há boa vontade, será aceita conforme o que o homem tem e não segundo o que ele não tem. 13 Porque não é para que os outros tenham alívio, e vós, sobrecarga; mas para que haja igualdade, 14 suprimindo a vossa abundância, no presente, a falta daqueles, de modo que a abundância daqueles venha a suprir a vossa falta, e, assim, haja igualdade, 15 como está escrito: O que muito colheu não teve demais; e o que pouco, não teve falta. 16 Mas graças a Deus, que pôs no coração de Tito a mesma solicitude por amor de vós; 17 porque atendeu ao nosso apelo e, mostrando-se mais cuidadoso, partiu voluntariamente para vós outros. 18 E, com ele, enviamos o irmão cujo louvor no evangelho está espalhado por todas as igrejas. 19 E não só isto, mas foi também eleito pelas igrejas para ser nosso companheiro no desempenho desta graça ministrada por nós, para a glória do próprio Senhor e para mostrar a nossa boa vontade; 20 evitando, assim, que alguém nos acuse em face desta generosa dádiva administrada por nós; 21 pois o que nos preocupa é procedermos honestamente, não só perante o Senhor, como também diante dos homens. 22 Com eles, enviamos nosso irmão cujo zelo, em muitas ocasiões e de muitos modos, temos experimentado; agora, porém, se mostra ainda mais zeloso pela muita confiança em vós. 23 Quanto a Tito, é meu companheiro e cooperador convosco; quanto a nossos irmãos, são

mensageiros das igrejas e glória de Cristo. 24 Manifestai, pois, perante as igrejas, a prova do vosso amor e da nossa exultação a vosso respeito na presença destes homens.

2 Coríntios 9.1-15 Ora, quanto à assistência a favor dos santos, é desnecessário escrever-vos, 2 porque bem reconheço a vossa presteza, da qual me glorio junto aos macedônios, dizendo que a Acaia está preparada desde o ano passado; e o vosso zelo tem estimulado a muitíssimos. 3 Contudo, enviei os irmãos, para que o nosso louvor a vosso respeito, neste particular, não se desmintam, a fim de que, como venho dizendo, estivésseis preparados, 4 para que, caso alguns macedônios forem comigo e vos encontrem desapercibidos, não fiquemos nós envergonhados (para não dizer, vós) quanto a esta confiança. 5 Portanto, julguei conveniente recomendar aos irmãos que me precedessem entre vós e preparassem de antemão a vossa dádiva já anunciada, para que esteja pronta como expressão de generosidade e não de avareza. 6 E isto afirmo: aquele que semeia pouco pouco também ceifará; e o que semeia com fartura com abundância também ceifará. 7 Cada um contribua segundo tiver proposto no coração, não com tristeza ou por necessidade; porque Deus ama a quem dá com alegria. 8 Deus pode fazer-vos abundar em toda graça, a fim de que, tendo sempre, em tudo, ampla suficiência, superabundeis em toda boa obra, 9 como está escrito: Distribuiu, deu aos pobres, a sua justiça permanece para sempre. 10 Ora, aquele que dá semente ao que semeia e pão para alimento também suprirá e aumentará a vossa sementeira e multiplicará os frutos da vossa justiça, 11 enriquecendo-vos, em tudo, para toda generosidade, a qual faz que, por nosso intermédio, sejam tributadas graças a Deus. 12 Porque o serviço desta assistência não só supre a necessidade dos santos, mas também redundam em muitas graças a Deus, 13 visto como, na prova desta ministração, glorificam a Deus pela obediência da vossa confissão quanto ao evangelho de Cristo e pela liberalidade com que contribuís para eles e para todos, 14 enquanto oram eles a vosso favor, com grande afeto, em virtude da superabundante graça de Deus que há em vós. 15 Graças a Deus pelo seu dom inefável!

O Perigo das Riquezas (1 Timóteo 6.6-19)

1 Timóteo 6.6 De fato, grande fonte de lucro é a piedade com o contentamento. 7 Porque nada temos trazido para o mundo, nem coisa alguma podemos levar dele. 8 Tendo sustento e com que nos vestir, estejamos contentes. 9 Ora, os que querem ficar ricos caem em tentação, e cilada, e em muitas concupiscências insensatas e perniciosas, as quais afogam os homens na ruína e perdição. 10 Porque o amor do dinheiro é raiz de todos os males; e alguns, nessa cobiça, se desviaram da fé e a si mesmos se atormentaram com muitas dores. 11 Tu, porém, ó homem de Deus, foge destas coisas; antes, segue a justiça, a piedade, a fé, o amor, a constância, a mansidão. 12 Combate o bom combate da fé. Toma posse da vida eterna, para a qual também foste chamado e de que fizeste a boa confissão perante muitas testemunhas. 13 Exorto-te, perante Deus, que preserve a vida de todas as coisas, e perante Cristo Jesus, que, diante de Pôncio Pilatos, fez a boa confissão, 14 que guardes o mandato imaculado, irrepreensível, até à manifestação de nosso Senhor Jesus Cristo; 15 a qual, em suas épocas determinadas, há de ser revelada pelo bendito e único Soberano, o Rei dos reis e Senhor dos senhores; 16 o único que possui imortalidade, que habita em luz inacessível, a quem homem algum jamais viu, nem é capaz de ver. A ele honra e poder eterno. Amém! 17 Exorta aos ricos do presente século que não sejam orgulhosos, nem depositem a sua esperança na instabilidade da riqueza, mas em Deus, que tudo nos proporciona ricamente para nosso aprazimento; 18 que pratiquem o bem, sejam ricos de boas obras, generosos em dar e prontos a repartir; 19 que acumulem para si mesmos tesouros, sólido fundamento para o futuro, a fim de se apoderarem da verdadeira vida.

O Rico e o Pobre (Tiago 1.9-11; 2.14-26; 5.1-6)

Tiago 1.9 O irmão, porém, de condição humilde glorie-se na sua dignidade, 10 e o rico, na sua insignificância, porque ele passará como a flor da erva. 11 Porque o sol se levanta com seu ardente

calor, e a erva seca, e a sua flor cai, e desaparece a formosura do seu aspecto; assim também se murchará o rico em seus caminhos.

Tiago 2.14 Meus irmãos, qual é o proveito, se alguém disser que tem fé, mas não tiver obras? Pode, acaso, semelhante fé salvá-lo? 15 Se um irmão ou uma irmã estiverem carecidos de roupa e necessitados do alimento cotidiano, 16 e qualquer dentre vós lhes disser: Ide em paz, aquecei-vos e fartai-vos, sem, contudo, lhes dar o necessário para o corpo, qual é o proveito disso? 17 Assim, também a fé, se não tiver obras, por si só está morta. 18 Mas alguém dirá: Tu tens fé, e eu tenho obras; mostra-me essa tua fé sem as obras, e eu, com as obras, te mostrarei a minha fé. 19 Crês, tu, que Deus é um só? Fazes bem. Até os demônios crêem e tremem. 20 Queres, pois, ficar certo, ó homem insensato, de que a fé sem as obras é inoperante? 21 Não foi por obras que Abraão, o nosso pai, foi justificado, quando ofereceu sobre o altar o próprio filho, Isaque? 22 Vês como a fé operava juntamente com as suas obras; com efeito, foi pelas obras que a fé se consumou, 23 e se cumpriu a Escritura, a qual diz: Ora, Abraão creu em Deus, e isso lhe foi imputado para justiça; e: Foi chamado amigo de Deus. 24 Verificais que uma pessoa é justificada por obras e não por fé somente. 25 De igual modo, não foi também justificada por obras a meretriz Raabe, quando acolheu os emissários e os fez partir por outro caminho? 26 Porque, assim como o corpo sem espírito é morto, assim também a fé sem obras é morta.

Tiago 5.1 Atendei, agora, ricos, chorai lamentando, por causa das vossas desventuras, que vos sobrevirão. 2 As vossas riquezas estão corruptas, e as vossas roupagens, comidas de traça; 3 o vosso ouro e a vossa prata foram gastos de ferrugens, e a sua ferrugem há de ser por testemunho contra vós mesmos e há de devorar, como fogo, as vossas carnes. Tesouros acumulastes nos últimos dias. 4 Eis que o salário dos trabalhadores que ceifaram os vossos campos e que por vós foi retido com fraude está clamando; e os clamores dos ceifeiros penetraram até aos ouvidos do Senhor dos Exércitos. 5 Tendes vivido regaladamente sobre a terra; tendes vivido nos prazeres; tendes engordado o vosso coração, em dia de matança; 6 tendes condenado e matado o justo, sem que ele vos faça resistência.

Amor de Verdade (1 João 3.16-18)

1 João 3.16 Nisto conhecemos o amor: que Cristo deu a sua vida por nós; e devemos dar nossa vida pelos irmãos. 17 Ora, aquele que possuir recursos deste mundo, e vir a seu irmão padecer necessidade, e fechar-lhe o seu coração, como pode permanecer nele o amor de Deus? 18 Filhinhos, não amemos de palavra, nem de língua, mas de fato e de verdade.